



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Esplanada dos Ministérios, Bloco "E"

CEP: 70.062-900 – Brasília – DF.

TOMADA DE CONTA

2005

ROL DE RESPONSÁVEIS

Março de 2006

PROCESSO N° 59000.000559/2006-86

SUMÁRIO

	Página
Dirigentes do Ministério da Integração Nacional	3
Apresentação	4

CAPÍTULO I

1. Competências Legais e Regimentais – Missão Institucional	5
2. Unidade Jurisdicionada	6

CAPÍTULO II

Execução Orçamentária e Financeira	7
1. Ministério e Entidades Vinculadas	7
1.1. Execução por Grupo de Despesa	8
1.2. Execução por Unidade Orçamentária	8
1.3. Execução por Programa	9
1.4. Execução por Anexo	11
1.5. Limite Disponível por Anexo	11
1.6. Execução por Anexo e Unidade	12
1.7. Execução por Limite Recebido	12
1.8. Evolução dos Limites Orçamentários	13
2. Ministério da Integração Nacional – Administração Direta	15
3. Execução dos Restos a Pagar	18
3.1. Restos a Pagar dos Exercícios de 2002, 2003 e 2004	18
3.2. Restos a Pagar inscritos em 31 de dezembro de 2005	19
3.3. Saldos de Restos a Pagar referentes aos exercícios de 2002 a 2005	19

CAPÍTULO III

<u>Programas – PPA 2004-2007</u>	20
1. Infra-Estrutura Hídrica	20

CAPÍTULO IV

<u>1. Proágua – Semi-Árido</u>	33
I. Caracterização do Proágua Semi-Árido	33
II. Sistemática para a Utilização dos Recursos do Proágua Semi-Árido	33
III. Resultados alcançados pelo Proágua Semi-Árido	34
IV. Dotações Orçamentárias e Recursos Aportados para o Proágua Semi-Árido	44
<u>2. Desenvolvimento Regional</u>	46
<u>3. Defesa Civil</u>	55

CAPÍTULO V

1. Transferências Voluntárias Mediante Convênios	60
2. Transferências a Organismos Internacionais	60
3. Tomada de Contas Especial	61

CAPÍTULO VI

Outras Informações	61
1. Introdução	62
2. Aspectos Globais da Execução Orçamentária	62
3. Aspectos Globais da Execução Financeira	65
4. Comparativo 2005/2004	66
5. Aspectos da Execução Programática pelos Principais Blocos de Atuação	66
6. Principais Conclusões	68

DIRIGENTES DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Ministro de Estado da Integração Nacional

CIRO FERREIRA GOMES

Secretário-Executivo

MARCIO ARAUJO DE LACERDA, no período de 01/01/2005 a 04/08/2005

PEDRO BRITO DO NASCIMENTO, Secretário-Executivo Substituto, no período de 05/08/2005 a 31/12/2005

Diretor do Departamento de Gestão Estratégica

AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS

Diretor do Departamento de Gestão Interna

JOÃO CARLOS CORREA SALAS, no período de 01/01/2005 a 04/07/2005

PEDRO AUGUSTO SANGUINETTI FERREIRA, no período de 05/07/2005 a 31/12/2005

Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional

ANTONIO CARLOS FILGUEIRA GALVÃO

Secretário de Programas Regionais

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste

ATHOS MAGNO COSTA E SILVA

Secretário Nacional de Defesa Civil

JORGE DO CARMO PIMENTEL

Secretário de Infra-Estrutura Hídrica

HYPÉRIDES PEREIRA DE MACEDO

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão do Ministério da Integração Nacional, referente ao exercício financeiro de 2005, da Unidade Jurisdicionada Secretaria-Executiva (SE/MI), elaborado de acordo com as disposições constantes do Anexo II da Decisão Normativa nº 62, de 27 de outubro de 2004, do Tribunal de Contas da União, e da Norma de Execução nº 001, de 05 de janeiro de 2006, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (SFC/CGU-PR), está composto de 6 (seis) Capítulos, compreendendo: i) as Competências Legais e Regimentais – Missão Institucional; ii) o comportamento da execução orçamentária e financeira; iii) a execução dos Programas do Governo Federal, definidos no Plano Plurianual - 2004–2007; iv) Programa Proágua Semi-árido, financiado, parcialmente, com recursos externos; v) transferências voluntárias mediante convênios, transferências a organismos internacionais e tomada de contas especial; e vi) outras informações.

CAPÍTULO I

1. COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS – MISSÃO INSTITUCIONAL

O Ministério da Integração Nacional (MI), criado pela Medida Provisória n.º 1.911, de 29 de julho de 1999, e reedições, teve a sua estrutura regimental aprovada, originalmente, pelo Decreto n.º 3.680, de 1º de dezembro de 2000. Com a edição da Medida Provisória n.º 103, de 1º de janeiro de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, foi editado o Decreto n.º 4.649, de 27 de março de 2003, que aprovou sua nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas.

O Ministério da Integração Nacional, órgão da administração direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

- ✓ formulação e condução da política de desenvolvimento nacional integrada;
- ✓ formulação dos planos e programas regionais de desenvolvimento;
- ✓ estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais;
- ✓ estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento referentes ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO;
- ✓ estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE;
- ✓ estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais;
- ✓ acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional;
- ✓ defesa civil;
- ✓ obras contra as secas e de infra-estrutura hídrica;
- ✓ formulação e condução da política nacional de irrigação; ordenação territorial, em conjunto com o Ministério da Defesa, e obras públicas em faixas de fronteiras.

O MI tem a seguinte estrutura organizacional:

i) órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado: a) Gabinete do Ministro; b) Secretaria-Executiva; e c) Consultoria Jurídica;

ii) órgãos específicos singulares: a) Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional; b) Secretaria de Programas Regionais; c) Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste; d) Secretaria Nacional de Defesa Civil; e e) Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica;

iii) órgãos colegiados: a) Conselho Nacional de Defesa Civil; b) Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno; c) Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste; d) Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia; e) Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; e f) Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo;

iv) entidades vinculadas:

a) autarquias: Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA; Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE; e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; e

b) empresa pública: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF.

2. UNIDADE JURISDICIONADA

De acordo com a Decisão Normativa/TCU nº 62/2004, Anexo I, **no âmbito da Administração Direta, a Unidade Jurisdicionada é a Secretaria-Executiva, Órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Integração Nacional, a qual compete:**

i) auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implantação das ações da área de competência do Ministério;

ii) realizar a coordenação global da representação do Ministério em órgãos colegiados e encontros técnicos, orientar e acompanhar a sua atuação; e

iii) assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas. Exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), de Organização e Modernização Administrativa (SOMAD), de Administração dos Recursos da Informação e Informática (SISP), de Serviços Gerais (SISG), de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), por intermédio das unidades, a ela subordinadas.

No exercício da supervisão ministerial, visando assegurar a coordenação e harmonização de diretrizes para a atuação integrada dos órgãos da administração direta e das entidades vinculadas, foi instituída, a partir de 2003, a prática de realização de seminários institucionais, com o objetivo de criar um espaço para reflexões estratégicas e compartilhamento entre o corpo dirigente e técnico sobre a missão, diretrizes e políticas, objetivando o comprometimento com a melhoria constante de desempenho do Ministério.

Nesse sentido, foi também instituída a prática de reuniões quinzenais, sob a coordenação direta do Secretário-Executivo, com a participação dos dirigentes das unidades do Ministério, compreendendo a administração direta e as entidades vinculadas.

Para subsidiar os processos decisórios em todos os níveis hierárquicos, foram instituídos colegiados, com a finalidade de propiciar um espaço de interlocução permanente para troca de experiências, difusão de conhecimentos, intercâmbio de informações e aprendizado sobre práticas de gestão, bem assim, para a formulação de soluções integradas, visando o equacionamento de problemas comuns, a saber:

- Comitê Funcional de Gestão dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional – Portaria nº 442, de 09/06/04;
- Comitê Funcional de Gestão da Informação – Portaria nº 443, de 09/06/04;
- Comitê Funcional de Gestão de Obras e Convênios – Portaria nº 454, de 16/06/04;
- Comitê Funcional de Gestão de Perímetros Irrigados – Portaria nº 569, de 13/07/04;
- Comitê de Desburocratização e Qualidade, com a finalidade de implementar ações conjuntas do Programa Nacional de Desburocratização e do Programa da Qualidade no Serviço Público – Portaria nº 638, de 02/08/04;
- Comissão Setorial de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, observado o disposto no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal – Portaria nº 758, de 20/10/04;
- Comitê de Coordenação dos Programas do Ministério da Integração Nacional, com a finalidade de coordenar os processos de gestão para o alcance dos objetivos setoriais, por meio da validação e da pactuação dos planos gerenciais de cada programa – Portaria nº 784, de 05/11/04;
- Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos – SIGA, com a finalidade de identificar necessidades e harmonizar as

proposições a serem apresentadas à Comissão de Coordenação do SIGA – Portaria nº 827, de 30/11/04; e

- Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – Portaria nº 828, de 30/11/04, com a finalidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no âmbito de atuação de cada órgão, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor e cumprir as determinações do Conselho Nacional de Arquivo – CONARQ.

Para efeito do processo de Tomada de Contas Anual, seguindo a Decisão Normativa/TCU nº 62/2004, foram agregadas as seguintes Unidades:

- i) Departamento de Gestão Interna (DGI) - 530001;
- ii) Departamento de Gestão Estratégica (DGE) - 530015;
- iii) Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) - 530011;
- iv) Secretaria de Programas Regionais (SPR) - 530010;
- v) Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO) - 530014;
- vi) Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) - 530012; e
- vii) Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica (SIH) - 530013.
- viii) Gabinete do Ministro – GM – 530008
- ix) Secretaria-Executiva - 530009

No âmbito da Administração Direta, excetuando a Unidade de Gerenciamento dos Fundos de Investimentos (UGFIN), pelos seus Núcleos Regionais localizados em Belém/PA e Recife/PE, toda a execução orçamentária e financeira do MI, está sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva, por meio do Departamento de Gestão Interna (DGI/SE), a seguir identificado:

- Unidade Gestora: 530001 – MI/SE/DGI/Administração Geral;
- Gestão: 00001 – Tesouro Nacional;
- CNPJ: 03.353.358/0001-96 - Ministério da Integração Nacional/Secretaria-Executiva.

CAPITULO II

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

As normas sobre a programação orçamentária e financeira foram estabelecidas pelo Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, e alterações posteriores, bem assim, o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo e a fixação dos limites para movimentação e empenho e para pagamento, relativos às dotações constantes da Lei nº 11.100, 25 de janeiro de 2005 (LOA/2005) e aos Restos a Pagar de 2004 e de exercícios anteriores.

1. MINISTÉRIO E ENTIDADES VINCULADAS

De acordo com as dotações orçamentárias aprovadas pela LOA-2005, acrescidas dos créditos adicionais abertos no decorrer do exercício, o Ministério da Integração Nacional, incluindo as suas entidades vinculadas, teve um orçamento global autorizado de R\$ 9.363.380.980,00 (nove bilhões, trezentos e sessenta e três milhões, trezentos e oitenta mil, novecentos e oitenta reais), tendo sido empenhado (executado) o montante de R\$ 8.250.727.497,93 (oito bilhões, duzentos e cinquenta milhões, setecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e três centavos) e pago o valor de R\$ 5.254.864.372,64 (cinco bilhões, duzentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e sessenta

e quatro mil, trezentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos). A seguir são apresentados em quadros comparativos, a execução orçamentária e financeira no exercício.

1.1 Execução por Grupo de Despesa

Execução por Grupo de Despesa Todas as Despesas							
Grupo de Despesa		Dotação Autorizada (a)	Empenhos Emitidos (b)	Execução da Despesa	Valores Pagos (c)	% Exec Orçam (b/a)	% Exec Fin (c/b)
1	Pessoal e Encargos Sociais	475.111.183,00	443.567.298,28	457.600.964,58	432.284.233,01	93,4	97,5
2	Juros e Encargos da Dívida	51.219.761,00	27.714.827,56	27.714.827,56	27.706.351,44	54,1	100,0
3	Outras Despesas Correntes	626.074.831,00	526.599.642,30	526.596.773,82	248.764.774,65	84,1	47,2
4	Investimentos	2.477.019.460,00	1.598.008.763,73	1.598.007.112,87	410.030.099,01	64,5	25,7
5	Inversões Financeiras	5.504.352.153,00	5.504.352.152,99	5.504.352.152,99	3.985.776.703,04	100,0	72,4
6	Amortização/Refinanc. da Dívida Externa	229.603.592,00	150.484.813,07	150.484.813,07	150.302.211,49	65,5	99,9
Total		9.363.380.980,00	8.250.727.497,93	8.264.756.644,89	5.254.864.372,64	88,1	63,7

Execução por Grupo de Despesa Despesas Discricionárias							
Grupo de Despesa		Dotação Autorizada (a)	Empenhos Emitidos (b)	Execução da Despesa	Valores Pagos (c)	% Exec Orçam (b/a)	% Exec Fin (c/b)
3	Outras Despesas Correntes	337.017.857,00	238.628.507,55	238.625.639,06	165.196.605,08	70,8	69,2
4	Investimentos	2.286.019.460,00	1.410.789.339,47	1.410.787.688,61	402.662.556,30	61,7	28,5
Total		2.623.037.317,00	1.649.417.847,02	1.649.413.327,67	567.859.161,38	62,9	34,4

Despesas discricionárias: aquelas que não constituem obrigações constitucionais ou legais e que estão sujeitas aos limites para movimentação e empenho e para pagamento, na forma estabelecida pelo Decreto nº 5.379, de 2005.

1.2 Execução por Unidade Orçamentária

Execução por Unidade Orçamentária Todas as Despesas							
Unidade Orçamentária		Dotação Autorizada (a)	Empenhos Emitidos (b)	Execução da Despesa	Valores Pagos (c)	% Exec Orçam (b/a)	% Exec Fin (c/b)
53101	Ministério da Integração Nacional	2.577.521.687,00	1.640.501.699,64	1.641.412.337,59	612.855.768,90	63,6	37,4
53201	Companhia de Desenv. do Vale do São Francisco	525.678.214,00	430.552.136,37	430.551.015,06	286.334.583,98	81,9	66,5
53204	Departamento Nac. de Obras Contra as Secas	506.077.730,00	435.947.867,36	447.626.882,54	347.826.256,98	86,1	79,8
53205	Agência de Desenvolvimento da Amazônia-ADA	42.294.536,00	36.831.002,64	37.434.127,84	12.104.519,89	87,1	32,9

53206	Agência de Desenvolvimento do Nordeste-ADENE	18.349.375,00	13.435.353,92	14.272.843,86	9.212.148,85	73,2	68,6
53901	Fundo Const. de Financiamento do Norte - FNO	842.505.868,00	842.505.868,00	842.505.868,00	797.101.357,18	100,0	94,6
53902	Fundo Const. de Financiam. do Centro-Oeste-FCO	842.505.868,00	842.505.868,00	842.505.868,00	797.101.357,18	100,0	94,6
53903	Fundo Const. de Financiamento do Nordeste-FNE	2.527.360.091,00	2.527.360.091,00	2.527.360.091,00	2.391.146.427,69	100,0	94,6
74907	Recursos sob Superv. Do Min. da Integ. Nacional	1.481.087.611,00	1.481.087.611,00	1.481.087.611,00	1.181.951,99	100,0	0,1
Total		9.363.380.980,00	8.250.727.497,93	8.264.756.644,89	5.254.864.372,64	88,1	63,7

Execução por Unidade Orçamentária Despesas Discricionárias							
Unidade Orçamentária		Dotação Autorizada (a)	Empenhos Emitidos (b)	Execução da Despesa	Valores Pagos (c)	% Exec Orçam (b/a)	% Exec Fin (c/b)
53101	Ministério da Integração Nacional	2.030.952.316,00	1.196.022.320,89	1.196.019.141,89	363.494.513,31	58,9	30,4
53201	Companhia de Desenv. do Vale do São Francisco	350.232.388,00	261.891.993,27	261.890.871,96	127.866.184,73	74,8	48,8
53204	Departamento Nac. de Obras Contra as Secas	194.071.058,00	152.208.118,89	152.207.899,85	66.152.737,19	78,4	43,5
53205	Agência de Desenvolvimento da Amazônia-ADA	36.251.485,00	31.637.201,10	31.637.201,10	6.910.718,35	87,3	21,8
53206	Agência de Desenvolvimento do Nordeste-ADENE	11.530.070,00	7.658.212,87	7.658.212,87	3.435.007,80	66,4	44,9
Total		2.623.037.317,00	1.649.417.847,02	1.649.413.327,67	567.859.161,38	62,9	34,4

1.3 Execução por Programa

Execução por Programa Todas as Despesas							
Programa		Dotação Autorizada (a)	Empenhos Emitidos (b)	Execução da Despesa	Valores Pagos (c)	% Exec Orçam (b/a)	% Exec Fin (c/b)
0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	226.142.232,00	217.500.574,62	217.883.173,49	217.337.782,75	96,2	99,9
0120	DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	98.212.800,00	18.935.998,80	18.935.998,80	2.063.502,62	19,3	10,9
0167	BRASIL PATRIMONIO CULTURAL	3.244.238,00	904.788,82	904.788,82	416.136,94	27,9	46,0
0228	NAVEGACAO INTERIOR	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	100,0	100,0
0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	280.000,00	194,48	194,48		0,1	
0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDOCULTURA	696.497,00	595.748,44	595.748,44	555.135,00	85,5	93,2
0379	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	222.570.292,00	82.279.324,62	82.279.262,62	58.137.396,29	37,0	70,7
0461	PROMOCAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNO	300.000,00	297.740,00	297.740,00		99,2	
0466	BIOTECNOLOGIA	200.000,00	200.000,00	200.000,00		100,0	
0498	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO PANTANAL	2.000.000,00	1.780.830,37	1.780.830,37		89,0	
0508	CONSERVACAO, USO SUSTENTAVEL E RECUPERACAO DA BIODIVERSIDADE	110.000,00	57.121,70	57.121,70	18.825,20	51,9	33,0
0512	ZONEAMENTO ECOLOGICO-ECONOMICO	12.453.728,00	2.707.253,60	2.707.253,60	641.068,76	21,7	23,7
0515	PROAGUA INFRA-ESTRUTURA	596.022.665,00	331.684.824,13	331.684.824,13	75.832.558,31	55,6	22,9
0681	GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	30.000,00					
0750	APOIO ADMINISTRATIVO	302.056.207,00	273.964.682,30	287.615.749,73	253.910.580,53	90,7	92,7
0757	GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO	25.660.778,00	22.046.382,79	22.046.382,79	10.557.185,13	85,9	47,9
0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	31.198.168,00	31.191.853,78	31.191.853,78	28.662.578,46	100,0	91,9

0902	OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	5.693.459.438,00	5.693.459.438,00	5.693.459.438,00	3.986.531.094,04	100,0	70,0
0906	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMOR)	280.823.353,00	178.199.640,63	178.199.640,63	178.008.562,93	63,5	99,9
1022	PROMOCAO E INSERCAO ECONOMICA DE SUB-REGIOES - PROMOVER	74.521.291,00	69.493.640,57	69.490.992,40	16.720.524,33	93,3	24,1
1025	PROMOCAO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPACOS SUB-REGIONAIS - PROM	165.502.480,00	122.617.049,98	122.617.049,98	15.637.059,33	74,1	12,8
1027	PREVENCAO E PREPARACAO PARA EMERGENCIAS E DESASTRES	142.369.152,00	35.950.053,08	35.950.053,08	2.337.484,37	25,3	6,5
1029	RESPOSTA AOS DESASTRES	254.129.531,00	228.169.812,91	228.169.812,92	100.718.661,72	89,8	44,1
1036	INTEGRACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS	542.177.865,00	463.762.020,26	463.762.020,26	104.680.967,68	85,5	22,6
1037	EFICIENCIA NA AGRICULTURA IRRIGADA	2.870.000,00	115.964,00	115.964,00	115.964,00	4,0	100,0
1038	TRANSFERENCIA DA GESTAO DOS PERIMETROS PUBLICOS DE IRRIGACAO	176.843.673,00	132.383.849,80	132.383.849,80	57.780.679,49	74,9	43,6
1047	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEMI-ARIDO - CONV	179.331.819,00	165.617.188,32	165.616.969,28	92.327.870,37	92,4	55,7
1138	DRENAGEM URBANA SUSTENTAVEL	214.737.680,00	87.996.223,83	87.996.223,83	8.549.352,60	41,0	9,7
1305	REVITALIZACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS EM SITUACAO DE VULNERA	100.738.763,00	76.484.959,98	76.484.959,98	35.347.972,51	75,9	46,2
1329	PRIMEIRO EMPREGO	1.007.000,00	888.518,89	886.928,75	691.045,30	88,2	77,8
1343	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA	10.540.330,00	8.813.989,23	8.813.989,23	4.998.503,98	83,6	56,7
8009	ORGANIZACAO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER	2.651.000,00	2.127.830,00	2.127.830,00	1.785.880,00	80,3	83,9
	Total	9.363.380.980,00	8.250.727.497,93	8.264.756.644,89	5.254.864.372,64	88,1	63,7

Execução por Programa Despesas Discricionárias							
Programa	Dotação Autorizada (a)	Empenhos Emitidos (b)	Execução da Despesa	Valores Pagos (c)	% Exec Orçam (b/a)	% Exec Fin (c/b)	
0120	DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	98.212.800,00	18.935.998,80	18.935.998,80	2.063.502,62	19,3	10,9
0167	BRASIL PATRIMONIO CULTURAL	3.244.238,00	904.788,82	904.788,82	416.136,94	27,9	46,0
0228	NAVEGACAO INTERIOR	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	100,0	100,0
0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	280.000,00	194,48	194,48		0,1	
0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	696.497,00	595.748,44	595.748,44	555.135,00	85,5	93,2
0379	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	222.570.292,00	82.279.324,62	82.279.262,62	58.137.396,29	37,0	70,7
0461	PROMOCAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNO	300.000,00	297.740,00	297.740,00		99,2	
0466	BIOTECNOLOGIA	200.000,00	200.000,00	200.000,00		100,0	
0498	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO PANTANAL	2.000.000,00	1.780.830,37	1.780.830,37		89,0	
0508	CONSERVACAO, USO SUSTENTAVEL E RECUPERACAO DA BIODIVERSIDADE	110.000,00	57.121,70	57.121,70	18.825,20	51,9	33,0
0512	ZONEAMENTO ECOLOGICO-ECONOMICO	12.453.728,00	2.707.253,60	2.707.253,60	641.068,76	21,7	23,7
0515	PROAGUA INFRA-ESTRUTURA	495.022.665,00	234.465.399,87	234.465.399,87	72.336.077,51	47,4	30,9
0681	GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	30.000,00					
0750	APOIO ADMINISTRATIVO	78.335.735,00	73.140.124,30	73.140.124,30	62.460.850,17	93,4	85,4
0757	GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO	25.660.778,00	22.046.382,79	22.046.382,79	10.557.185,13	85,9	47,9
1022	PROMOCAO E INSERCAO ECONOMICA DE SUB-REGIOES - PROMOVER	74.521.291,00	69.493.640,57	69.490.992,40	16.720.524,33	93,3	24,1
1025	PROMOCAO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPACOS SUB-REGIONAIS - PROM	165.502.480,00	122.617.049,98	122.617.049,98	15.637.059,33	74,1	12,8
1027	PREVENCAO E PREPARACAO PARA EMERGENCIAS E DESASTRES	142.369.152,00	35.950.053,08	35.950.053,08	2.337.484,37	25,3	6,5
1029	RESPOSTA AOS DESASTRES	70.129.531,00	45.255.651,29	45.255.651,29	19.199.679,80	64,5	42,4
1036	INTEGRACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS	542.177.865,00	463.762.020,26	463.762.020,26	104.680.967,68	85,5	22,6

1037	EFICIENCIA NA AGRICULTURA IRRIGADA	2.870.000,00	115.964,00	115.964,00	115.964,00	4,0	100,0
1038	TRANSFERENCIA DA GESTAO DOS PERIMETROS PUBLICOS DE IRRIGACAO	176.843.673,00	132.383.849,80	132.383.849,80	57.780.679,49	74,9	43,6
1047	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEMI-ARIDO - CONV	179.331.819,00	165.617.188,32	165.616.969,28	92.327.870,37	92,4	55,7
1138	DRENAGEM URBANA SUSTENTAVEL	214.737.680,00	87.996.223,83	87.996.223,83	8.549.352,60	41,0	9,7
1305	REVITALIZACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS EM SITUACAO DE VULNERA	100.738.763,00	76.484.959,98	76.484.959,98	35.347.972,51	75,9	46,2
1329	PRIMEIRO EMPREGO	1.007.000,00	888.518,89	886.928,75	691.045,30	88,2	77,8
1343	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA	10.540.330,00	8.813.989,23	8.813.989,23	4.998.503,98	83,6	56,7
8009	ORGANIZACAO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER	2.651.000,00	2.127.830,00	2.127.830,00	1.785.880,00	80,3	83,9
Total		2.623.037.317,00	1.649.417.847,02	1.649.413.327,67	567.859.161,38	62,9	34,4

1.4 Execução por Anexo

Considerando a execução no âmbito dos Anexos I e II mais limite extra, constantes do Decreto nº 5.379/2005, e suas alterações, verifica-se que a execução global do Ministério alcançou o patamar de 98,7%, em relação ao limite global nele estabelecido, conforme o quadro abaixo.

Execução por Anexo e Grupo Despesas Discricionárias										
Grupo Fonte (Dec.Prog.Orc/Fin)		Grupo de Despesa	Dotação Autorizada(a)	Limites para Empenho (b)	Empenhos Emitidos (c)	Execução da Despesa	Valores Pagos (d)	% Exec Orçam (c/a)	% Exec Orçam (c/b)	% Exec Fin (d/c)
C 3	Outras Desp. Correntes		337.017.857,00	244.833.000,00	238.628.507,55	238.625.639,06	165.196.605,08	70,8	97,5	69,2
C 4	Investimentos		2.286.019.460,00	1.426.203.687,00	1.410.789.339,47	1.410.787.688,61	402.662.556,30	61,7	98,9	28,5
Total			2.623.037.317,00	1.671.036.687,00	1.649.417.847,02	1.649.413.327,67	567.859.161,38	62,9	98,7	34,4
Limite Final = Anexos I e II + Limite Extra										

1.5 Limite Disponível por Anexo

No quadro abaixo, são apresentados por anexo, os saldos disponíveis considerando as dotações autorizadas pela LOA-2005 em relação aos limites estabelecidos para movimentação e empenho, e destes em relação ao que foi efetivamente executado (empenhado).

Limite Não Utilizado por Anexo e Grupo Despesas Discricionárias										
Grupo de Despesa - Grupo Fonte (Dec.Prog.Orc/Fin)		Dotação Autorizada (a)	Limites para Empenho (b)	Empenhos Emitidos (c)	Execução da Despesa	Valores Pagos (d)	Dotação Não Empenhada (d-a-c)	Limite Não Utilizado (e=b-c)	% Part (b/a)	% Part (e/b)
C 3	Outras Desp. Correntes	337.017.857,00	244.833.000,00	238.628.507,55	238.625.639,06	165.196.605,08	98.389.349,45	6.204.492,45	72,6	2,5
C 4	Investimentos	2.286.019.460,00	1.426.203.687,00	1.410.789.339,47	1.410.787.688,61	402.662.556,30	875.230.120,53	15.414.347,55	62,4	1,1
Total		2.623.037.317,00	1.671.036.687,00	1.649.417.847,02	1.649.413.327,67	567.859.161,38	973.619.469,98	21.618.840,00	63,7	1,3
Limite Final = Anexos I e II + Limite Extra										

1.6 Execução por Anexo e Unidade

Execução por Unidade e Grupo Despesas Discricionárias									
Unidade Orçamentária		Grupo de Despesa		Dotação Autorizada (a)	Empenhos Emitidos (b)	Execução da Despesa	Valores Pagos (c)	% Exec. Orçam (b/a)	% Ex. Fin (c/b)
53101	Ministério da Integração Nacional	3	Outras Des. Correntes	165.036.399,00	97.278.711,56	97.278.711,56	64.366.405,38	58,9	66,2
		4	Investimentos	1.865.915.917,00	1.098.743.609,33	1.098.740.430,33	299.128.107,93	58,9	27,2
53201	Companhia de Desenv. do Vale do São Francisco	3	Outras Des. Correntes	92.464.831,00	71.785.519,61	71.782.870,16	55.984.223,36	77,6	78,0
		4	Investimentos	257.767.557,00	190.106.473,66	190.108.001,80	71.881.961,37	73,8	37,8
53204	Departamento Nac. de Obras Contra as Secas	3	Outras Des. Correntes	58.045.979,00	52.594.421,67	52.594.202,63	34.734.640,92	90,6	66,0
		4	Investimentos	136.025.079,00	99.613.697,22	99.613.697,22	31.418.096,27	73,2	31,5
53205	Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA	3	Outras Des. Correntes	10.771.303,00	9.942.751,85	9.942.751,85	6.769.017,31	92,3	68,1
		4	Investimentos	25.480.182,00	21.694.449,25	21.694.449,25	141.701,04	85,1	0,7
53206	Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE	3	Outras Des. Correntes	10.699.345,00	7.027.102,86	7.027.102,86	3.342.318,11	65,7	47,6
		4	Investimentos	830.725,00	631.110,01	631.110,01	92.689,69	76,0	14,7
	Total			2.623.037.317,00	1.649.417.847,02	1.649.413.327,67	567.859.161,38	62,9	34,4
	RESUMO	3	Outras Des. Correntes	337.017.857,00	238.628.507,55	238.625.639,06	165.196.605,08	70,8	69,2
		4	Investimentos	2.286.019.460,00	1.410.789.339,47	1.410.787.688,61	402.662.556,30	61,7	28,5
Anexos I e II									

1.7 Execução por Limite Recebido

Limite Recebido por Unidade e Grupo Despesas Discricionárias											
Unidade Orçamentária		Grupo de Despesa		Dotação Autorizada (a)	Limite Recebido (b)	Empenhos Emitidos (c)	Execução da Despesa	Valores Pagos (d)	% Ex. Orç (c/a)	% Ex. Orç. (c/b)	% Ex. Fin (d/c)
53101	Ministério da Integração Nacional			2.030.952.316,00	1.202.335.044,92	1.196.022.320,89	1.196.019.141,89	363.494.513,31	58,9	99,5	30,4
	3	Outras Desp. Correntes		165.036.399,00	99.710.220,20	97.278.711,56	97.278.711,56	64.366.405,38	58,9	97,6	66,2
	4	Investimentos		1.865.915.917,00	1.102.624.824,72	1.098.743.609,33	1.098.740.430,33	299.128.107,93	58,9	99,6	27,2
53201	Companhia de Desenv. do Vale do São Francisco			350.232.388,00	262.757.539,42	261.891.993,27	261.890.871,96	127.866.184,73	74,8	99,7	48,8
	3	Outras Desp. Correntes		92.464.831,00	72.048.028,00	71.785.519,61	71.782.870,16	55.984.223,36	77,6	99,6	78,0
	4	Investimentos		257.767.557,00	190.709.511,42	190.106.473,66	190.108.001,80	71.881.961,37	73,8	99,7	37,8
53204	Departamento Nac. de Obras Contra as Secas			194.071.058,00	159.978.126,18	152.208.118,89	152.207.899,85	66.152.737,19	78,4	95,1	43,5
	3	Outras Desp. Correntes		58.045.979,00	55.143.596,91	52.594.421,67	52.594.202,63	34.734.640,92	90,6	95,4	66,0
	4	Investimentos		136.025.079,00	104.834.529,27	99.613.697,22	99.613.697,22	31.418.096,27	73,2	95,0	31,5
53205	Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA			36.251.485,00	31.698.734,47	31.637.201,10	31.637.201,10	6.910.718,35	87,3	99,8	21,8
	3	Outras Desp. Correntes		10.771.303,00	9.964.196,57	9.942.751,85	9.942.751,85	6.769.017,31	92,3	99,8	68,1
	4	Investimentos		25.480.182,00	21.734.537,90	21.694.449,25	21.694.449,25	141.701,04	85,1	99,8	0,7
53206	Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE			11.530.070,00	8.021.880,47	7.658.212,87	7.658.212,87	3.435.007,80	66,4	95,5	44,9
	3	Outras Desp. Correntes		10.699.345,00	7.390.770,46	7.027.102,86	7.027.102,86	3.342.318,11	65,7	95,1	47,6
	4	Investimentos		830.725,00	631.110,01	631.110,01	631.110,01	92.689,69	76,0	100,0	14,7
	Total			2.623.037.317,00	1.664.791.325,46	1.649.417.847,02	1.649.413.327,67	567.859.161,38	62,9	99,1	34,4
	3	Outras Desp. Correntes		337.017.857,00	244.256.812,14	238.628.507,55	238.625.639,06	165.196.605,08	70,8	97,7	69,2
	4	Investimentos		2.286.019.460,00	1.420.534.513,32	1.410.789.339,47	1.410.787.688,61	402.662.556,30	61,7	99,3	28,5
Anexos I e II											

1.8 Evolução dos Limites Orçamentários e Financeiros

Limite para Movimentação e Empenho e Pagamento LIMITE ORÇAMENTÁRIO												
ATOS				ANEXO I			ANEXO II			TOTAL		
				Custeio	Invest.	Total	Custeio	Invest.	Total	Custeio	Invest.	Total
Tipo	Nº	Data	Destinação	Disponível	Disponível	Disponível	Disponível	Disponível	Disponível	Disponível	Disponível	Disponível
DEC	5.356	27.01	Limites Provisórios	28.807		206.612			0	28.807	177.804	206.612
DEC	5.379	25.02	Limites Globais			1.129.100				0	0	1.129.100
POR	51	11.03	Limites Orçamentários	157.800	899.550	1.057.350	12.000	3.000	15.000	169.800	902.550	1.072.350
POR	39	29.03	Limites Financeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POR	118	02.06	Lim. Orçam. Emendas	0	19.000	19.000	0	0	0	0	19.000	19.000
POR	137	06.06	Lim. Financ. Emendas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POR	132	23.06	Red. Lim. Orçam.	0	(50.000)	(50.000)	0	0	0	0	(50.000)	(50.000)
POR	215	23.06	Red. Lim. Financ.	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POR	218	24.06	Aum. Lim. Financ.	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POR	139	29.06	Antec. Lim. Orçam.	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POR	227	01.07	Aum. Lim. Financ.	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POR	224	21.07	Reman. Lim. Orçam.	0	(20.000)	(20.000)	20.000	0	20.000	20.000	(20.000)	0
POR	258	30.08	Aum. Lim. Orçam.	0	20.000	20.000	0	0	0	0	20.000	20.000
POR	301	02.09	Aum. Lim. Financ.	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POR	297	24.10	Reman. Lim. Orçam.	15.000	(20.000)	(5.000)	3.000	2.000	5.000	18.000	(18.000)	0
POR	301	31.10	Reman. Lim. Orçam.	20.000	(20.000)	0	0	0	0	20.000	(20.000)	0
POR	304	03.11	Aum. Lim. Orçam.	10.000	0	10.000	0	0	0	10.000	0	10.000
POR	328	21.11	Aum. Lim. Orçam. Fin.	0	1.000	1.000	0	0	0	0	1.000	1.000
Aviso	150	11.11	Limite PPI	2.933	15.444	18.377	0	0	0	2.933	15.444	18.377
Aviso	160	21.11	Limite PPI	0	1.530	1.530	0	0	0	0	1.530	1.530
POR	349	02.12	Aum. Lim. Orçam. Fin.	0	20.000	20.000	0	0	0	0	20.000	20.000
POR	383	21.12	Aum. Lim. Orçam. Fin.	0	62.000	62.000	0	0	0	0	62.000	62.000
Aviso	106	19.12	Limite PPI	0	26.640	26.640	0	0	0	0	26.640	26.640
Aviso	202	21.12	Limite PPI	0	10.139	10.139	0	0	0	0	10.139	10.139
POR	384	21.12	Aum. Lim. Orçam.	0	318.000	318.000	0	0	0	0	318.000	318.000
POR	400	26.12	Aum. Lim. Orçam.	0	52.000	52.000	0	0	0	0	52.000	52.000
POR	392	22.12	Reman. Lim. Orçam.	4.000	(4.000)	0	0	0	0	4.000	(4.000)	0
?		31.12	Limite Extra	100	89.901	90.001	0	0	0	100	89.901	90.001
POSIÇÃO ATUAL				209.833	1.421.204	1.631.037	35.000	5.000	40.000	244.833	1.4526.204	1.671.037

Limite Orçamentário - Até Dezembro - Limite Financeiro - Até Dezembro

Limite para Movimentação e Empenho e Pagamento LIMITE FINANCEIRO												
				Limite Financeiro				RAP				
ATOS				ANEXO IV	ANEXO V	ANEXO VI	TOTAL	ANEXO VIII				
								Inscritos	Processados	Não Processados		
Tipo	Nº	Data	Destinação									
DEC	5.356	27.01	Limites Provisórios	116.376			116.376	0	0	0		
DEC	5.379	25.02	Limites Globais				799.434		170.419	301.347		

POR	51	11.03	Limites Orçamentários	0	0	0	0	0	0	0
POR	39	29.03	Limites Financeiros	776.108	15.000	1.575	792.683		170.419	301.347
POR	118	02.06	Lim. Orçam. Emendas	0	0	0	0	0	0	0
POR	137	06.06	Lim. Financ. Emendas	0	0	0	0	0	0	0
POR	132	23.06	Red. Lim. Orçam.	0	0	0	0	0	0	0
POR	215	23.06	Red. Lim. Financ.	(50.000)	0	0	(50.000)	0	0	0
POR	218	24.06	Aum. Lim. Financ.	30.769	0	0	30.769	0	0	0
POR	139	29.06	Antec. Lim. Orçam.	0	0	0	0	0	0	0
POR	227	01.07	Aum. Lim. Financ.	1.600	0	0	1.600	0	0	0
POR	224	21.07	Reman. Lim. Orçam.	0	0	0	0	0	0	0
POR	258	30.08	Aum. Lim. Orçam.	0	0	0	0	0	0	0
POR	301	02.09	Aum. Lim. Financ.	40.000	0	0	40.000	0	0	0
POR	297	24.10	Reman. Lim. Orçam.	0	0	0	0	0	0	0
POR	301	31.10	Reman. Lim. Orçam.	0	0	0	0	0	0	0
POR	304	03.11	Aum. Lim. Orçam.	0	0	0	0	0	0	0
POR	328	21.11	Aum. Lim. Orçam. Fin.	1.000	0	0	1.000	0	0	0
Aviso	150	11.11	Limite PPI	0	0	0	0	0	0	0
Aviso	160	21.11	Limite PPI	0	0	0	0	0	0	0
POR	349	02.12	Aum. Lim. Orçam. Fin.	20.000	0	0	20.000	0	0	0
POR	383	21.12	Aum. Lim. Orçam. Fin.	75.000	0	0	75.000	0	0	0
Aviso	106	19.12	Limite PPI	0	0	0	0	0	0	0
Aviso	202	21.12	Limite PPI	0	0	0	0	0	0	0
POR	384	21.12	Aum. Lim. Orçam.	0	0	0	0	0	0	0
POR	400	26.12	Aum. Lim. Orçam.	0	0	0	0	0	0	0
POR	392	22.12	Reman. Lim. Orçam.	0	0	0	0	0	0	0
?		31.12	Limite Extra	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO ATUAL				894.477	15.000	1.575	911.052	0	170.419	301.347
Limite Orçamentário - Até Dezembro - Limite Financeiro - Até Dezembro										

LIMITE ORÇAMENTÁRIO 2005						
Discriminação	Anexo I			Anexo II		
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital	Total
a. Limite Autorizado Até Dez (Decreto 5.379/05, Portaria 51/05)	209.733.000,00	1.331.302.687,00	1.541.035.687,00	35.000.000,00	5.000.000,00	40.000.000,00
b. Limite Extra	100.000,00	89.901.000,00	90.001.000,00	0,00	0,00	0,00
c. Total Limite Disponibilizado	209.833.000,00	1.421.203.687,00	1.631.036.687,00	35.000.000,00	5.000.000,00	40.000.000,00
d. Limite Disponível na CGOR	576.187,86	5.669.173,68	6.245.361,54	0,00	0,00	0,00
e. Limite Liberado para Unidades	209.256.812,14	1.415.534.513,32	1.624.791.325,46	35.000.000,00	5.000.000,00	40.000.000,00
Limite Liberado	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital	Total
Adm. direta	99.710.220,20	1.102.624.824,72	1.202.335.044,92	0,00	0,00	0,00
CGEOF/DGI	94.578.561,36	961.961.402,72	1.056.539.964,08	0,00	0,00	0,00
PROÁGUA/DGI	4.000.000,00	140.635.422,00	144.635.422,00	0,00	0,00	0,00
UGFIN AMAZ	575.000,00	20.000,00	595.000,00	0,00	0,00	0,00
UGFIN NORD	556.658,84	8.000,00	564.658,84	0,00	0,00	0,00
Vinculadas	109.546.591,94	312.909.688,60	422.456.280,54	35.000.000,00	5.000.000,00	40.000.000,00
CODEVASF	39.163.013,00	188.089.910,84	227.252.923,84	32.885.015,00	2.619.600,58	35.504.615,58
DNOCS	53.028.611,91	102.454.129,85	155.482.741,76	2.114.985,00	2.380.399,42	4.495.384,42
ADA	9.964.196,57	21.734.537,90	31.698.734,47	0,00	0,00	0,00
ADENE	7.390.770,46	631.110,01	8.021.880,47	0,00	0,00	0,00
Total	209.256.812,14	1.415.534.513,32	1.624.791.325,46	35.000.000,00	5.000.000,00	40.000.000,00

Limite Disponível	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital	Total
Vinculadas	224.666,57	72.200,38	296.866,95	216.882,16	74.956,29	291.838,45
CODEVASF	0,00	0,00	0,00	216.882,16	4.225,60	221.107,76
DNOCS	222.995,15	35.220,38	258.215,53	0,00	70.730,69	70.730,69
ADA	1.671,42	36.980,00	38.651,42	0,00	0,00	0,00
ADENE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	224.666,57	72.200,38	296.866,95	216.882,16	74.956,29	291.838,45

OBS: Ressalta-se que os valores da linha "d. limite disponível CGOR" são os valores **bloqueados** no dia 23/12/05, em todo o MI, que embora tenhamos conseguido retornar parte deles para a Setorial, não foi possível descentralizá-los porque o SIAFI permaneceu bloqueado para os Anexos I e II.

2. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

2.1 Do montante de R\$ 2.030.952.316,00, correspondente as dotações orçamentárias autorizadas pela LOA-2005 para o Ministério da Integração Nacional – Administração Direta, compreendendo todas as fontes, programas e ações, inclusive pessoal e encargos sociais e serviço da dívida externa (juros e amortizações), foi efetivamente empenhado R\$ 847.203.272,71 mais R\$ 348.819.048,18 - referente as descentralizações de créditos para diversos órgãos da administração direta e indireta - perfazendo o valor total de R\$ 1.196.022.320,89, representando 58,9% das dotações autorizadas, tendo sido pago o valor total de R\$ 363.494.513,31, correspondendo a 30,4% do valor empenhado/descentralizado.

Assim, os valores executados na gestão de 2005, excetuando os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, estão distribuídos no quadro abaixo:

R\$ 1,00	
Descrição	Valor
Custeio/Investimento (Lei + Crédito)	2.030.952.316
Valor disponível para empenho e pagamento	1.196.022.320
Valor total de empenho	847.203.272
Valor das descentralizações de créditos	348.819.048
Valor total de pagamentos	363.494.513

2.2 Os recursos orçamentários/financeiros alocados aos Fundos Constitucionais de Financiamento, executados pelas Unidades Gestoras (UG) 533010/00001 – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, 533011/00001 – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e 533012/00001 – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, totalizaram o valor de R\$ 4.212.371.827,00, tendo sido empenhado integralmente e repassado às instituições financeiras operadoras (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia), o montante de R\$ 3.985.349.142,05, representando 94,7% do montante disponibilizado na Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, conforme quadro abaixo.

Sobre as operações financeiras desenvolvidas pelas referidas instituições financeiras operadoras dos Fundos Constitucionais de Financiamento, segue, em anexo, detalhamentos oferecidos pela Secretaria de Políticas e Desenvolvimento Regional deste

Ministério, por meio do seu Departamento de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional.

R\$ 1,00

Fundo Constitucional de Financiamento	Lei + Crédito	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
do Norte – FNO	842.505.868	842.505.868	100	797.101.357	94,6
do Centro-Oeste - FCO	842.505.868	842.505.868	100	797.101.357	94,6
do Nordeste - FNE	2.527.360.091	2.527.360.091	100	2.391.146.428	95,0
Total	4.212.371.827	4.212.371.827	100	3.985.349.142	94,7

2.3 Considerando os recursos discriminados nos quadros anteriores, têm-se a execução orçamentária total do MI - Administração Direta, demonstrada no quadro a seguir.

R\$ 1,00

Dotação Orçamentária Executada pela Administração Direta	Valor	%
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO	797.101.357	15,4
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO	797.101.357	15,4
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	2.391.146.428	46,1
Demais Programas	1.196.022.320	23,1
Total	5.628.642.609	100,0

2.4 Pessoal, Benefícios Assistenciais e Serviços da Dívida Externa

A seguir apresentam-se os gastos com a folha de pagamento de pessoal, incluindo encargos sociais e benefícios, e com o Serviço da Dívida Externa Contratada.

2.4.1 Despesas com Pessoal e Encargos Sociais:

Especificação	Lei + Crédito (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	% (b/a)
Pessoal e Encargos Sociais	16.347.090,00	16.131.400,70	16.131.400,70	98,68
Previ. de Inativos e Penic. da União (Seguridade)	272.204,00	88.983,40	88.983,40	32,69
Total	16.619.294,00	15.365.065,60	15.365.065,60	94,24

2.4.2 Despesas com Benefícios Assistenciais:

Especificação	Lei + Crédito (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	Saldo	% Execução (c/a)
Assistência Médica e Odontológica	671.790,00	472.399,21	472.399,21	199.390,79	70,32
Auxílio Alimentação	740.618,00	654.578,04	654.578,04	86.039,96	88,38
Auxílio Transporte	209.911,00	196.893,92	196.893,92	13.017,08	93,80
Assistência Pré-Escolar	84.360,00	45.758,13	45.758,13	38.601,87	54,24
Total	1.706.679,00	1.369.629,30	1.369.629,30	337.049,70	80,25

2.4.3 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

A título de esclarecimento, cabe registrar que os saldos orçamentários verificados no encerramento do exercício, deveram-se, basicamente, à desvalorização da moeda norte-americana em relação à moeda nacional, ou seja, cotação estimada da moeda estrangeira, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária – 2005 em relação ao câmbio na data do efetivo pagamento. No quadro e gráfico abaixo demonstra-se a sua execução orçamentária e financeira. Acompanha este Relatório, na forma de anexo, demonstrativo espelhando a posição dos contratos de empréstimos sob a responsabilidade do MI.

Especificação	Lei + Crédito	Empenhado e Pago	Saldo Orçamentário	% Executado
Amortização	206.978.860,00	131.263.354,75	75.715.505,25	63,42
Juros	36.990.585,00	16.574.198,20	20.128.530,98	45,79
Comissões	0,00	287.855,82	0,00	-
Total	243.969.445,00	148.125.408,77	95.844.036,23	60,71

Abaixo apresentamos quadro comparativo com a evolução da despesa executada nos exercícios financeiros de 2002 a 2005:

	R\$ 1,00	
2002	255.812.513,77	30,0%
2003	235.492.381,34	28,0%
2004	208.229.426,25	25,0%
2005	148.125.408,77	17,0%
Total	847.659.730,13	100,0%

Como se observa, comparando o presente exercício com os três imediatamente anteriores, houve um decréscimo substancial no pagamento do serviço da dívida externa, e isso é caracterizado pelas seguintes razões:

- Em 2002 haviam 16 (dezesseis) contratos de financiamento externo, sendo 13

(treze) remanescentes dos órgãos que antecederam o MI e 3 (três) assumidos em função da extinção da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE;

- Em 2003, foram liquidados (concluídas) 2 (dois) contratos, com uma redução em moeda nacional da ordem de 8%;
- Em 2004, foram liquidados (concluídas) mais 4 (quatro) contratos, com uma redução em moeda nacional da ordem de 11,5%;
- Em 2005, foram liquidados (concluídas) mais 4 (quatro) contratos, com uma redução em moeda nacional da ordem 39%, permanecendo assim, 6 (seis) contratos ativos para liquidação, incluindo o contrato do JBIC BZ-P14, pois, até o momento não há movimentação operacional no subsistema dívida do Siafi;
- Em observação ao saldo orçamentário de 2005, no valor 95.844.036,23, deveu-se principalmente pela desvalorização da moeda norte-americana e do euro em relação a moeda nacional e dos contratos concluídos (pagamento da última parcela de amortização e juros) no primeiro semestre de 2005.

3. EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

3.1 Restos a Pagar dos Exercícios de 2002 e 2003

O Decreto nº 4.949, de 7 de janeiro de 2004 – dispõe sobre os limites para a inscrição em restos a pagar das despesas discricionárias e não financeiras não processadas no exercício de 2003, no âmbito do Poder Executivo – além de fixar limites para inscrição em Restos a Pagar não processados, das despesas discricionárias e não financeiras do exercício de 2003, prorrogou, até 31 de dezembro de 2004, em caráter excepcional, o prazo de validade, assim como de pagamento, os Restos a Pagar do exercício financeiro de 2002 e anteriores, liquidados até o dia 31 de dezembro de 2003, dos órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo, constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. Em função disso, o MI registrou no encerramento do exercício de 2004, para pagamento em 2005, o montante de Restos a Pagar no valor de R\$ 287.851.968,63, sendo R\$ 35.860.564,60, do exercício de 2002, R\$ 26.223.297,44, do exercício de 2003 e R\$ 225.768.106,59, do exercício de 2004.

A execução da despesa de Restos a Pagar de 2002, 2003 e 2004, atingiu o montante de R\$ 163.953.067,59, sendo R\$ 10.600.394,59 do exercício de 2002, R\$ 14.184.793,73 do exercício de 2003 e R\$ 139.167.879,27 do exercício de 2004, conforme demonstra-se no quadro abaixo.

Exercício Financeiro	Inscrito	Cancelado	Pago	Saldo	% Pago
2002	35.860.564,60	4.708.150,99	10.600.394,59	20.552.019,02	29,60
2003	26.223.297,44	1.496.392,09	14.184.793,73	10.542.111,62	54,10
2004	225.768.106,59	19.394.555,71	139.167.879,27	67.205.671,61	61,60
Total	287.851.968,63	25.599.098,79	163.953.067,59	98.299.802,25	57,00

O comportamento dessas despesas – valores pagos em relação ao total dos recursos inscritos em Restos a Pagar de 2002/2003/2004 - está demonstrado por unidade, na forma do quadro a seguir:

Unidade/Secretaria	Inscrito	%	Pago/Cancelado	%	Saldo
de Desenv. Do Centro-Oeste – SCO	5.671.516,90	1,97	4.023.259,00	2,12	1.648.257,90
de Políticas de Des. Regional – SDR	959.220,00	0,33	897.820,00	0,47	61.400,00
Nacional de Defesa Civil – SEDEC	61.632.019,95	21,41	31.025.815,67	16,37	30.606.204,28
de Infra-Estrutura Hídrica – SIH	130.350.327,46	45,28	100.968.505,89	53,27	29.381.821,57
de Infra-Estrutura Hídrica – PROÁGUA	30.637.933,74	10,64	29.259.586,05	15,44	1.378.347,69
de Programas Regionais – SPR	58.600.950,58	20,36	23.377.179,77	12,22	5.223.770,81
Total	287.851.968,63	100,00	189.552.166,38	100,00	98.299.802,25

3.2 Restos a Pagar inscritos em 31 de dezembro de 2005

Por ocasião do encerramento do exercício de 2005, foi registrado em Restos a Pagar, incluindo todos os grupos de despesas, o valor de R\$ **987.824.801,93** (novecentos e oitenta e sete milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, oitocentos e um reais e noventa e três centavos), distribuído conforme especificado no quadro abaixo:

Especificação	Valor	%
Apoio Administrativo	4.251.093,25	0,43
Outros - Custeio e Capital	34.945.576,76	3,54
Convênios	943.314.521,03	95,49
Proj. Coop. Técnica (PCT) - IICA	5.154.856,89	0,52
Proj. Coop. Técnica (PCT) - UNESCO	158.754,00	0,02
Total	987.824.801,93	100,00

3.3 Saldos de Restos a Pagar referentes aos exercícios de 2002 a 2005

Com a edição do Decreto nº 5.329, de 30 de dezembro de 2004, foi prorrogado, até 31 de dezembro de 2005, em caráter excepcional, respeitada a prescrição quinquenal, o prazo de validade, assim como o de pagamento, dos Restos a Pagar do exercício financeiro de 2003 e anteriores, de vários órgãos do Poder Executivo, dentre estes, o Ministério da Integração Nacional. Diante dessa nova situação, têm-se um total de Restos a Pagar, relativo a convênios/transferência, para execução no exercício de 2005, de R\$ **943.314.521,03** (novecentos e quarenta e três milhões, trezentos e catorze mil, quinhentos e vinte e um reais e três centavos) conforme demonstra-se a seguir:

Exercício Financeiro	Valor	%
Saldo de 2002	20.552.019,02	2,18
Saldo de 2003	10.542.111,62	1,12
Saldo de 2004	64.908.217,08	6,88
Saldo de 2005	847.312.173,31	89,82
Total inscrito em 31/12/2005	943.314.521,03	100,00

CAPITULO III

PROGRAMAS – PPA 2004-2007

De acordo com a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007, alterada pela Lei nº 11.168, de 1º de setembro de 2005 (Altera o programa Gestão Pública para um Brasil de Todos, constante do Plano Plurianual para o período 2004-2007) e com a LOA-2005, os principais Programas/Ações executados pelo MI, apresentam-se a seguir.

1. INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA

Em 2005, na área da infra-estrutura hídrica, significativas melhorias na qualidade dos pleitos apresentados vem sendo observadas com a implantação do Marco Regulatório, instituído pela Portaria nº 70, de 2 de fevereiro de 2004, produto da Conferência Nacional de Dirigentes de Infra-estrutura Hídrica dos Estados, que introduziu, dentre outros, critérios técnicos quando da elaboração de convênios, objetivando melhor orientar e direcionar a aplicação dos investimentos governamentais consignados nos programas e ações previstas no Plano Plurianual, bem como no Orçamento Geral da União. Na operacionalização, avanços substantivos e que tem produzido bons resultados, foi a diretriz traçada pelo Ministério, no sentido de priorizar, em todos os programas, as ações em andamento, visando a sua conclusão, evitando-se qualquer nova iniciativa, enquanto tais empreendimentos não estiverem habilitados a gerar resultados efetivos e a curto prazo, para a sociedade.

No tocante aos estudos, a Secretaria de Infra-estrutura Hídrica – SIH vem buscando de forma determinada e permanente retomar o planejamento de seus empreendimentos em obras hídricas. Para tanto, vem estimulando alguns estados estratégicos da federação a procurar o ordenamento dos seus recursos hídricos no plano físico e institucional. Nesse sentido, a SIH desenvolveu, em parceria, um plano de Integração das Bacias do Nordeste Setentrional, incluindo a fronteira seca do Piauí. Assim, idealizou quatro pilotos de integração de sistemas de abastecimento em Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia e Norte de Minas. Fortaleceu processos de disciplina de água e redirecionamento da irrigação, tendo como exemplo piloto do Centro Oeste, o Estado de Goiás. Um novo enfoque hidroagrícola foi pensado para a transição Amazônica considerando como base o Estado de Tocantins. Foi desenhado, também, um piloto de Fronteira, no caso de Roraima. Finalmente, a SIH tem o propósito de aprofundar um projeto para a Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, tese que começa com ação no Projeto Arroio Duro.

O Proágua Nacional é outro Projeto que está sendo formatado pela SIH, com apoio do Banco Mundial, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente - MMA/ANA,

tendo como objetivo fundamental o gerenciamento de ações no campo da infra-estrutura hídrica, face à crescente demanda de investimentos públicos em obras naquele setor e, também, devido à falta ou excesso de água. Além disso, visa diminuir os entraves para o desenvolvimento regional e nacional. Em 2005, a Carta Consulta de implantação do Proágua Nacional foi encaminhada e aprovada pela Cofix do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na sua primeira fase, no valor de US\$200,0 milhões.

A Lei de Concessão e Parceria Público Privada (PPP) oferecerá um novo modelo com maior inserção empresarial explorando melhor a modelagem do *agrobusiness* integrado. Dessa forma, espera-se que sejam reduzidos os custos e o tempo de implantação dos projetos, pois, uma vez que não haja dependência orçamentária da União, os projetos terão o fluxo de recursos assegurado. Nesse contexto, encontram-se os projetos de irrigação Pontal (PE) com 8.000 ha, Baixio de Irecê (BA) com 60.000 ha, Jaíba (MG) com 22.000 ha e Salitre (BA) com 32.000 ha, por meio de PPP e o Marituba (AL) com 4.100 ha por concessão.

Em 2005, realizou-se o diagnóstico e a modelagem final para o Projeto Baixio de Irecê. No Pontal foi apresentado o diagnóstico e a modelagem final está em análise. No Jaíba foi executado o diagnóstico, mas a continuação dos estudos depende da regularização da situação fundiária, pois a área pertence a RURALMINAS, o que está sendo solucionado junto ao Governo do Estado de Minas Gerais. O Salitre está em fase de contratação de empresa para realização do estudo de modelagem. Todos os projetos de PPP's têm previsão de aprovação dos relatórios finais e apresentação dos editais para licitação em 2006. No Marituba, único no modelo de concessão, foi apresentado o diagnóstico e a proposta de concessão, estando o Edital com previsão para conclusão em fevereiro de 2006.

Quanto aos programas do PPA, a SIH, o DNOCS e a CODEVASF implementam seus projetos no âmbito dos seguintes programas: 0379 - Desenvolvimento da Agricultura Irrigada; 0515 - Proágua Infra-estrutura; 1036 - Integração de Bacias Hidrográficas; 1037 - Eficiência na Agricultura Irrigada; 1038 - Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação; 1047 - CONVIVER (Proágua Semi-árido); 1138 - Drenagem Urbana Sustentável e 1305 - Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental.

Esses programas contaram, no exercício de 2005, com recursos orçamentários de R\$2,0 bilhões, para implementação de 268 ações (108 Programadas, 104 Emendas Coletivas e 56 Emendas Individuais), sendo disponibilizados e empenhados R\$1,3 bilhão, representando um percentual de 65% da dotação, como será demonstrado mais adiante. Além disso, parte das despesas inscritas em Restos a Pagar de 2004 e de períodos anteriores, no montante de R\$216,0 milhões, foi empregada na implementação das atividades desses programas.

Em alguns programas, cujas metas não puderam ser atendidas, observaram-se problemas de ordem institucional, no caso de convênios, que dizem respeito a pendências não cumpridas pelos estados ou atendidas com atraso. Além disso, a Instrução Normativa nº 01, de 17.10.2005, com as suas determinações, condicionou os convênios e as liberações à verificação de situação de adimplência dos convenientes no Siafi. Aliados a esses fatores, tivemos as limitações de ordem orçamentária e financeira, próprias de ajustes macroeconômicos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA 2005 – POR PROGRAMA

Em R\$1,0 milhão

PROGRAMA	DOTAÇÃO (LEI + CRÉDITO)	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	RAP PAGO
0379 - Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	222,6	82,3	82,3	58,1	57,7
0515 - Proágua Infra-Estrutura	596,0	342,5	331,7	75,8	99,6

1036 - Integração de Bacias Hidrográficas	542,2	463,8	105,7	104,7	0,9
1037 - Eficiência na Agricultura Irrigada	2,9	0,1	0,1	0,1	0,0
1038 - Transferência de Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação	176,8	132,0	132,0	57,8	9,9
1047 - Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - Conviver (Proágua Semi-Árido)	162,9	150,9	150,9	85,1	29,2
1138 - Drenagem Urbana Sustentável	214,7	88,0	88,0	8,5	4,9
1305 - Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	100,7	58,0	58,0	7,4	7,2
TOTAL	2018,8	1317,6	948,7	397,5	209,4

Fonte: Sifai Gerencial

QUADRO TOTAL DE AÇÕES – OGU 2005

PROGRAMA/ QUANTIDADE DE AÇÕES	TOTAL	EMPENHADAS	PAGAS	RAP PAGOS
Total Geral	268	188	80	244
Programado	108	94	68	144
Emendas Individuais	104	62	6	39
Emendas Coletivas	56	32	6	61

Programa de Desenvolvimento da Agricultura Irrigada – 0379

A irrigação, como técnica que combina a expansão vertical da agricultura com a sustentabilidade do negócio agrícola, é vetor importante para o desenvolvimento econômico e social, estando disseminada por todo o País, mais densamente nas Regiões Sul, Sudeste e, principalmente, Nordeste. Além disso, é um dos instrumentos fundamentais para viabilizar o processo econômico em regiões, como o Semi-árido, onde os níveis de precipitação são muito baixos. Nessa área geográfica, com subespaços economicamente deprimidos, o Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada exerce uma função estruturante, constituindo-se, quase que exclusivamente, na única opção capaz de mobilizar os fatores de produção.

No exercício de 2005, o Programa contou com recursos previstos na Lei, da ordem de R\$ 222,5 milhões para a implementação de 39 ações, dessas 20 se referiram a emendas parlamentares. Desse valor, foram disponibilizados limites e pagos R\$ 115,8 milhões, sendo R\$ 58,1 para o OGU 2005 e R\$ 57,7 para os Restos a Pagar. Apesar dos recursos terem sido liberados no final do exercício, permitirão disponibilizar 20.916 ha com infra-estrutura, o que propiciará benefícios, quando em operação/produção, a uma população aproximada de 80.000 habitantes.

As ações relacionadas a seguir, apesar de inscritas nas Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não puderam ser atendidas conforme respectivas explicações:

- ✓ 10BC – Implantação de Projetos de Irrigação: trata-se de emenda individual, não sugerida pela SIH. Entretanto, o não atendimento de todos os localizadores deveu-se à insuficiência de limite orçamentário.
- ✓ 11RU – Implantação do Perímetro de Irrigação de Jenipapo com 200 ha no Estado do Piauí: insuficiência de limite orçamentário para atendimento do

Projeto.

- ✓ 1622 – Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba com 3.150 ha no Estado de Sergipe: pendências de ordem administrativa (apresentação da Prestação de Contas de 2004) não permitiram que os recursos do OGU fossem liberados.
 - ✓ 10ER – Implantação do Projeto de Irrigação Sampaio - Estado do Tocantins - 1ª Etapa: insuficiência de limite orçamentário para atendimento do Projeto.
- Nesse contexto, registram-se a seguir as ações com maior destaque em 2005.

Programa 0379 – Ação 1666 – Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Balsamo - 1ª Etapa - com 700 ha no Estado de Alagoas

Localizado no Município de Palmeira dos Índios, o Projeto consiste no aproveitamento hidroagrícola de uma área de 700 ha, dividida no módulo A (Construção da Barragem) e no módulo B (Irrigação dos 700 ha). Quando concluído, o Projeto poderá beneficiar uma população de 69.211 habitantes. Os recursos de 2005 destinaram-se às obras de conclusão da Barragem Principal e Auxiliar, do vertedouro e das demais obras civis. O Projeto encontra-se com 40% de execução física. Da dotação de R\$ 9.000.000,00 empenhada, foram pagos R\$ 4.500.000,00.

Programa 0379 – Ação 5932 – Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins com 20.000 ha no Estado do Tocantins

O Perímetro de Irrigação atenderá aos Municípios de Porto Alegre do Tocantins e Dianópolis, com influência sobre os Municípios de Almas e Rio da Conceição, devendo beneficiar uma população de 160.000 habitantes. A obra é dividida em dois módulos: módulo A – construção da Barragem Manoel Alves, com volume de acumulação de 148,5 milhões de m³ e módulo B – implantação de 20.000 ha para irrigação, com área piloto de 5.000 ha e fase 1 da área piloto de 900 ha. O módulo A encontra-se concluído. Os recursos previstos no orçamento de 2005 foram empregados na Fase I, na conclusão da Estação de Bombeamento Principal, na aquisição de 50% de equipamentos eletromecânicos e na fase final do canal principal 2 e das Estações de Bombeamento Auxiliares 1, 2, 3 e 4. Com isso, concluir-se-á em junho de 2006 a Fase I de 900 ha, que se encontra com 75% de execução física, e será disponibilizada para a implementação de atividades de transferência de gestão com vistas a ser colocada em operação/produção. Essa área poderá beneficiar 3.600 habitantes. Os recursos consignados no orçamento de R\$31.948.401,00 foram integralmente pagos.

Programa 0379 – Ação 1E33 – Implantação do Projeto de Irrigação Rio Formoso - Estado do Tocantins

O Projeto localiza-se no Município de Formoso do Araguaia, com área total de 5.800 ha (1ª e 3ª Etapas), que propiciará benefícios a 14 mil habitantes, quando em operação/produção. Os recursos de 2005 foram empregados nas obras da Estação de Bombeamento e nas demais obras civis, cuja execução física se encontra em 85%. Da dotação de R\$ 18.931.600,00, foram empenhados e pagos R\$ 2.040.993,77.

Programa 0379 – Ação 3770 – Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia com 10.790 ha no Estado de Goiás

O Perímetro de Irrigação atenderá ao Município de São Miguel do Araguaia, no Vale do Araguaia, em Goiás, com captação no Rio Araguaia, beneficiando 43.160 habitantes.

Com área total de 10.790 ha, a obra está dividida em três etapas, com áreas líquidas de 1.854 ha, 4.736 ha e 4.210 ha, respectivamente. A 1ª etapa foi concluída, estando em processo de transferência de gestão. Da 2ª etapa, em execução, foi concluída a infra-estrutura de irrigação de uso comum para uma área de 1.000 ha. A segunda etapa encontra-se com 35% de avanço físico. Essa área permitirá, quando em operação/produção, beneficiar 4.000 pessoas. A execução das obras do Projeto em 2005 se deu à conta dos recursos de 2004, liberados no final do exercício.

Programa 0379 – Ação 5260 – Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.862 ha no Estado de Pernambuco

O Perímetro de Irrigação atenderá ao Município de Petrolina, em Pernambuco, beneficiando 31.500 pessoas. Com uma área total de 7.862 ha, dividida em lotes para pequenos produtores e empresas, a execução da construção se dará em duas etapas: Pontal Sul, com 3.757 ha e Pontal Norte, com 4.105 ha. O Projeto foi incluído na Carteira de PPP do Ministério do Planejamento e, com os recursos de 2005, deu-se continuidade à execução das obras dos vãos de aquedutos e concluiu-se a construção de 7 km do trecho B do Canal Principal, totalizando 47,20 km, e a terraplanagem de 5 km do trecho C do Canal Principal, com 90% do revestimento. Foram, também, executadas 90% das obras civis da Estação de Bombeamento EB3. Está sendo disponibilizada uma área de 2.722 ha. Em 2005, da dotação de R\$ 8.000.000,00, foram pagos R\$ 2.931.773,44, além disso foram utilizados R\$ 1.292.748,39 de Restos a Pagar.

Programa 0379 – Ação 5320 – Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba – 1ª Etapa – com 4.678 ha no Estado de Minas Gerais

Localizado no Município de Jaíba, o Projeto prevê a implantação de infra-estrutura hidráulica para irrigar 65.021 ha divididos em lotes para pequenos produtores e empresas, com construção em 4 etapas, Etapa 1 com 24.745 ha (sendo 4.678 ha parte desta Etapa), Etapa 2 com 19.276 ha, Etapa 3 com 12.000 ha, Etapa 4 com 9.000 ha. O Projeto, quando em operação/produção, poderá beneficiar 480.000 pessoas. Os recursos de RAP foram utilizados para pagamento de fornecimento e montagem de equipamentos eletromecânicos da Gleba A4 (Etapa 1) e da Estação de Bombeamento EB2, bem como para a recuperação da infra-estrutura viária e atividades de meio ambiente, iniciadas em 2004. Com estes recursos e mais aqueles do OGU 2005, foram concluídos os serviços de fornecimento e montagem eletromecânica das glebas A3 e A4, disponibilizando 2.300 ha para assentamento. Da dotação de R\$ 4.224.501,00 foram pagos R\$ 3.756.888,53 bem como R\$ 4.473.679,54 de Restos a Pagar.

Programa 0379 – Ação 1702 – Implantação do Projeto-Piloto de Irrigação Marrecas com 20 ha no Estado do Piauí

Localizado no Município de São João do Piauí, o Projeto consiste na implantação de uma área de 40 ha, dos quais 20 já estão implantados. Em 2005, os recursos foram utilizados para levantamentos topográfico e pedológico visando a implantação do Projeto Marrecas/Jenipapo. Foram assinados diversos convênios para elaboração de estudos, projetos e regularização ambiental; para construção de infra-estrutura hídrica do sistema de irrigação; para a construção de reservatório destinado ao abastecimento do sistema de irrigação e ao monitoramento de pragas e doenças na área do Projeto. O Projeto encontra-se com avanço físico de 20%. Da dotação de R\$ 1.780.000,00, praticamente foram utilizados todos os recursos, além dos R\$ 209.637,69 de Restos a Pagar.

Programa 0379 – Ação 1698 – Implantação do Projeto-Piloto de Irrigação Santa Rosa com 40 ha no Estado do Piauí

Localizado no Município de Santa Rosa, o Projeto-piloto de irrigação, com área total de 200 ha, dos quais 60 ha são irrigáveis e 40 ha já estão implantados, poderá beneficiar, quando em operação/produção, 5.420 habitantes. As principais realizações de 2005 foram a instalação da estação meteorológica e a implantação de 21 ha de fruticultura irrigada. O Projeto encontra-se com avanço físico de 20%. Da dotação de R\$ 780.000,00 foram utilizados R\$ 365.056,35, além de R\$ 233.982,58 de Restos a Pagar.

Programa 0379 – Ação 12F3 – Obras Complementares do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi com 5.393 ha no Estado do Ceará

Perímetro com área total de 5.393 ha, sendo 2.893 ha referentes à 1ª etapa e 2.500 ha à 2ª etapa, que tem como fonte hídrica o Rio Jaguaribe, no Município de Limoeiro do Norte. Os recursos aplicados em 2005 destinaram-se à construção da estrada para acesso ao perímetro e ao escoamento da produção. Da dotação de R\$ 3.400.000,00 foram utilizados R\$ 3.332.000,00, além dos R\$ 1.008.800,00 de Restos a Pagar.

Programa 0379 – Ação 1746 – Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas - 1ª Etapa - com 10.700 ha no Estado do Ceará

O Perímetro de Irrigação atenderá aos Municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova, no Estado do Ceará, beneficiando 126.768 habitantes, possuindo uma área de 15.100 ha, sendo a 1ª etapa, com 11.600 ha e a 2ª, com 3.500 ha. Foram concluídas as atividades de infra-estrutura do Setor 4, colocando em operação a 1ª Etapa. A 2ª Etapa encontra-se com 1,0% de execução física. Da dotação de R\$ 7.616.196,00 foram pagos R\$ 1.568.401,60, além de R\$ 4.024.791,40 de Restos a Pagar.

Programa de Transferência de Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação – 1038

Em 2005, foi concluído o diagnóstico, iniciado em 2004, abrangendo 73 dos 90 perímetros irrigados em funcionamento sob a responsabilidade do Ministério da Integração e de seus órgãos vinculados – CODEVASF e DNOCS.

Os 73 perímetros totalizaram 250.600 ha de áreas irrigáveis com infra-estrutura implantada ou em vias de conclusão. Essa área, quando em operação e produção, permitirá atender a aproximadamente 1,5 milhão de pessoas, proporcionando a médio prazo a geração de 750 mil empregos. Dessa superfície 45.132 ha estão prestes ser ocupados e 59.623 ha ainda dependem das providências em andamento, para efetivar sua ocupação. Assim, 104.755 ha podem entrar em produção agrícola com a infra-estrutura existente.

O diagnóstico permitiu, também, classificar os perímetros irrigados em grupos correspondentes ao estágio em que se encontram, com vistas à transferência de gestão, possibilitando prever o número de projetos que poderão ter a gestão transferida em 2005, 2006 e anos seguintes.

Com base nos Planos de Ação elaborados para cada perímetro foram executadas diversas atividades, compreendendo: recuperação e modernização da infra-estrutura, operação e manutenção, administração fundiária, apoio à produção, revitalização, custeio operacional. Nesse contexto, foi definido um conjunto de projetos pilotos – PPI – Projetos Piloto de Investimentos, cujos recursos disponibilizados foram da ordem de R\$ 53,1 milhões.

Em 2005, foram disponibilizados limites e investidos R\$ 67,6 milhões, sendo que R\$ 57,7 milhões para atender ao OGU 2005 e R\$9,9 milhões para atender aos Restos a Pagar.

Programa Proágua Infra-estrutura – 0515

O Proágua Infra-Estrutura tem a finalidade de promover o incremento da oferta de água de boa qualidade para consumo humano e a produção, mediante a construção de obras estruturantes e prioritárias, voltadas principalmente para barragens, açudes e adutoras. O ponto focal é atender a milhões de brasileiros que, ainda hoje, não dispõem de água para consumo em quantidade e qualidade exigíveis para uma vida digna.

Na vertente operacional, ressalta-se que os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual de 2005, incluídos os créditos adicionais, no valor de R\$ 596,0 milhões, foram disponibilizados limites e investidos R\$ 175,4 milhões, sendo R\$ 75,8 para o OGU 2005 e R\$99,6 para os Restos a Pagar. O Programa contou em seu orçamento com 148 ações, sendo 111 de emendas parlamentares.

No período, deu-se continuidade a alguns projetos: Adutora do Oeste (PE); Adutora Acauã (PB); Barragem Poço do Marruá (PI), Barragem Córrego João Leite (GO); Barragem Jequitaiá (MG); Barragem Congonhas (MG); Complexo Castanhão (CE); Adutora do Jucazinho (PE); Barragem Berizal (MG), que corresponderão à implantação de 475 km de adutoras e à acumulação de 1,5 bilhões de m³ de água, que, ao serem finalizadas, beneficiarão aproximadamente 2,8 milhões de habitantes. No caso do Castanhão, a barragem já se encontra concluída, estando em andamento as atividades complementares no Complexo.

As ações relacionadas a seguir, apesar de inscritas nas Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não puderam ser atendidas conforme respectivas explicações:

- ✓ 5910 – Construção da Adutora de São Francisco com 42,5 km no Estado de Sergipe: o orçamento contou com duas ações com mesmo título, sendo uma programada pelo MI, que foi empenhada, e a outra como emenda de bancada, que, devido às limitações orçamentárias não pôde ser empenhada.
- ✓ 10CT – Construção da Adutora do Canal do Sertão Alagoano - Delmiro Gouveia - AL: o Projeto constou do OGU da CODEVASF, com dotação de R\$5.190.000,00. No final de 2005, liberou-se limite para o Projeto, cabendo-lhe R\$92 milhões. Por se tratar de Projeto cujo espectro arrola os objetivos do Programa 1036 - Integração de Bacias Hidrográficas, esses recursos foram alocados na rubrica 12EP.0020 daquele Programa, cuja dotação era de R\$519,6 milhões. Como a LDO não permite a utilização de recursos para um mesmo projeto em programas distintos, optou-se pelo Programa 1036, levando em consideração o montante dos recursos e o conseqüente avanço proporcionado à obra, comparativamente à sua dotação na CODEVASF.
- ✓ 5256 – Construção da Adutora do Italuís com 45 km no Estado do Maranhão: pendências junto ao TCU e à Justiça Federal impediram a liberação dos recursos;
- ✓ 109H – Construção de Barragens - trata-se de emendas individuais, não sugeridas pela SIH. Entretanto, o não atendimento de todas as ações deveu-se à falta de limite orçamentário.

Das obras estruturantes priorizadas, informa-se:

Programa 0515 – Ação 1604 – Construção da Barragem do Poço do Marruá no Estado do Piauí

A Barragem, localizada no Município de Patos do Piauí, está dividida em três módulos: Módulo A – construção da Barragem com volume de acumulação de 293,4 milhões

de m³, Módulo B – construção de adutoras com 122 km e Módulo C – projetos executivos e estudos ambientais. O Projeto prevê, também, a irrigação de uma área de 500 ha. O abastecimento beneficiará 125 mil habitantes em 11 localidades. Os recursos do OGU 2005 foram aplicados na execução das obras de concreto compactado a rolo do maciço da barragem e nas escavações e na concretagem do vertedouro e no fornecimento de aço para a estrutura da torre e cabo de comando, estando sua execução física acumulada em 63%. Dos R\$ 21.358.001,00 previstos em 2005, foram pagos R\$ 7.100.000,00.

Programa 0515 - Ação 3445 – Construção da Barragem do Córrego João Leite no Estado de Goiás

Localizada na Região Metropolitana de Goiânia (a 18 km ao norte do centro de Goiânia, no Ribeirão João Leite) no Estado de Goiás, conta com uma capacidade de acumulação de 117 milhões de metros cúbicos de água e 11,8 km de adutoras para abastecimento humano da população atingida pelo Projeto. No exercício de 2005, foram liberados R\$ 4,0 milhões de RAP 2004 e R\$ 12.500.000,00 do OGU 2005, visando dar continuidade às obras da Barragem, correspondendo a um avanço físico da ordem de 10%.

Programa 0515 – Ação 1851 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica – Palmeira dos Índios – Barragem Caçamba (AL)

Localizada no Município de Palmeira dos Índios, é composta por barragem com capacidade de acumulação de 2,5 milhões de m³ de água, 3 estações elevatórias, 2 caixas de passagem, ETA e 9,7 km de adutoras. Os recursos liberados de RAP foram utilizados na execução de estrada de acesso, na implantação do canteiro, nas escavações para a fundação da barragem e do canal de desvio. O Projeto encontra-se com um avanço físico de 5%, e nele foram aplicados, em 2005, somente os recursos de Restos a Pagar no montante de R\$ 6.360.000,00.

Programa 0515 – Ação 5308 – Construção da Barragem Jequitaí no Estado de Minas Gerais

Trata-se da Barragem 1, cujo projeto compreende a construção de um barramento na calha do Rio Jequitaí, com capacidade de acumulação de 780 milhões de m³ de água para o abastecimento humano, geração de energia e irrigação de uma área de 18.988 ha. O abastecimento beneficiará uma população aproximada de 310 mil habitantes em sete localidades. Os recursos foram aplicados na conclusão da atualização do projeto executivo e na adequação dos estudos ambientais. Além disso, deu-se continuidade ao processo de aquisição de terras, nos termos do Decreto de desapropriação existente, no sítio da barragem. Foram feitas audiências públicas solicitadas pela Prefeitura Municipal de Jequitaí, pelo Estado de Minas Gerais e pela CODEVASF. Essa fase do Projeto encontra-se com 95% de execução física. Da dotação de R\$ 4.224.501,00 foram pagos R\$ 1.282.394,21 e R\$ 1.125.947,39 de Restos a Pagar.

Programa 0515 – Ação 3715 – Construção da Barragem Berizal no Estado de Minas Gerais

A obra consiste na construção de uma barragem com capacidade de acumulação de 339 milhões de m³, a partir do barramento do Rio Pardo, para abastecimento dos Municípios de São João do Paraíso, Berizal, Rio Pardo de Minas, Taiobeiras e Indaiabira. Além disso, visa à irrigação de 10.000 ha e o assentamento de 300 a 450 famílias, abastecendo uma população de 120.000 habitantes. A 1ª Etapa encontra-se concluída e diz

respeito aos estudos ambientais. A 2ª Etapa, em andamento, diz respeito ao assentamento. No tocante às obras, a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM autorizou a conclusão dos serviços de concretagem e terraplenagem do vertedouro, bem como de parte da boca do montante da tomada d'água, além da compra e da montagem dos equipamentos hidromecânicos. Para isso, foram destinados recursos do OGU/2005, bem como de RAP 2004, atingindo-se uma execução física acumulada de 35%. Da dotação de R\$ 4.250.001,00 foram pagos R\$ 4.203.276,18, R\$ 3.969.019,13 de Restos a Pagar.

Programa 0515 – Ação 3601 – Construção do Complexo Castanhão no Estado do Ceará

O Projeto consiste na construção de barragem com capacidade de acumulação de 6,7 bilhões de m³, bem como em um conjunto de ações de infra-estrutura complementar e reassentamento. O Complexo irá beneficiar 3,5 milhões de habitantes, quando em operação, atendendo aos Municípios de Alto Santo, Morada Nova, Jaguaribe, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Russas, Ibicuitinga, Itaiçaba, Fortaleza e à Região Metropolitana da capital do Ceará. A Barragem encontra-se concluída, com acumulação de 4,8 bilhões de m³ de água, gerando suporte hídrico para o Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas. Com os recursos do OGU 2005 mais os de Restos a Pagar, deu-se continuidade às atividades para a conclusão do Complexo Castanhão, compreendendo: implantação de projetos produtivos, beneficiando 18 comunidades rurais assentadas; sistemas de abastecimento para essas comunidades; dentre outras atividades. O Projeto encontra-se com avanço físico de 87%. Da dotação de R\$ 11.619.501,00 foram pagos R\$ 5.002.749,25 além dos R\$ 3.692.370,26 de Restos a Pagar.

Programa 0515 – Ação 3647 – Construção da Adutora Jucazinho com 243 km de Extensão no Estado de Pernambuco

A Adutora, com 270,9 km de extensão, visa ao abastecimento d'água de 58 localidades. Encontram-se implantados 250 km relativos aos ramais da Linha Norte e Sul, sendo a Linha Norte com 120 km e a Linha Sul com 150,9 km, beneficiando 725 mil habitantes. Com os recursos de Restos a Pagar e do OGU 2005, deu-se continuidade aos serviços relativos às obras de assentamento e montagem da adutora, no trecho entre as cidades de Bezerros/Gravatá; às atividades de assentamento e montagem de 4 km de adutora, referente ao trecho entre o tanque de alívio unilateral e a estação de tratamento de água da cidade de Bezerros e bem como à instalação de equipamentos hidromecânicos e bombas da estação elevatória EE6. Foram realizados também os testes na tubulação assentada no trecho Ameixas/Cajazeiras/EE6 e, ainda, o assentamento de 1 km de tubos de 400 mm do trecho Bezerros/Gravatá. Concluiu-se ainda a interligação da tubulação dupla entre o bueiro da BR-232 e a ETA de Bezerros, estando o Projeto com cerca de 93% de execução física acumulada. Da dotação de R\$ 9.777.001,00 foram pagos R\$ 8.349.167,00, além dos R\$ 9.248.172,00 de Restos a Pagar.

Programa 0515 – Ação 3735 – Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais

Compreende a construção de um barramento na calha do Rio Verde Grande, com capacidade de acumulação de 950 milhões de m³ de água, para o abastecimento de 7 localidades, levando benefícios a uma população de 500 mil habitantes. Dos recursos de 2005, R\$1.135.092,66, foram utilizados na elaboração dos estudos técnicos do EIA/RIMA e o de Sustentabilidade, estando o projeto executivo concluído. O início das obras depende da conclusão desses estudos para a obtenção do Certificado de Sustentabilidade junto a ANA.

Programa de Integração de Bacias Hidrográficas – 1036

Relativamente ao Programa Integração de Bacias, o principal objetivo é contribuir para a sustentabilidade hídrica do semi-árido nordestino, com a finalidade de reduzir a vulnerabilidade das economias regionais ao fenômeno recorrente das secas e as desigualdades sociais no âmbito regional.

O Projeto foi aprovado em janeiro de 2005, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e teve a sua Licença Prévia expedida pelo IBAMA em abril, viabilizando o início de suas atividades em três vetores: elaboração e conclusão do cadastramento fundiário, início da elaboração dos Programas Ambientais e dos procedimentos licitatórios referentes à aquisição de moto-bombas e contratação da execução e supervisão de obras civis.

Após a celebração, em setembro de 2005, do “Pacto de Sustentabilidade” do empreendimento, entre Ministros de Estados e Governadores de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, e concluídos os Estudos de Sustentabilidade Técnica, Administrativa, Financeira e Operacional do Projeto, foi obtida a Outorga Definitiva do Uso D’água do Rio São Francisco, com vazão de 26m³/s, aprovada pela Agência Nacional de Águas – ANA.

Além disso, em 2005, no Programa da Integração de Bacias Hidrográficas, foram direcionados recursos para as ações de reassentamento, para os projetos de integração dos açudes Macacos (Sistema Pirangi), Fogareiro (Bacia do Rio Quixeramobim / Jaguaribe / Pirabibu) e para o Sistema Integrado Orós Feiticeiro (1ª Etapa). No tocante à ação Integração do Rio São Francisco com o Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste), foram aplicados R\$ 98 milhões e, até dezembro de 2005, as atividades de implantação do empreendimento concentraram-se no desenvolvimento dos serviços de gerenciamento e apoio técnico, na elaboração do projeto executivo dos trechos de obras a serem executados pelo Ministério da Defesa, no programa de indenizações de terras e benfeitorias e na implementação dos programas ambientais previstos no Plano Básico Ambiental, através da celebração de convênios e repasse de recursos a diversos órgãos federais.

É um Programa estruturante, cujo foco atual é o Rio São Francisco, e tem como principal objetivo contribuir para a sustentabilidade hídrica do semi-árido nordestino, reduzindo a vulnerabilidade das economias regionais ao fenômeno recorrente das secas e as desigualdades sociais e de oportunidade, no âmbito regional.

Quanto aos recursos, foram disponibilizados limites e investidos R\$ 105,5 milhões, sendo R\$ 104,6 para o OGU 2005 e R\$ 930,8 mil para Restos a Pagar.

Programa 1036 – Ação 12EP – Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste) (NE)

Foram desenvolvidas atividades para a Elaboração do projeto executivo das rodovias de acesso às Estações de Bombeamento; execução de obras de pavimentação da estrada na ilha de Assunção; construção do Trecho 4 – Açude Pacajús ao Açude Gavião, Estação de Tratamento localizada no Trecho 5 e parte da terraplenagem do Trecho 3 – Serra do Félix ao Açude Pacajús. Da dotação de R\$ 446.730.199,00 foram aplicados R\$ 98.421.281,29.

Programa 1036 – Ação 12EO – Reassentamento da População Residente em Áreas Afetadas pela Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste) (NE)

Foram desenvolvidas atividades de desapropriação, de regularização fundiária e para reassentamento de famílias. Da dotação de R\$ 65.590.001,00 foram aplicados R\$ 890.800,22.

Programa 1036 – Ação 101N – Integração das Bacias dos Rios Jaguaribe/Poti/Longá, Acaraú/Coreaú, Mamanguape/Gramame/Apodi/Piranhas Acu no Nordeste Setentrional (NE)

Nessa ação estão celebrados convênios para a execução de obras do Sistema Integrado Orós-Feiticeiro; da Integração do Açude Macacos no Sistema Pirangi (Canal do Trabalhador) e para a Interligação do Açude Fogareiro com a Bacia do Rio Quixeramobim/Jaguaribe/Pirabibu. Para essa ação foram utilizados os recursos de Restos a Pagar de R\$ 930.894,32.

Programa de Drenagem Urbana Sustentável – 1138

Esse Programa tem o objetivo de promover a defesa permanente da população contra desastres naturais ou provocados pelo homem, com prioridade para as ações de prevenção, visando desenvolver a gestão sustentável da drenagem urbana, com ações estruturais e não-estruturais dirigidas à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provocados por enchentes. Os principais beneficiários são as populações localizadas nas regiões metropolitanas sob influência das áreas das bacias hidrográficas.

No tocante aos valores, em 2005 foram disponibilizados e investidos R\$ 13,4 milhões, sendo R\$ 8,5 para atender ao OGU 2005 e R\$ 4,9 para atender aos Restos a Pagar, visando principalmente à continuidade das obras de canalização e urbanização dos córregos Cascavel e Bandeira e à drenagem e à urbanização do sistema viário da Região Metropolitana de Belo Horizonte com reflexos na melhoria da drenagem urbana e conseqüentemente das condições de natureza social da população ribeirinha, inclusive, do saneamento. O Programa contou com 24 ações, sendo que 21 relativas a emendas parlamentares.

Programa 1138 – Ação 1E36 – Canalização do Córrego Cascavel – Goiânia – GO

Localizado na Região Metropolitana de Goiânia, as obras a serem realizadas consistem na canalização com drenagem, urbanização e pavimentação das vias marginais, numa extensão de 1,3 km, localizadas entre as Avenidas Castelo Branco e T2. Em 2005, foram liberados os recursos referentes ao RAP 2004, para a canalização de 95 m do Córrego Cascavel e a construção de uma ponte de travessia. Além disso, os recursos empenhados (R\$ 10,0 milhões, sendo R\$ 3,0 milhões referentes à Funcional Programática 15.451.1138.1662.0050 - Obras de Macrodrenagem na Região Centro-Oeste) permitirão a retificação, canalização e urbanização do leito do Córrego, em um trecho de 680 m de extensão, 14.900 m² de pavimentação e 1900 m de drenagem das vias marginais. Foram aplicados, em 2005, recursos da ordem de R\$ 4.000.000,00 de Restos a Pagar.

Programa 1138 – Ação 1E38 – Urbanização de Fundo de Vale do Córrego Bandeira – Campo Grande – MS

Localizado na Região Metropolitana de Campo Grande, a Obra tem como finalidade solucionar os problemas de alagamento na área, por meio da canalização do Córrego, numa extensão de 8,2 km, entre as Avenidas Três Barras e Ernesto Geisel, bem como erradicar as erosões das suas margens propiciando a ligação entre aquelas Avenidas. No exercício de 2005, com o montante aplicado dos RAP 2004, foram executados os serviços da 4ª Etapa da obra, correspondendo a 732 m de drenagem do lençol freático, 770 m de microdrenagem em galerias e 14.600 m² de pavimentação. Com os recursos empenhados, será executada a 5ª Etapa necessária para a conclusão do escopo de serviços referentes à

canalização e à urbanização dos trechos entre as ruas Ernesto Geisel e Anchieta e entre as ruas Alegria e Felinto Miller. Foram utilizados, em 2005, R\$ 2.500.000,00 de Restos a Pagar.

Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas – 1305

A Bacia do Rio São Francisco tem uma localização estratégica, pois constitui um território que faz a ligação natural entre o Sudeste, Região mais desenvolvida do Brasil e o Nordeste, em estágio menos adiantado de desenvolvimento. É também uma Bacia de grande importância socioeconômica por seu multiuso, dotada de imenso potencial energético, agropecuário, agroindustrial, pesqueiro, turístico, cultural e ecológico. Com vários paradoxos socioeconômicos e uma grande vulnerabilidade ambiental, a Bacia apresenta áreas de acentuada riqueza, densamente povoada, e áreas de pobreza crítica e baixa densidade demográfica.

A Bacia sofre grande pressão sobre os recursos naturais desde meados do século XIX, tendo os maiores impactos dessa exploração ocorrida durante a segunda metade do século passado. Uma das Sub-bacias mais atingidas é a do Rio das Velhas, onde se localiza o Quadrilátero Ferrífero e a Região Metropolitana de Belo Horizonte, fortemente industrializada, gerando os mais diversos produtos, sendo a Região com maior concentração populacional da bacia, mas tendo a poluição como um dos seus subprodutos nefastos.

Antes da efetiva concepção do Programa de Revitalização e da implementação do GEF São Francisco, os diagnósticos, estudos e projetos, realizados no seu território, não refletiram integralmente uma abordagem que considerasse a Bacia como um todo, incluindo a sua zona costeira, ao mesmo tempo em que nunca se adotou uma perspectiva de gerenciamento integrado da Bacia.

O Programa de Revitalização do Rio São Francisco é um programa do Ministério do Meio Ambiente com ações do Ministério da Integração Nacional, cujo objetivo é a recuperação, a conservação e a preservação ambiental, por meio da implementação de ações que promovam o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições sócio-ambientais da Bacia e, o aumento da quantidade e a melhoria da qualidade da água para usos múltiplos. Os principais beneficiários do Programa são uma população que, em 2000, já alcançava cerca de 13,3 milhões de habitantes, correspondendo a cerca de 8% da população brasileira

Em 2005 foram disponibilizados limites e investidos R\$ 42,5 milhões, sendo R\$ 35,3 para o OGU 2005 e R\$ 7,2 para os Restos a Pagar, aplicados nas ações de recuperação e revitalização do Rio São Francisco, recuperação dos processos erosivos na Bacia, monitoramento da qualidade da água, reflorestamento de nascentes, margens e áreas degradadas de Minas Gerais e da Região Nordeste.

Programa 1305 – Ação 5472 – Recuperação e Controle de Processos Erosivos na Bacia do Rio São Francisco (NE)

O propósito desta ação visa controlar os processos erosivos e recuperar as áreas degradadas na Bacia do São Francisco. Em 2005, foi celebrado convênio com a Universidade Federal da Bahia para a elaboração de projetos de recuperação de micro-bacias, que ainda não foram iniciados pelo atraso no descontingenciamento dos recursos orçamentários, que só ocorreu em dezembro de 2005 e a execução direta pela CODEVASF da proteção de barrancas do São Francisco, com a recuperação do dique Contiguiba/Pindoba, no Baixo São Francisco Sergipano, sendo que a execução física atingiu 5%. Da dotação de R\$ 4.796.121,00, foram utilizados R\$ 165.964,83.

Programa 1305 – Ação 3429 – Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco

O Projeto visa garantir o reforço hídrico para a regularização das águas da Bacia do São Francisco e a melhoria das condições fluviais no Baixo São Francisco; promover a articulação entre as diversas instâncias governamentais e da sociedade no sentido de viabilizar a recuperação dessa bacia, degradada pela ação antrópica e, por conseguinte, aumentar a oferta hídrica de melhor qualidade para usos múltiplos. Em 2005, foram assinados convênios para a implantação de sistemas de esgotamento sanitário com as Prefeituras Municipais de Santa Maria da Boa Vista, Petrolina, Cabrobó, Salgueiro, no estado de Pernambuco, Pirapora, Caeté, Bom Despacho, no estado de Minas Gerais, Bom Jesus da Lapa, Juazeiro, Canarana, América Dourada, Barro Alto, no Estado da Bahia e Penedo, no estado de Alagoas e, para a elaboração de Projetos Executivos para a implantação dos sistemas de esgotamento sanitário em 20 cidades do interior de Pernambuco, e em Xique-Xique e Carinhanha no estado da Bahia. Assinado convênio com a prefeitura municipal de Penedo (AL) para o desassoreamento do Rio São Francisco no Trecho Neópolis (SE) a Penedo (AL). Convênio com a CHESF e a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) para a conformatação de leito do Rio São Francisco-Hidrovia. Convênio com a Prefeitura Municipal de Ibotirama (BA) para a recuperação da Barragem Poço do Peixe. Convênio com a Prefeitura Municipal de Nova Porteira (MG) para a manutenção e limpeza da calha do rio Gorutuba. Para a implantação de sistemas de abastecimento de água, foram assinados convênios para elaboração dos Projetos Executivos com a Prefeitura Municipal de Igreja Nova (AL), Santa Maria da Boa Vista (PE) - comunidade Chapada do Peba, Itapicuru (BA) e Sitio do Mato (BA) - assentamento para reforma agrária. Convênio com a Associação Técnico-Científica Ernesto de Luiz de Oliveira Jr. (ATECEL) - Universidade Federal da Paraíba, para o Projeto Estudos de Água Difuso - Projeto Água Doce, com a recuperação de dessalinizadores. Convênio com a Prefeitura Municipal de Penedo (AL) para a implantação do Laboratório de Análise de Água. Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento (FADE/UFPE) para a elaboração do projeto de estudo de mercado de carbono, visando a implantação de áreas de reflorestamento. Convênio com Fundação de Pesquisas Florestais (FUPEF/PR) para elaborar o Projeto Estudos de Viabilidade de Implantação de Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Convênio com a Associação de Apoio aos Assentamentos de Reforma Agrária, visando a conservação e recuperação de matas ciliares da Bacia do Rio São Francisco nos estados da Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco. No entanto, a execução física destas obras ainda não teve início devido ao atraso no descontingenciamento dos recursos orçamentários, que foi efetuado no final de dezembro.

Dentre as obras que tiveram suas execuções físicas iniciadas, destacam-se os estudos para barramentos nas bacias dos rios Paracatu, Velhas e Urucuia em Minas Gerais, atingindo 80% da meta pretendida; revitalização ambiental dos Perímetros de Irrigação da CODEVASF (MG, BA, SE, AL e PE), com a realização de 60% da meta pretendida; conclusão da Adutora Salitrinho, sistema de abastecimento de água comunitário; conclusão do cadastro de usuários de água da Bacia do São Francisco; conclusão dos estudos de planejamento econômico-social para a Serra Dois Irmãos (confluência das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba - BA/PI). Foram concedidos destaques orçamentários para o Ministério do Meio Ambiente para a elaboração do projeto demonstrativo de recuperação ambiental de áreas degradadas pela exploração mineral e para o macrozoneamento ecológico-econômico da Bacia do Rio São Francisco. Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi concedido destaque orçamentário para a construção de 5.000 cisternas. Da dotação de R\$ 82.072.001,00, foram aplicados R\$ 27.900.119,60.

CAPÍTULO IV

PROÁGUA SEMI-ÁRIDO

I. CARACTERIZAÇÃO DO PROÁGUA Semi-árido

O PROÁGUA/Semi-árido é um Projeto de Gestão de Recursos Hídricos do Governo Federal, financiado em parte com recursos do Banco Mundial, por intermédio do Loan Agreement 4310-BR. O volume global original de recursos equivalia a US\$ 330 milhões, dos quais US\$ 198 milhões originários do empréstimo do Banco Mundial e US\$ 132 milhões de contrapartida nacional (Federal e Estadual). Em novembro de 2003, foi aprovado pelo Banco o pedido do Governo Federal para aditar o prazo do Projeto em 24 meses com um cancelamento de US\$ 40 milhões no valor financiado pelo Banco Mundial e, em 2005, o Banco aprovou novo pedido de solicitação para estender o projeto em mais doze meses.

Devido ao corte, o volume global de recursos para o Projeto foi alterado, equivalendo a US\$ 236,6 milhões, dos quais US\$ 158 milhões originários do empréstimo do Banco Mundial e US\$ 78,6 milhões de contrapartida nacional (Federal e Estadual). O financiamento de parte da contrapartida nacional será realizado com recursos do JBIC (Japan Bank for International Cooperation), no valor de ¥ 3,6 bilhões, aproximadamente US\$ 28,85 milhões, como firmado pelo acordo de empréstimo N° BZ-P14 celebrado em 30 de abril de 2003 entre o Governo Federal e o JBIC.

O PROÁGUA/Semi-árido traz consigo uma missão estruturante, com ênfase no fortalecimento institucional para a Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil, em particular na região Nordeste, e na garantia da ampliação da oferta de água de boa qualidade para o Semi-árido Brasileiro.

O PROÁGUA/Semi-árido foi subdividido em quatro componentes: (i) Gestão de Recursos Hídricos; (ii) Estudos e Projetos; (iii) Obras Prioritárias; e (iv) Gerenciamento, Monitoria e Avaliação.

As ações do PROÁGUA/Semi-árido são executadas diretamente pelos Estados de **Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe**, por intermédio de Secretarias Estaduais de Recursos Hídricos. Ações na área de Gestão em rios federais foram executadas até dezembro de 2000 pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente – SRH/MMA, passando posteriormente para a responsabilidade da **Agência Nacional de Águas – ANA** podendo, nestes casos, beneficiar a outros Estados brasileiros, além daqueles acima citados. Estudos e Projetos visando à implantação de infra-estrutura hídrica em rios federais estão a cargo da **Secretaria de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional – SIH/MI**.

O Gerenciamento Nacional do PROÁGUA/Semi-árido é de responsabilidade de uma Unidade de Gerenciamento dos componentes de gestão e estudos e projetos criada inicialmente na SRH/MMA e atualmente funcionando junto a ANA, e de uma Unidade de Gerenciamento do componente de obras criada na SIH/MI.

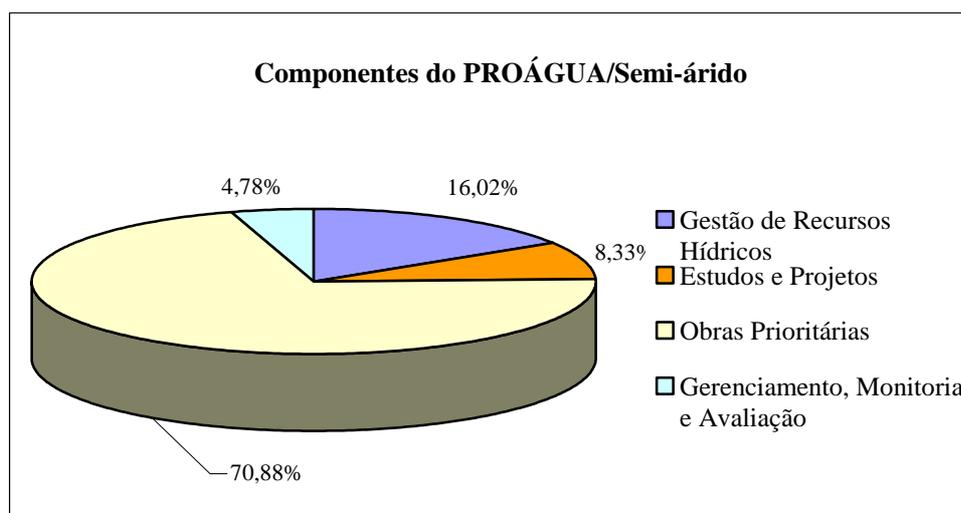
O período de execução do PROÁGUA/Semi-árido foi previsto originalmente para cinco anos, iniciando-se em julho de 1998 e estendendo-se até junho de 2003. A data original de fechamento do Loan Agreement 4310-BR era 31 de dezembro de 2003, porém com os aditivos aprovados, o encerramento do Projeto será em 31 de dezembro de 2006.

II. SISTEMÁTICA PARA A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PROÁGUA Semi-árido

Os recursos do Projeto foram distribuídos por componentes, nos seguintes valores:

Componente	US\$ Milhões
Gestão de Recursos Hídricos	37,9
Estudos e Projetos	19,7
Obras Prioritárias	167,7
Gerenciamento, Monitoria e Avaliação	11,3
TOTAL	236,6

*Distribuição modificada pela proposta de aditivo aprovada.



Não foram alocados recursos específicos para cada um dos Estados beneficiários. Os recursos foram distribuídos em três Fundos Competitivos: de Gestão; de Estudos e Projetos; e de Obras Prioritárias, respectivamente. Competirá a cada Estado da região Nordeste, beneficiário do Projeto, organizar-se para competir pelos recursos disponíveis naqueles fundos. Obviamente que foram criados mecanismos durante os dois primeiros anos do Projeto, para salvaguardar aqueles Estados com áreas localizadas no semi-árido brasileiro e que apresentavam, no período da preparação do Projeto, menor grau de desenvolvimento em termos de Gestão de Recursos Hídricos.

O PROÁGUA Semi-Árido constitui-se no primeiro Projeto do Governo Federal *que estimula o envolvimento dos cidadãos na gestão da água, obriga a cobrança de tarifas que cubram os custos de prestação dos serviços de água, e requer a preparação prévia de estudos de viabilidade técnica, de avaliação de impactos ambientais e de viabilidade econômica e financeira.* Na prática, o PROÁGUA Semi-Árido vem se constituindo como um Projeto que está promovendo mudança de paradigmas na gestão dos recursos hídricos no Brasil, com ênfase na Região Nordeste, a partir da reestruturação dos sistemas de recursos hídricos nos Estados e da implementação de infra-estrutura física prioritária.

III. RESULTADOS ALCANÇADOS PELO PROÁGUA Semi-Árido

A. Ações em execução ou concluídas sob a responsabilidade dos Estados

A.1. Componente Gestão de Recursos Hídricos

- Estruturação e funcionamento de 8 UEGP's, nos Estados de Alagoas,

Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe que, além de gerenciarem o Projeto, reforçam institucionalmente as SRH estaduais.

➤ **Aprimoramento da Legislação de Recursos Hídricos** nos Estados de Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte.

➤ **Apoio à criação de Institutos/Agências Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos** nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

➤ **Apoio à reestruturação do Instituto Mineiro de Gestão de Águas** no Estado de Minas Gerais.

➤ **Ampliação e Melhoramento da Rede Hidrometeorológica** nos Estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

➤ **Apoio à implantação do Sistema de Monitoria Telemétrica do Aquífero Missão Velha** no Estado do Ceará.

➤ **Implantação de Sistemas de Outorgas** nos Estados de Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

➤ **Apoio à Implementação de Sistemas de Análise de Quantidade e Qualidade dos Recursos Hídricos Superficiais** no Estado da Paraíba

➤ **Reenquadramento dos Cursos de Água em atendimento a Resolução 20 do CONAMA**, no Estado de Sergipe.

➤ **Implantação/Ampliação/Aprimoramento de Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos** nos Estados do Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Maranhão.

➤ **Treinamento em Manutenção e Operação de Sistemas de Abastecimento de Água** nos Estados da Bahia, Pernambuco e Piauí.

➤ **Apoio a Criação de Comitês/Associações e a Organização de Usuários de Água** nos Estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Maranhão.

➤ **Apoio ao estabelecimento de Programas de Educação Sanitária e Ambiental, a partir do uso da água** nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte Ceará.

➤ **Cadastro de Usuários de Água** no Estado do Ceará e Maranhão.

➤ **Patrocínio de Cursos de Especialização em Recursos Hídricos**, em nível de pós-graduação nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí e Sergipe.

➤ **Treinamento de Técnicos** dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Sergipe.

➤ **Treinamento de Usuários de Água** nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Piauí.

➤ **Instalação e Treinamento no Sistema NOAA/H RTP** no Estado do Ceará.

➤ **Patrocínio de Seminários para Apoio à Organização Institucional da Área de Recursos Hídricos** no Estado do Ceará.

➤ **Apoio à elaboração de plano de cargos e salários e reestruturação institucional** no Estado de Pernambuco.

➤ **Programas de Mobilização e Conscientização das comunidades envolvidas em obras de saneamento** nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.

➤ **Implantação de Sistema de licenças e cobranças** no Estado de Alagoas.

➤ **Treinamento em Operação e Manutenção de PCDs (Plataformas de Coleta de Dados)** no Estado do Ceará.

➤ **Elaboração de documentário sobre as obras do PROÁGUA** no Estado de Minas Gerais.

A.2. Componente Estudos e Projetos

➤ **Alagoas:** Planos Diretores das Bacias dos Rios Paraíba/Sumaúma, São

Miguel, Poxim, Niquim, Lagoas, Jequiá, Coruripe e Pratagy/Meirim; Estudo de Demanda de Água nas Principais Bacias do Estado; Estudo para identificação de potencial e qualidade das águas subterrâneas; Estudo para a implementação de rede de esgoto no município de Coqueiro Santo; e Estudo para Regionalização de Vazões na bacia do Riacho do Limeira.

➤ **Bahia:** Estudo para definição da Rede Hidrometeorológica; Projeto de organização de usuários da água na bacia do Recôncavo Norte e Plano de Administração, Operação e Manutenção das obras da adutora do Feijão 3ª Etapa, adutora de Planalto/Barra do Choça e do sistema integrado de abastecimento de água Piritiba/Mundo Novo.

➤ **Ceará:** Impacto da Pequena Açudagem; EIA / RIMA das Barragens de Arneiroz II e Taquara; Projeto de Monitoramento e Gestão do Aquífero Missão Velha e

➤ **Maranhão:** Plano de Gerenciamento Participativo em Recursos Hídricos da Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense – ZEE; Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos; Organização do Comitê da Bacia do rio Munim; e Elaboração de Inventário de Usuários de Água do rio Munim.

➤ **Minas Gerais:** Projeto para Gestão Participativa / Ambiental nos rios Riachão e Calhauzinho; e Consolidação de Estudos Técnicos sobre a Região da Bacia do rio Riachão; Estudo para a melhoria do sistema sanitário da Bacia do rio Doce; Projeto de Mobilização Social e Educação Ambiental do Sistema Araçuaí e Diamantina, Estudos de Alocação Negociada de Água e Cadastramento em Bacias com Potencial de Conflito, Avaliação da Adequação nos programas, nos planos de mobilização comunitária e educação sanitária e ambiental e nos POM dos sistemas de saneamento básicos do estado de Minas Gerais, para Confecção de Manual e Roteiro Referencial das Ações e Procedimentos para Implantação de Comitê de Bacia Hidrográfica e Elaboração do Plano de Administração, Operação e Manutenção do sistema Águas Vermelhas.

➤ **Paraíba:** Estratégia para Uso e Manejo de Reservatórios; Levantamento de Demanda de Água; Planos Diretores das Bacias dos rios Gramame e Paraíba; Estudo de Cobrança pelo Uso da Água Bruta; Plano de Administração, Operação e Manutenção do Sistema Adutor do Cariri; Plano Estadual de Recursos Hídricos e Elaboração de Metodologia para Implantação do Marco Regulatório do Sistema Coremas-Açu.

➤ **Pernambuco:** Revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos; Levantamento de Obras Hidráulicas; Planos Diretores das Bacias dos rios Capibaribe e Ipojuca; Estudos de Disponibilidade Hídrica das bacias dos Rios Goiana, Una, Sirinhaém e bacias litorâneas; Plano de Operação e Manutenção de Reservatórios; Elaboração de Projeto Estadual de Investimento em Recursos Hídricos; Elaboração de Bases Cartográficas; Estudo para Modernização do Núcleo de Meteorologia; Plano de Administração, Operação e Manutenção das obras de Afogados da Ingazeira e Luis Gonzaga; Elaboração do Plano de Aproveitamento dos Recursos Hídricos da Região Metropolitana de Recife, Zona da Mata e Agreste Pernambucano; e Modelo de Gerenciamento Integrado; Estudo Hidrogeológico da bacia sedimentar de São José Belmonte e Fátima e Elaboração de Proposta para a Criação do Órgão Estadual de Recursos Hídricos.

➤ **Piauí:** Modelo de Gestão, Aproveitamento de Águas Subterrâneas e Cobrança pelo Uso da Água Bruta; Preparação e Implementação de Sistema de Procedimentos Integrados para Licenciamento e Garantia de Direitos a Infraestrutura Hidráulica do Estado; e Estudos de Cenários de Disponibilidade e Demanda Hídrica em Diversas Bacias Hidrográficas do Estado; Planos de Controle Ambiental e de Administração, Operação; Manutenção das obras dos sistemas adutores de Garrincho, Fartura e Caracol; Projeto Microbacia I Vaqueta Gavião, Elaboração de Projetos Executivos para Implantação de Sistemas de Vazão em Poços Jorrantes do Vale do Gurgéia e Avaliação das Condições de Exploração dos Aquíferos do Município de Teresina.

➤ **Rio Grande do Norte:** Disponibilidade Hídrica da Lagoa do Boqueirão e Lagoa de Extremoz; Tarifação da Água; Análise de Indicadores Demográficos, Econômicos e

Sociais do Estado; Avaliação do Impacto Institucional e Operacional na CAERN, a partir da cobrança pela água bruta; Diagnóstico e proposta de Treinamento para o IGARN e SRH; Reformulação e atualização de Carta Consulta para COFIEIX para Programa de Desenvolvimento Sustentável para abordar o fenômeno da seca; Formulação de Proposta Piloto para utilização de infra-estruturas hidráulicas existentes como parte do Programa Água Boa; Estudo de causas de degradação no aquífero Jandaira, Quantificação da Oferta Hídrica da bacia rio Jacu, Preparação do Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-árido Potiguar, Modelo de Gestão para Sistemas de Abastecimento de Pequenas Comunidades Rurais, Aquisição de Laboratórios Móveis para Análise de Água, elaborar Modelagem e Desenvolvimento. De Banco de Dados e Sistema. Computacional para o Cadastro de Usuários de Água das Bacias Hidrográficas Apodi/ Mossoró e Piranhas/ Açu e Estudo e Análise Sócio Econômica das Comunidades do Trecho Inferior do Rio do Carmo

➤ **Sergipe:** Estudo para Suporte a Decisão na Gestão de Recursos Hídricos; Avaliação da Demanda de Água nas principais bacias do Estado; Estudo de concepção e detalhamento básico para supervisão e monitoramento do sistema de abastecimento de água de Piauítinga; Monitoramento de Rios; Avaliação Hidrogeológica de Boquim, Estância e Agreste Lagarto; Elaboração de Atlas Digital de Recursos Hídricos; Plano de Operação e Manutenção para os Sistemas Integrados das Aduadoras de Agreste e Piauítinga e Implementação, Organização do Comitê da Bacia do rio Piauí; Estudo para a implementação de Sistema de Outorga de Efluentes; Elaboração de Proposta para a Criação do Órgão Estadual de Recursos Hídricos e Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos.

➤ **Todos os Estados:** Elaboração de estudos de viabilidade técnica, de avaliação de impactos ambientais e de viabilidade econômica e financeira, bem como Elaboração de Projetos Básicos e/ou Executivos **para cerca de 40 Obras de Abastecimento de Água** nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

A.3. Componente Obras Prioritárias

➤ Vinte e uma adutoras já concluídas no valor total de R\$ 224,8 milhões, beneficiando diretamente a uma população de cerca de 1 milhão de habitantes, assim distribuídas:

- Feijão (2ª Etapa), Amélia Rodrigues, Piritiba/Mundo Novo e Sistemas Simplificados de Abastecimento - Padrão Central 1ª Etapa, no Estado da **Bahia**, no valor de R\$ 24,5 milhões.

- Cascavel, Trici-Tauá, Lima Campos/Icó, Iguatu, Chaval/Barroquinha, Baturité/Aracoiaba, São Gonçalo do Amarante, Acarape e Barragem de Arneiróz II no Estado do **Ceará**, no valor de R\$ 53,5 milhões.

- Sistema Águas Vermelhas (Blocos 1, 2 e 3) no Estado de **Minas Gerais**, no valor de R\$ 13,1 milhões.

- Cariri no Estado da **Paraíba**, no valor de R\$ 26,0 milhões.

- Aduadoras de Afogados da Ingazeira, Afrânio/Dormentes e Arcoverde no Estado de **Pernambuco**, no valor de R\$ 42,5 milhões.

- Mossoró no Estado do **Rio Grande do Norte**, no valor de R\$ 40,4 milhões.

- Aduadora Estrela de Alagoas/Minador do Negrão em **Alagoas**, no valor de R\$ 3,4 milhões.

- Aduadora de Piauítinga em **Sergipe**, no valor de R\$ 21,4 milhões.

➤ **Aprovação dos Projetos Técnicos/Ambientais, das Licitações, da Contratação e da Supervisão de obras, no valor de R\$ 301,1 milhões e que beneficiarão a aproximadamente 791 mil habitantes, assim distribuídas:**

- Aduadoras do Feijão (3a. Etapa), Planalto/Barra do Choça e Sistemas

Simplificados de Abastecimento - Padrão Central 2ª Etapa no Estado da **Bahia**, no valor de R\$ 28,2 milhões.

- Recuperação do Sifão Umburanas e as Adutoras de Catarina, Catunda, Ibiapaba, Lavras da Mangabeira, Serra do Félix/Boqueirão do Cesário e Pires Ferreira no **Ceará**, no valor de R\$ 37,8 milhões.

- Sistema de Araçuaí 1-A, 1-B, 1-C e Adutora de Diamantina em **Minas Gerais**, no valor de R\$ 37,7 milhões

- Adutora do Congo no Estado da **Paraíba**, no valor de R\$ 35,0 milhões.

- Adutora de Luiz Gonzaga em **Pernambuco**, no valor de R\$ 28,0 milhões.

- Sistema Adutor de Garrincho e Sistemas Independentes de Caracol e Fartura no Estado do **Piauí**, no valor de 28,8 milhões.

- Sistema Adutor de Serra de Santana e cidades circunvizinhas no **Rio Grande do Norte**, no valor de R\$ 21,3 milhões.

- Adutoras do Agreste, e Alto Sertão e Sertaneja em **Sergipe**, no valor de R\$ 84,3 milhões.

➤ **Não objeções objetivando a finalização dos estudos de viabilidade e/ou o início dos processos de licitação para as Obras Prioritárias no valor total de R\$ 19,7 milhões conforme descrito a seguir:**

- Adutora de Santana **na Bahia**, no valor de R\$ 18,6 milhões.

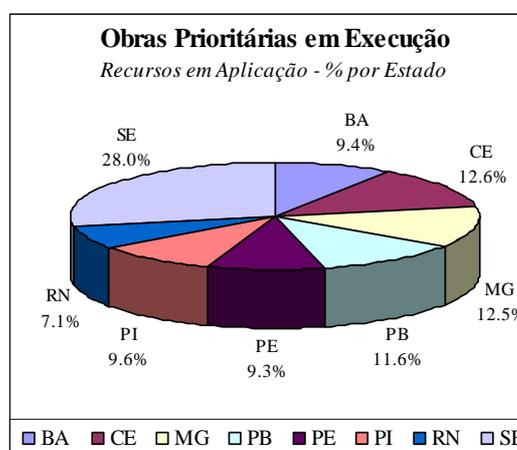
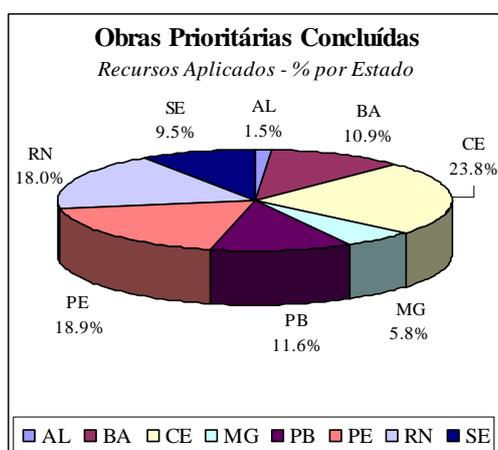
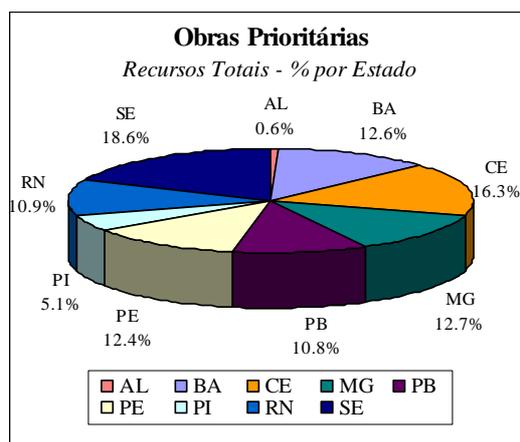
- Sistema Integrado de Saneamento Rural -SISAR no **Ceará** no valor de R\$ 1,1 milhões.

A3.1 - Obras do PROÁGUA – Concluídas, em Execução ou Conveniadas por Estado

Valores em R\$ milhões

Estado	Obras Concluídas	Obras em Execução	Novas Obras Previstas	Total
AL	3.4	0.0	0.0	3.4
BA	24.5	28.2	18.6	71.3
CE	53.5	37.8	1.1	92.4
MG	13.1	37.7	0.0	50.8
PB	26.0	35.0	0.0	61.0
PE	42.5	28.0	0.0	70.5
PI	0.0	28.8	0.0	28.8
RN	40.4	21.3	0.0	61.7
SE	21.4	84.3	0.0	105.7
Total	224.8	301.1	19.7	545.6

Obs: Quando da conclusão de todas estas obras, estarão construídos cerca de 2.000 Km de adutoras, beneficiando diretamente a mais de 2,2 milhões de habitantes de zonas semi-áridas, com um investimento médio por habitante de cerca de US\$ 90,00.



Estado	Obra	Comprimento de adutora (Km)	População atendida (hab.)	Valor total da obra (R\$)
Obras concluídas				
Bahia	Adutora Amélia Rodrigues	30	32,564	6,039,238.49
	Adutora do Feijão (2ª Etapa)	60	20,000	5,419,353.31
	Adutora Piritiba/Mundo Novo e ETE	51	20,100	9,525,020.00
	Sist. Simplificado Abast. Água - Padrão Central 1ª Etapa		5,250	3,564,668.57
Ceará	Adutora Trici-Tauá	18	26,000	2,695,014.93
	Adutora Cascável	8	49,261	1,542,550.59
	Adutora Lima Campos/Icó	12	19,122	1,690,000.00
	Adutora Iguatu	20	53,506	5,225,000.00
	Adutora Acarape	56	154,000	10,588,402.40
	Adutora São Gonçalo do Amarante	18	20,886	2,649,600.00

	Adutora Baturite/Aracoiaba	25	50,719	5,168,904.58
	Adutora Chaval/Barroquinha	33	21,937	2,708,692.48
	Barragem Arneiroz II	-	20,000	21,205,975.92
Minas Gerais	Sistema Águas Vermelhas	46	20,300	13,112,091
Paraíba	Adutora Cariri	180	49,300	25,986,246.00
Pernambuco	Adutora Afrânio/Dormentes	160	33,671	13,385,890
	Adutora Afogados da Ingazeira	75	46,086	19,871,184.22
	Adutora ArcoVerde	73	24,000	9,201,886.00
Rio Grande do Norte	Adutora Mossoró	120	326,000	40,383,470
Sergipe	Adutora de Piauitinga	35	80,312	21,396,420
Alagoas	Adutora Estrela Alagoas / Minador do Negrão	20	10,500	3,400,000.00
Subtotal		985	1,083,514	224,759,607.82

Obras em andamento				
	Sist. Simplificado Abast. Água - Padrão Central 2ª Etapa		5,250	6,008,651
Bahia	Adutora do Feijão (3ª Etapa)	250	53,000	12,736,250
	Adutora Planalto/Barra do Choça	20	43,723	9,499,745
	Recuperação de Sifão Umburanas*	13	*	20,000,000
	Adutora de Catarina	20	9,408	2,912,000
	Adutora de Catunda	2	6,712	568,200
Ceará	Sistema Adutor Graça/Pacujá/Mucambo	44	22,883	7,122,191
	Adutora de Lavras da Mangabeira	28	21,204	3,048,000
	Adutora Serra do Félix/Boq. do Cesário	20	11,200	2,117,029
	Adutora de Pires Ferreira	16	5,162	2,014,101
Minas Gerais	Sist. Araçuaí- 1A		12,617	6,662,055
	Sist. Araçuaí- 1B	-	12,617	11,885,352
	Sist. Araçuaí- 1C			12,525,443
	Sist. Diamantina		13,269	6,633,739.00
Paraíba	Adutora Congo	163	55,354	35,000,000
Piauí	Adutora Garrincho	190	55,910	28,759,093
Pernambuco	Adutora Luiz Gonzaga	118	45,500	28,000,000
Rio Grande do Norte	Adutora Serra da Santana - 2ª Etapa	200	40,457	21,262,741
Sergipe	Alto Sertão e Sertaneja**	-	280,582	62,154,306
	Adutora Agreste	56	96,261	22,109,614
Subtotal		2,145	791,109	301,018,509.80

Continuação do quadro acima

Estado	Obra	Comprimento de adutora (Km)	População atendida (hab.)	Valor total da obra (R\$)
Obras previstas				
Ceará	SISAR	-	15,000	1,062,500
Bahia	Adutora de Santana**	145	65,000	18,572,268
Subtotal		3,179	320,000	19,634768.10
TOTAL		6,309	1,954,623	545,412,885.72

*A recuperação de Sifão Umburanas vai proporcionar uma maior eficiência do Canal do Trabalhador no abastecimento de cerca de 2,0 milhões de habitantes da Região Metropolitana de Fortaleza.

** Obras com financiamento do JBIC.

B. Atividades concluídas ou em execução sob a responsabilidade do Governo Federal

B.1. Sob a responsabilidade da SRH/MMA e posteriormente da ANA:

- Programa de Acompanhamento da Qualidade das águas no semi-árido brasileiro e recuperação/instalação de bases físicas, contratado com a EMBRAPA;
- Curso de Treinamento de Gestão de Recursos Hídricos;
- Apoio ao Comitê para Integração dos Rios Piranhas - Açú Alto Paraguai e Paraíba do Sul;
- Consolidação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos;
- Preparação de software sobre Recursos Hídricos;
- Apoio à realização da IIIª Sessão da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação;
- Edição do livro “Interfaces do Gerenciamento de Recursos Hídricos”;
- Editoração de Revista da Secretaria de Recursos Hídricos;
- Apoio à realização do Seminário Multilateral do Aquífero Guarani;
- Apoio à realização do Workshop “Barragens, Desenvolvimento e Meio Ambiente”;
- Implantação de Sistemas de Outorga;
- Plano de Ação Movimento Cidadania pelas Águas;
- Serviços de Consultoria para a concepção do PROÁGUA Nacional;
- Apoio ao fortalecimento institucional da ANA;
- Campanha de Mobilização para a Gestão do Rio São Francisco;
- Inventário Ambiental dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Poxim em Sergipe;
- Preparação e implementação de Sistema Computacional de Outorga da Água – aplicação piloto na bacia do rio Paraíba do Sul.
- Implementação e gerenciamento de Programa de Controle da Poluição em Bacias Hidrográficas;
- Serviços de Consultoria para a região do Alto Paraguai e Pantanal
- Serviços de Consultoria para Análise e Avaliação Institucional da ANA e do Programa e Políticas de Treinamento;
- Elaboração de sistema para definição de outorga de água na bacia do rio Paraíba do Sul;

- Elaboração de Plano para Gerenciamento do Complexo Estuarino Lagunar Mundau/Maguaba no Estado de Alagoas;
- Modernização dos sistemas de informações geográficas e capacitação técnica da ANA;
- Serviços de consultoria para revisão de procedimentos da ANA e elaboração de proposta para aditivo do PROAGUA/Semi-Árido para o período de 2003 a 2005;
- Serviços de consultoria para definição de estratégias institucionais e programação de atuação da ANA;
- Avaliação da possibilidade de implementação de modelo de simulação de recursos hídricos para a bacia do rio São Francisco e bacias vizinhas;
- Elaboração de diagnóstico quantitativo de principais usuários de água da bacia do rio Paraíba do Sul;
- Serviços de consultoria para preparação e/ou avaliação de estudos, planos e projetos com o objetivo de fortalecimento institucional do setor para apoio a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Serviços de consultoria para avaliação de estudos, planos e projetos visando o saneamento com ênfase em sistemas de abastecimento de água;
- Desenvolvimento de Sistema de Controle de Licenças – SISCO com adaptações para o Projeto da Bacia do Paraíba do Sul;
- Serviços de consultoria para coordenação nacional de Proteção Ambiental e Gerenciamento Sustentável do Projeto do Sistema Guarani e participação no Comitê de Avaliação do Fundo Guarani de Universidades;
- Consultoria para desenvolvimento de Curso de Formação de Reguladores para a ANA;
- Consultoria para mitigação de problemas causados pela sedimentação em rios;
- Edição e publicação dos livros “O Estado das Águas no Brasil” e “Atlas da Bacia do rio das Velhas”;
- Serviços de consultoria para análise de implementação do Componente Gerenciamento de Recursos Hídricos nos Estados;
- Apoio à participação de técnico em Simpósio de Novas Perspectivas em Educação e Treinamento em Meteorologia e Hidrologia Operacional;
- Consultoria para preparação de Atlas sobre obras prioritárias na região do semi-árido;
- Consultoria para representação brasileira no Comitê Universitário de Fundo de Apoio ao Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema do Aquífero Guarani;
- Aquisição de *software* de geoprocessamento e treinamento da equipe técnica para sua utilização;
- Elaboração de estudo de situação atual e perspectivas de abastecimento de água em regiões metropolitanas e conglomerados urbanos;
- Consultoria para preparação de plano estratégico de recursos hídricos para a ANA.
- Consultoria para desenvolvimento de normas e critérios para implementação do Plano de Controle de Uso da Água e definição da estrutura do Plano de Alocação de Água para a bacia do rio Piranhas-Açu;
- Participação de técnico no curso de “Management of underground water” e “Water right systems” ocorrido em Washington DC, EUA
- Consultoria para elaboração de estudo sobre a situação atual do abastecimento de água no Brasil;
- Especialista administrativo e econômico-financeiro na área de outorga de água;

- Serviços de consultoria para elaboração e implantação de sistema fiscalização na ANA (SISFIS);
- Especialista para formulação de plano de estrutura organizacional para a ANA;
- Consultoria para manutenção e atualização do sistema PRÓTON – Sistema de Gerenciamento de Documentos;
- Avaliação do sistema de registro de usuários de água do rio Verde;
- Elaboração de Plano Estratégico de Comunicação para a ANA;
- Apoio à elaboração de workshop em Gerenciamento de Qualidade da Água;
- Consultoria para a elaboração do Plano de Gestão de Recursos Hídricos para as bacias dos rios Capivara, Piracicaba, Jundiá e Paraíba do Sul.

B.2. Sob a responsabilidade da SIH/MI

- Estudo de Marco Zero de 33 adutoras nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe através da UGPO/SIH/MI.
- Contratação de Consultores para composição do Painel de Segurança de Barragens;
- Treinamento de técnicos;
- Projetos Básicos de Sistemas de Abastecimento de Água. Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos para pequenas comunidades rurais na região do Seridó – Rio Grande do Norte;
- Desenvolvimento de *software* para o SIP;
- Consultoria para elaboração de relatório para identificação de obras (RIO) relacionado ao sistema adutor do rio Pajeú;
- Consultoria para implementação de metodologia para gerenciamento de obras incluindo a aplicação de *software* específico;
- Realização de três workshops para estabelecimento de diálogo entre membros do Ministério da Integração e autoridades estaduais;
- Foi assinado em 08 de Janeiro de 2002 o Projeto de Cooperação Técnica da CODEVASF com a OEA para preparação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba – PLANAP no valor de US\$ 1.180.000,00;
- Realização de seminário para preparação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba – PLANAP;
- Contratação de consultores para a elaboração do Projeto PROÁGUA II;
- Consultoria para a elaboração do Plano de Integração das bacias do Piauí;
- Elaboração de Plano de Educação Ambiental, Comunicação e Recomposição Ambiental para o sistema adutor de Estrela de Alagoas-Minador do Negrão e Lagoa de São José no estado de Alagoas;
- Estudo para o controle de cheias na bacia do rio Caratinga em Minas Gerais.
- Consultoria para a elaboração de um Modelo de Gerenciamento Sustentável para o Sistema Adutor de Serra de Santana no Rio Grande do Norte.

B.2.A Produtos Desenvolvidos pelo PLANAP com recursos do PROÁGUA Semi-árido

- Guia para Elaboração de Relatórios Parciais e Finais;
- Metodologia de Planejamento Participativo;
- Guia Operativo do PLANAP;
- 1º Relatório Parcial da Pesquisa - Análise de Consistência dos Dados Secundários;
- 1ª Versão - Plano de Curto Prazo – Diagnóstico das Principais Infra-estruturas

Hídricas da Bacia do Parnaíba / Proposta Metodológica para o Planejamento Estratégico Participativo;

- Promoção de Eventos Regionais no âmbito do Plano de Ação de Curto Prazo/Termos de Referência de Consultorias Complementares/Relatório da Articulação Institucional para Operacionalização das Parcerias no Estado do Piauí;
- Promoção de Eventos Regionais no âmbito do Plano de Ação de Curto Prazo / Relatório sobre Coordenação de Eventos Regionais no âmbito do Plano de Ação de Curto Prazo;
- Plano de Ação de Curto Prazo – Aproveitamento das Infra-estruturas Hídricas da Bacia do Parnaíba;
- 2º Relatório Parcial da Pesquisa - Análise de Consistência dos Dados Secundários;
- 1ª Versão - Sumário do Relatório Final - Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba;
- Cronograma dos Eventos Regionais dos Territórios de Cocais e Alto Parnaíba / Caderno de Instruções para Uso do ITOG – Eventos Regionais / Manual do Facilitador – Eventos Regionais/ Relatório sobre a Coordenação dos Eventos Regionais no Âmbito do PLANAP – Território de Cocais / Território do Alto Parnaíba.
- Relatório Final da Pesquisa / Banco de Dados com Registros Cadastrados.

B.3. Gerenciamento, Monitoria e Avaliação

- Foram aprovadas as estruturas para funcionamento da UGP-Gestão, da UGP-Obras e da UMA.
- Foi aprovado em 15/12/99 um Projeto de Cooperação Técnica com a UNESCO para apoio a UGP-Gestão e a UGP-Obras no valor de US\$ 4.920.899,00.
- Foi aprovado em 28/04/99 um Projeto de Cooperação Técnica com o PNUD para apoio a UMA no valor de US\$ 3.000.000,00.
- Foi assinado em 27/09/2001 um Projeto de Cooperação Técnica com a UNESCO para apoio a UGP-Obras no valor de US\$ 4.578.095,00.
- Foi assinado em 04/04/2002 um Projeto de Cooperação Técnica entre a SIH/MI e o *US Bureau of Reclamation* para Execução das Atividades de Monitoria e Avaliação do PROÁGUA/Semi-árido no valor de US\$ 2.629.050,00.
- Foi assinado em 06/08/2002 a Revisão 1 ao Projeto de Cooperação Técnica com a UNESCO para apoio a UGP-Gestão no valor de US\$ 1.370.539,33.

B.4. Apoio Técnico e para Execução do PROÁGUA

- Foi assinado em 20/12/2001 um Projeto de Cooperação Técnica entre a ANA e a Organização Mundial de Meteorologia (OMM) para Apoio à ANA na Implementação do Projeto de Modernização dos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos no valor de US\$ 2.100.000,00.
- Foi assinado em 25/03/2002 um Projeto de Cooperação Técnica entre a ANA e a UNESCO para Apoio à ANA na Promoção do Uso Sustentável dos Recursos Hídricos no Brasil no valor de US\$ 13.287.099,00.

IV. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS APORTADOS PARA O PROÁGUA Semi-Árido

Devido ao ajuste macro econômico porque passa o país, as dotações

orçamentárias para financiar o PROÁGUA Semi-Árido têm sido em montantes menores que o previsto no Acordo de Empréstimo 4310-BR firmado entre a União e o Banco Mundial.

Em termos de PROÁGUA Semi-Árido é importante destacar que na Carta Consulta submetida à COFIEEX, o Governo Federal previu duas etapas de Projeto, **a primeira com US\$ 330 milhões e a segunda com US\$ 670 milhões**. Estima-se que, se alocados a totalidade dos recursos previstos inicialmente para o PROÁGUA Semi-Árido, a maioria das comunidades do semi-árido nordestino poderia ser beneficiada com abastecimento de água de boa qualidade, além do que, seriam criadas as condições para o equacionamento de grande parte dos problemas vinculados à gestão do uso da água na região Nordeste. Com a assinatura do aditivo aprovado em novembro de 2003, o valor previsto para a primeira fase do Projeto foi reduzido para **US\$ 236,6 milhões**.

Em 31 de dezembro de 2004 foram consignados em Restos a Pagar do OGU de 2004, **R\$ R\$ 30,6 milhões**, destinados a Obras Prioritárias e atividades de supervisão e apoio técnico. Nenhum valor de Restos a Pagar foi consignado para o componente Gestão. Foram repassados, até 31 de dezembro de 2005, o valor de **R\$ 29,2 milhões** para o componente Obras Prioritárias.

O orçamento de 2005 do PROÁGUA Semi-Árido em termos de Recursos do Governo Federal foi aprovado no valor de **R\$ 143.536.770,25** dos quais **R\$ 23.000.000,00** para Gestão e **R\$ 120.536.770,25** para Obras. O valor total, acrescido do valor dos Estados, resultou em **R\$ 179.420.962,81**.

Até o dia 31 de dezembro de 2005, haviam sido liberados **R\$ 85.073.965,00** dos recursos disponíveis no orçamento de 2005 para o componente Obras Prioritárias e **R\$ 20.710.629,00** para o componente Gestão. Foram consignados em Restos a Pagar para 2006, **R\$ 661.757,04** para o componente Gestão e **R\$ 58.099.457,00** para o componente Obras Prioritárias.

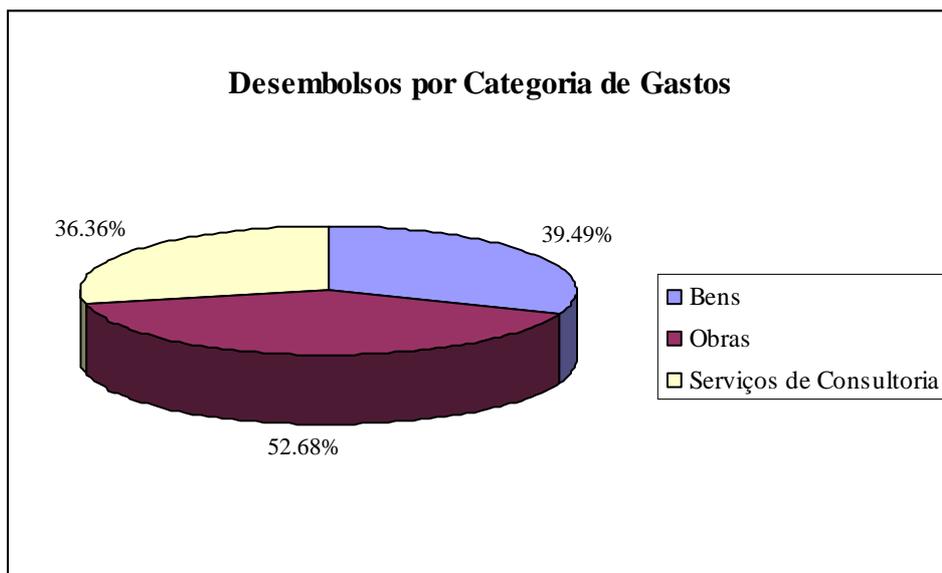
O orçamento de 2006 do PROÁGUA Semi-Árido em termos de Recursos do Governo Federal, a ser aprovado, está estimado em **R\$ 111.500.000,00** sendo **R\$ 108.000.000,00** para o componente Obras Prioritárias e **R\$ 3.500.000,00** para o componente Gestão. O valor total acrescido do valor dos estados resulta em **R\$ 139.375.000,00**.

Desde o início do PROÁGUA/Semi-árido até o dia 31 de dezembro de 2005, o Governo Federal havia liberado recursos da ordem de **R\$ 579,1 milhões**, sendo **R\$ 102,9 milhões** para Gestão, Estudos e Projetos e **R\$ 476,1 milhões** para Obras e Atividades de supervisão e apoio técnico. Do total dos recursos liberados pelo Governo Federal, **R\$ 418,9 milhões** destinaram-se aos Estados beneficiários, sendo **R\$ 61 milhões** para Gestão, Estudos e Projetos e **R\$ 357,9 milhões** para Obras Prioritárias. Adicionalmente aos recursos recebidos do Governo Federal, os Estados beneficiários obrigam-se a aportar pelo menos 10% do total dos gastos do Projeto. Na prática, os Estados têm aportado 20% dos gastos totais realizados.

Os desembolsos do Banco Mundial para o Projeto equivaleram a US\$ 128,6 milhões (81,4%) até 31 de dezembro de 2005, distribuídos pelas seguintes categorias de gastos:

Valores em US\$ milhões

Categoria de Gasto	Governo Federal	Estados	Total
Bens	0.62	38.87	39.49
Obras	0.00	52.68	52.68
Serviços de Consultoria	17.78	18.58	36.36
Custos Incrementais	0.00	0.04	0.04
Conta Especial	0.00	0.00	0.02
Total			128.60



2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido – CONVIVER – 1047

O Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER pretende contribuir com a sustentabilidade de atividades econômicas e com a inserção produtiva da população da Região, a partir de ações de desenvolvimento regional, nas vertentes da dinamização econômica de arranjos, setores e cadeias produtivas regionais e da convivência com a realidade do semi-árido, articuladas com as ações de implantação de infra-estrutura hídrica. São beneficiários do Programa os cerca de 22 milhões de pessoas residentes nos 1.133 municípios do Semi-árido nordestino.

Considerando que o Programa CONVIVER é um programa novo, concebido e incluído no Plano Plurianual – PPA 2004/2007, com a responsabilidade de reformatar a política pública federal para o semi-árido, estabelecer novos critérios de atuação - anteriormente restritos a intervenções cíclicas emergenciais na ocorrência de seca - e reorientar os esforços para ações e resultados estruturais para aquela Região, pode-se considerar que houve avanços, notadamente no campo institucional e metodológico.

Ressalta-se o salto na implementação do Programa a partir da articulação multissetorial no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial de Programas de Desenvolvimento Regional (GTI-PDR) da Câmara de Política de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Presidência da República. Em consonância com o trabalho do GTI-PDR, foram adotados os seguintes critérios de seleção de áreas focais estratégicas no interior do Semi-Árido: atraso/dinamismo (critérios prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional); disponibilidade de recursos hídricos; sub-regiões nas quais se verifica a existência de investimentos e ações importantes do Governo Federal; potencial de impacto em curto prazo e adequação com as estratégias de desenvolvimento estaduais.

No âmbito das ações do Proágua Semi-árido, foram disponibilizados limites e investidos, em 2005, recursos da ordem de R\$ 114,3 milhões, sendo R\$ 85,1 para o OGU 2005 e R\$ 29,2 para os Restos a Pagar, na execução de obras de implantação de sistemas de abastecimento de água, em várias localidades da Região Semi-árida.

No período, deu-se a continuidade a 25 obras, algumas destacadas abaixo, objetivando a implantação de 1.150 km de adutoras e a reservação de 197 milhões de m³ de

água da Barragem Arneiroz II, a fim de beneficiar cerca de 3,0 milhões de pessoas. Em andamento, os Sistemas de Abastecimento de Água em Diamantina e Araçuaí (MG), a Adutora Luis Gonzaga (MG), a Adutora do Garrincho (PI), a Adutora Serra de Santana – 2ª Etapa (RN) e os Sistemas Integrados de Alto Sertão e Sertaneja (SE). Foram concluídos 05 projetos: a ETE do Sistema Adutor Piritiba/Mundo Novo (BA), o Sistema Padrão Central 1ª Etapa (BA), com 20 km de adutoras e 113 km de redes, a Barragem Arneiroz II (CE), o Sistema Águas Vermelhas – Bloco 03 (MG), com 4,9 km de adutora e 3,0 km de redes e o Sistema Adutor Piauitinga (SE), com 40 km de adutora, que permitirão atender a aproximadamente 151 mil habitantes.

Ressalta-se que as ações 5804 - Implantação da Adutora de Lavras da Mangabeira com 28 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido), 5658 - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Santana com Sistema Adutor de 145 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido) e 5812 - Implantação do Sistema Adutor de Serra do Félix-Boqueirão do Cesário com 20 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido), apesar de fazerem parte das Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não foram executadas por conta de pendências na apresentação da Prestação de Contas por parte dos Estados.

Programa 1047 – Ação 6424 – Estruturação e organização de arranjos produtivos locais

Com base nos critérios prioritários da PNDR, foi feito um esforço para selecionar uma sub-região por Estado, que propiciasse a convergência territorial das ações do Governo Federal, estimando-se, em 2005/2006, somente nesses espaços, um potencial de geração de milhares de novos empregos inseridos em arranjos produtivos locais e setores de atividade econômica, que representam o início de um processo mais amplo de desenvolvimento da Região Semi-árida do Nordeste.

Foram selecionadas as seguintes sub-regiões para implementação de arranjos produtivos locais: São Raimundo Nonato (PI), Médio e Baixo Juagaribe (CE), Vale do Açu (RN), Sousa – Piancó (PB), Sertão do Moxotó (PE), Santana do Ipanema (AL), Sergipana do Sertão do São Francisco (SE), Brumado – Bom Jesus da Lapa – Guanambi (BA) e Serra Geral (Janaúba) (MG).

No aspecto referente ao apoio ao desenvolvimento econômico das sub-regiões prioritárias, vale mencionar que a implementação do CONVIVER foi feita por meio da articulação de ações de organização social, capacitação, fortalecimento do associativismo e cooperativismo e apoio à dinamização econômica de atividades produtivas. Com relação ao OGU 2005, R\$ 9.615.635,64 foram efetivamente empenhados para desenvolvimento de 17 projetos de apoio a APL' nas áreas de bovinocultura, apicultura, aquíicultura, artesanato, turismo, fruticultura irrigada, biodiesel, turismo, ovinocaprino cultura e recursos minerais.

Dentre outras ações, a ADENE iniciou a elaboração do diagnóstico energético da Região do Araripe pernambucano que visa a levantar e a equacionar a estrutura de consumo de energia no setor industrial da Região, buscando atender à necessidade de segurança energética no Pólo produtor de gesso. A ADENE empreendeu ainda quatro iniciativas de capacitação, em parceria com o Instituto Xingó, os governos estaduais do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, os municípios beneficiados, as Secretarias de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacias, no valor total de R\$ 532.000,00.

Programa 1047 – Ação 7766 – Implantação de Poços Públicos

Essa ação tem por finalidade disponibilizar água de qualidade e em quantidade suficiente para o abastecimento de populações carentes desse recurso no semi-árido.

Em 2005, a CODEVASF alcançou a meta de 46 poços públicos implantados,

sendo 29 na Bahia e 17 em Minas Gerais. Ressalte-se que a execução física se dará em 2006, uma vez que os recursos, na sua totalidade, só foram empenhados no final do exercício. Os recursos empenhados em 2005 para a execução desta ação totalizaram R\$ 1.148.082,70, assim distribuídos: R\$ 498.582,70 para o estado de Minas Gerais e R\$ 649.500,00 para o estado da Bahia.

O DNOCS empenhou R\$ 2.049.573,64, tendo utilizado R\$ 1.247.874,01 em obras que visavam à instalação de 221 poços, beneficiando 130 municípios e 12.220 famílias. Da meta programada, encontram-se em condições técnicas de fornecer água à população 61 poços, beneficiando 20 municípios e 2.715 famílias, além de 144 obras ainda em execução.

Programa 1047 – Ação 5690 – Ampliação do Sistema Ibiapaba e Implantação da Adutora Graça-Pacujá-Mucambo com 192 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)

Trata-se de empreendimento para a implementação de sistema de abastecimento de água tratada para atendimento aos 27 mil habitantes dos Municípios de Graça, Pacujá e Mucambo. Dos recursos previstos no OGU 2005 no valor de R\$ 6.249.000,00, foram investidos R\$ 3.108.000,00, na continuação das obras da adutora principal de 44 km, nos dois reservatórios e na rede de distribuição. O Projeto encontra-se com um avanço físico de 70%.

Programa 1047 – Ação 5814 – Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Araçuaí no Estado de Minas Gerais (Proágua Semi-Árido)

Projeto para o abastecimento das cidades de Araçuaí e Carbonita, de forma independente, e execução dos sistemas simplificados de abastecimento de água, assim como implantar ações de educação ambiental, e também, de coleta e destinação final de resíduos sólidos para atendimento de 17 comunidades de Araçuaí e de 06 sedes municipais, totalizando 23 áreas, beneficiando 28.430 habitantes. O Projeto encontra-se com um avanço físico de 93%. As obras da 2ª e 3ª etapas estão em fase de contratação, com previsão de conclusão para setembro e novembro de 2006, respectivamente. Da dotação de R\$ 6.840.000,00, foram pagos R\$ 5.472.000,00, além de R\$ 2.656.151,00 de Restos a Pagar.

Programa 1047 – Ação 5336 – Implantação do Canal do Sertão Pernambucano (PE)

O Projeto que não faz parte do Proágua Semi-árido, prevê a implantação de estrutura de captação de 140 m³/s na borda do Lago de Sobradinho, 577 km de canais, 04 estações de bombeamento e 03 de recalque, 28 barragens/reservatórios, 929 km de estradas, entre outros. Em 2005, deu-se continuidade à elaboração do projeto básico e do EIA/RIMA do trecho inicial (50 km) do Canal Sertão Pernambucano e do estudo de viabilidade do Projeto Cruz das Almas, além da perfuração e instalação de 44 poços tubulares, correspondendo a 70% de execução física. Da dotação de R\$ 5.300.000,00 foram aplicados R\$ 3.464.343,85.

Programa 1047 – Ação 5830 – Adutor do Garrincho (PI)

Adutora com captação no açude Petrônio Portela, com 195 km de extensão, objetiva beneficiar os 61.500 habitantes das cidades de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, São Lourenço, Dirceu Arcoverde, Bonfim do Piauí, Várzea Branca, Anísio de Abreu, Jurema, São Braz, dentre outras. Obras em andamento, apresentando 63% de execução já realizada e previsão de término para junho de 2006. Da dotação de R\$ 23.947.000,00 foram investidos R\$ 19.600.000,00.

Programa 1047 – Ação 5878 – Sistema Adutor Serra de Santana – 2ª Etapa – com 205 km no Estado do Rio Grande do Norte (Proágua Semi-Árido)

Em desenvolvimento as obras para a implantação de 207 km de adutoras, que objetivam beneficiar 40.457 habitantes das sedes municipais de Bodó, Lagoa Nova, São Vicente, Santana dos Matos, Tenente Laurentino, Cerro Cora, incluindo o atendimento de 98 comunidades rurais localizadas ao longo da adutora. A obra, que apresenta execução física acumulada de 92%, com a aplicação dos recursos liberados em 2005, tem sua conclusão prevista para maio de 2006. A dotação de R\$ 4.335.000,00 foi integralmente aplicada, além dos R\$ 1.969.000,00 de Restos a Pagar.

Programa 1047 – Ação 5854 – Barragem Arneiroz II (CE)

Obra concluída e inaugurada, composta de construção de barragem, com volume de acumulação de 197 milhões de m³, para abastecimento das cidades de Arneiroz e Saboeiro, e de localidades marginais ao Rio Jaguaribe, beneficiando cerca de 20.000 habitantes. Durante o ano de 2004, foram executados os serviços de reconstrução das obras da Barragem Arneiroz II, com os recursos do OGU 2004 e RAP 2003. Esses serviços decorreram das fortes chuvas ocorridas no início do ano de 2004 e já estão em fase de conclusão. Em 2005, a dotação destinada ao Projeto de R\$ 5.965.000,00 foi integralmente utilizada, além dos R\$ 2.037.614,31 de Restos a Pagar.

Programa 1047 – Ação 5676 – Adutora do Feijão – 3ª Etapa (BA)

As obras em andamento englobam a execução de aproximadamente 201 km de subadutoras e 175 km de subramais, e objetiva beneficiar 53.000 habitantes nas localidades pertencentes aos Subsistemas de Mirorós, Lagoa Grande, Barra do Mendes, Canarana, Aguada Nova, América Dourada, Irecê, Central, Jussara e Presidente Dutra. Em 2005, foram liberados recursos para a conclusão das obras, que está prevista para fevereiro de 2006. A execução física acumulada até dezembro de 2005 é de 67%. A dotação de R\$ 5.411.000,00 foi aplicada no Projeto.

**Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços
Sub-regionais – PROMESO – 1025**

Programa 1025 – Ação 6424 – Estruturação e organização de arranjos produtivos locais

O Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais - PROMESO justifica-se pela necessidade de consolidar, segundo as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, um processo consistente e permanente para a redução das desigualdades inter e intra-regionais no País, cuja temática tem sido recorrentemente elencada como prioritária para o Governo Federal.

No ano de 2005, o Programa desenvolveu suas atividades nas seguintes Mesorregiões diferenciadas: Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Xingó, Chapada do Araripe, Águas Emendadas, Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, Bacia do Rio Itabapoana, Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, Grande Fronteira do Mercosul e Metade Sul do Rio Grande do Sul. Outra linha de ação do Programa apoiou ações de desenvolvimento regional na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do DF e Entorno/RIDE-DF.

Cinco destes espaços – Mesorregiões do Alto Solimões, Chapada da Araripe, Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, Grande Fronteira do Mercosul e Metade Sul do Rio Grande do Sul - foram selecionados pela Câmara de Política de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Presidência da República para uma ação conjunta de 23 Ministérios e Secretarias Especiais implementando ações articuladas no valor de 1,6 bilhão de reais.

A ação do MI nessas Mesorregiões e na RIDE-DF desenvolveu em 2005 um processo de dinamização da base econômica, por meio do apoio a 49 arranjos produtivos locais selecionados, que compreendem projetos nos seguintes setores econômicos: madeira e pescado no Alto Solimões (AM), látex no Vale do Rio Acre (AM/AC), gemas e jóias, extrativismo do babaçu e apicultura no Bico do Papagaio (PA/MA/TO), ovinocaprinocultura, pedra cariri e artesanato na Chapada do Araripe (PI/CE/PB/PE), ovinocaprinocultura, aquíicultura e pesca, processamento da goiaba e artesanato em Xingó (PE/AL/SE/BA), confecções e turismo em Águas Emendadas (MG/GO), fruticultura, piscicultura e mandioca no Vale do Jequitinhonha e do Mucuri (MG/BA/ES), fruticultura, apicultura e piscicultura na Bacia do Itabapoana (MG/RJ/ES), móveis e turismo no Vale do Ribeira/Guaraqueçaba (SP/PR), piscicultura e vitivinicultura na Grande Fronteira do Mercosul (PR/SC/RS) e gemas, jóias e artesanato mineral, móveis e processamento de leite na Metade Sul do Rio Grande do Sul (RS), e leite, confecções, artesanato, mandiocultura, setor mineral e reconstrução produtiva de assentamentos de reforma agrária na RIDE-DF (GO/MG).

Para a implementação da ação de apoio à dinamização econômica de atividades produtivas – APL's do PROMESO, que envolve a aplicação de recursos de custeio e capital, foram efetivamente empenhados em 2005 para o desenvolvimento dos 49 APL's supracitados nestes espaços prioritários R\$ 16.043.285,85 nas Mesorregiões e R\$ 2.481.187,00 na RIDE-DF, totalizando R\$ 18.524.472,85.

Programa 1025 – Ação 4853 – Mobilização de Comunidades mediante o Associativismo e Cooperativismo na RIDE – Região Integrada do DF e Entorno

Com relação a essa Ação, foram firmados dois convênios com a Prefeitura de Formosa/GO. O convênio no valor de R\$ 1.183.500,00 objetiva o atendimento a 15 associações de assentados rurais em ações de investimento em equipamentos agrícolas e capacitação para o trabalho e beneficiará 1.300 famílias do Município. O outro convênio, no valor de R\$ 144.279,00, visa a preparar a população carcerária do Município de Formosa para a atividade artesanal, envolvendo, inclusive, as famílias dos presos. A turma inicial será de 120 pessoas.

Programa 1025 – Ação 4854 – Capacitação de Agentes para a Competitividade na RIDE - Região Integrada do DF e Entorno

Para execução dessa Ação, foram firmados dois convênios com o IEL/GO. No município de Novo Gama/GO serão capacitadas 200 pessoas, em suporte ao APL de Confecções estruturado na Região, no valor de R\$ 166.158,00 e no Município da Cidade Ocidental/GO o segmento a ser contemplado será o artesanato, no valor de R\$ 105.705,00, atendendo a 150 pessoas.

Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – PROMOVER – 1022

Programa 1022 – Ação 0682 – Apoio a Arranjos Produtivos Locais

O Programa PROMOVER propicia que espaços sub-regionais com potencial

dinâmico se insiram competitivamente nas atividades produtivas das economias local, regional, nacional e internacional, promovendo: a convergência das políticas públicas setoriais em espaços territoriais específicos e o aproveitamento das potencialidades endógenas; o estímulo a investimentos em segmentos econômicos e cadeias produtivas prioritárias para o desenvolvimento sustentável das regiões menos dinâmicas; a articulação entre a sociedade civil e os órgãos públicos, nos três níveis de Governo, visando reduzir a dispersão e a multiplicidade de esforços e a articulação de investimentos em infra-estrutura para apoiar o processo de integração nacional e continental.

Em 2005, o PROMOVER atuou em diversos subespaços em todo o País (Semi-árido, Amazônia, Centro-Oeste e áreas prioritárias da Região Sul) no sentido de promover a competição no mercado interno e externo, segundo as vertentes da capacitação intensiva de mão-de-obra e da inovação tecnológica e gerencial.

Essas atividades se deram por meio da atuação em 43 arranjos e sistemas produtivos locais no âmbito da administração direta e dos órgãos vinculados ao MI (ADA, ADENE, CODEVASF e DNOCS), tais como: piscicultura, apicultura, lapidação e artesanato mineral, movelaria, aquíicultura, leite e derivados, carnes e derivados, vitivinicultura, turismo e ovinocaprinocultura dentre outras.

A atuação nesses arranjos produtivos deu-se por meio de uma ação que conta com a parceria de instituições de pesquisa e ensino, órgãos da esfera federal, estadual e municipal, ONGS, associações e sindicatos.

No que diz respeito aos recursos orçamentários - OGU 2005, foram investidos cerca de R\$ 17.940.188,00 (incluídos os recursos sob responsabilidade da administração direta e dos órgãos vinculados ao MI).

Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aquíicultura – 1343

Programa 1343 – Ação 2819 – Funcionamento de Estações e Centro de Pesquisas em Aquíicultura

Esta ação visa a garantir a manutenção e o funcionamento de estações e centros de pesquisas em aquíicultura e a produção de alevinos de espécies aquícolas para utilização em ações de peixamento de açudes públicos e privados, assegurando alimento rico em proteínas às comunidades que vivem às margens dos reservatórios, gerando emprego e renda para a região.

Em 2005, a CODEVASF produziu 17,5 milhões de alevinos e realizou 385 peixamentos nas estações de piscicultura; além de desenvolver 57 eventos, dentre cursos, seminários, palestras e dias de campo, assim distribuídos: 16 em Minas Gerais, oito na Bahia, cinco em Sergipe, 27 em Alagoas e 01 no Piauí.

O DNOCS utilizou o orçamento de 2005 para manutenção e funcionamento de sete estações de piscicultura e de dois Centros de Pesquisas. Também foram realizadas ações de monitoramento de açudes públicos, assistência técnica e extensão rural a piscicultores públicos e privados, além de realizações de pesquisas nas áreas de pesca e aquíicultura. Os 40 milhões de alevinos produzidos em 2005 representam um incremento de 83% na produtividade das sete estações de piscicultura existentes, em relação à produção do ano anterior. Contudo a meta física estabelecida para o ano de 2005 de 60 milhões de alevinos não pôde ser alcançada devido a não entrada em operação de mais seis estações de piscicultura em construção nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba e Sergipe. Da dotação orçamentária de R\$ 3.905.400,00, foram empenhados R\$ 3.251.501,00 e pagos R\$ 2.544.616,00.

Programa 1343 – Ação 5352 – Implementação da Criação Intensiva de Peixes em Tanques-rede em Rios e Grandes Reservatórios

A CODEVASF realizou a manutenção e a operação de 28 unidades de capacitação em piscicultura em tanques-rede, sendo: seis em Minas Gerais, cinco na Bahia, seis em Pernambuco, três em Sergipe e oito em Alagoas.

Programa 1343 – Ação 5356 – Aproveitamento de Canais de Perímetros de Irrigação para Piscicultura

A CODEVASF implantou duas unidades de capacitação de piscicultura em canais de irrigação, sendo uma no Perímetro Irrigado de Jaíba (MG) e a outra no Perímetro Irrigado de Mirorós (BA).

Programa 1343 – Ação 5372 – Instalação de Unidades de Beneficiamento de Pescado

A CODEVASF firmou convênio para a aquisição de equipamentos para a Unidade de Beneficiamento de Pescado de Pão de Açúcar (AL), realizou a recuperação da Estação de Piscicultura da Universidade Federal do Piauí e adquiriu equipamentos para a Unidade de Beneficiamento de Bocaina (PI).

Programa 1343 – Ação 5282 – Desenvolvimento de Tecnologias de Processamento de Pescado

O DNOCS realiza o desenvolvimento de tecnologias de processamento do pescado na fábrica-escola, equipada e montada em Pentecoste, Ceará, onde também estão sendo conduzidas ações de capacitação, por meio de cursos de curta duração para piscicultores, merendeiras e técnicos de áreas afins, com a finalidade de agregar valores a produtos, subprodutos e resíduos do pescado, dando determinação econômica às espécies de baixo valor comercial. A meta física foi cumprida integralmente com o desenvolvimento de 3 tecnologias. Da dotação orçamentária de R\$ 195.000,00, foram empenhados R\$ 107.533,00 e pagos R\$ 63.833,00.

Programa 1343 – Ação 5464 – Implantação de Estações de Piscicultura

Uma área de 11 ha, localizada em terreno urbano doado pela Prefeitura Municipal de São Francisco – MG (já tombado), foi selecionada pelo DNOCS, para fins de implantação da estação de piscicultura. Foi elaborado convênio com a prefeitura de São Francisco-MG, para execução da obra que se encontra em fase de licitação. Da dotação orçamentária de R\$ 1.961.666,00, foram empenhados R\$ 1.566.424,00 e pagos R\$ 250.050,00.

Programa 1343 – Ação 5406 – Implantação de Unidades Demonstrativas para a Produção de Pescado e/ou Camarão

Foram liberados recursos para implantação de 4 Unidades Demonstrativas, sendo um no estado do Piauí, um no Município de Caicó-RN e dois no Estado da Bahia. As Unidades Demonstrativas são compostas de módulos de viveiros para criação intensiva de pescado, visando a oferecer alternativa de alimentação às comunidades carentes e fonte de renda para os aqüicultores. Foram implantadas duas unidades, visto que as previstas para o Estado da Bahia não foram executadas, em razão de problemas jurídicos junto à Procuradoria Geral da Coordenadoria Estadual do DNOCS. Da dotação orçamentária de R\$ 492.372,00,

foram empenhados R\$ 250.726,00 e pagos R\$ 76.413,00.

Programa 1343 – Ação 4518 – Desenvolvimento da Maricultura no Nordeste

Essa ação, que tem como responsável pela execução a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, é realizada por meio de parceria envolvendo o Instituto Xingó, a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e uma colônia de pescadores. O Projeto tem como objetivo estudar a reprodução e a larvicultura em cativo do beijupirá (*Rachycentron canadum*); o cultivo da ostra nativa (*Crassostrea rhizophorae*) em ambientes estuarinos e a potencialidade de cultivo do sururu (*Mytella falcata*) no estuário do rio Piauí, Município de Estância - SE.

O cronograma de execução físico/financeiro sofreu atrasos significativos em virtude de óbices junto aos parceiros, na entrega das propostas e, portanto, os recursos que totalizam R\$ 185.000,00 foram inscritos em Restos a Pagar.

Programa 1343 – Ação 5474 – Implantação da Rede de Pesca e Aqüicultura na Amazônia Legal

A ADA, responsável pela execução da ação esclarece que serão realizados estudos de desembarques de pescado, caracterização das explorações de captura e de cultivo, monitoramento de manguezais, e, também, realizar-se-á um censo estrutural da pesca. Tem como parceiras instituições públicas federais, estaduais e municipais de planejamento, pesquisa, fomento, crédito e ordenamento da pesca e aqüicultura, bem como organizações sociais (sindicatos, cooperativas, federações e colônias de pescadores e aqüicultores). Como resultado, a execução financeira foi integral e a execução física de 60% dos projetos apoiados se dará no exercício de 2006.

Foram apoiados três projetos que totalizam R\$ 745.000,00, investidos direta e indiretamente, com o objetivo de difundir inovações tecnológicas de sistemas de produção do setor, atingindo na primeira etapa oitenta comunidades da Amazônia Legal para habilitação em inclusão digital e contribuir para organização, desempenho e atualização dos dados da rede em sua fase de execução.

Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – 0120

Programa 0120 – Ação 0674 – Apoio a Arranjos Produtivos na Faixa de Fronteira

O ano de 2005 foi de importantes inovações no que diz respeito à metodologia para a promoção do desenvolvimento da área limítrofe brasileira, que corresponde a 150 km de largura adentro do território nacional ao longo da linha divisória entre o Brasil e seus países vizinhos. O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF passou por uma reestruturação e relançamento, com vistas a marcar definitivamente a sua nova frente de atuação e dar andamento a ações voltadas para uma política integrada, em benefício das populações desse espaço geográfico. Além disso, houve, durante todo o ano de 2005, discussões sistemáticas sobre formas de intervenção interministerial na Faixa de Fronteira, em virtude de ter sido selecionada como uma das áreas prioritárias para fomentar o desenvolvimento regional pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, estabelecida pela Casa Civil da Presidência da República.

A atuação reestruturada do PDFF, um dos programas desenvolvidos pelo Ministério da Integração Nacional, se dá a partir da implementação de projetos para propiciar a geração de emprego e renda por meio da ativação das potencialidades endógenas e da eliminação de entraves, buscando a dinamização social e econômica, o apoio à estruturação

física associada a Arranjos Produtivos Locais (APL's) e a integração sul-americana. Com base nesses preceitos e de modo a atender às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, o apoio aos APL's e à infra-estrutura associada foi o cerne do Plano de Ação para o desenvolvimento da Faixa de Fronteira em 2005. A estratégia eleita se completou com o foco em iniciativas para as cidades-gêmeas, que constituem o ponto de contato mais marcante do Brasil com os países vizinhos, selecionando-se um conjunto factível de cidades que poderiam se constituir num novo modelo de intervenção a ser progressivamente estendido para a região de fronteira.

Incorporando a lógica e os objetivos descritos, o PDFF apoiou 12 projetos de desenvolvimento em diferentes tipos de APL's (turismo, fruticultura, agroindústria, ovinocaprinocultura, fabricação de gelo, farinha, preservativos, aquisição de equipamentos, lanchas ambulâncias), além de projetos de infra-estrutura e apoio a fóruns, utilizando o montante de R\$ 3.275.821,00.

Programa de Organização Produtiva de Comunidades – PRODUZIR – 8009

O Programa Organização Produtiva de Comunidades – PRODUZIR, anteriormente denominado Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRONAGER, faz parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, constituindo também um acordo de cooperação técnica internacional junto a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO/ONU. Seu principal objetivo é, a partir da capacitação técnica e organizacional de comunidades excluídas do mercado produtivo, contribuir para o desenvolvimento regional visando gerar ocupação e renda, de modo a inserir tais comunidades em arranjos produtivos locais que promovam dinamização econômica e social. Os principais beneficiários são segmentos da população que se enquadrem no perfil das comunidades citadas e que estejam localizadas em espaços definidos como prioritários da ação dos Programas de Desenvolvimento Regional. Diversos parceiros são mobilizados para serem executores das ações em campo do PRODUZIR, tais como ONG's, entidades Para-Estatais – Sistema “S”, Governos Estaduais e Municipais.

A execução do PRODUZIR na Amazônia, em 2005, deu-se na integralidade no âmbito do Programa Nacional de Geração de Trabalho e Renda em áreas de Pobreza – PRONAGER - resultado de um acordo de Cooperação Técnica Internacional entre a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e a FAO/ONU com interveniência da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - com aporte a FAO, em agosto de 2005, no valor de R\$ 1.710.000,00.

Programa 8009 – Ação 4831 – Capacitação de Técnicos Multiplicadores e Empreendedores

Em 2005, houve a reformulação da metodologia de implementação do Programa para melhor atender as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Para essa atividade, foram gastos aproximadamente R\$ 111.000,00 oriundos do PCT FAO/UFT/BRA/040/BRA.

Com a nova metodologia, foram capacitados 68 Técnicos Multiplicadores para coordenarem as ações em campo. Para a capacitação foram aplicados R\$ 320.000,00 também oriundos do PCT FAO/UFT/BRA/040/BRA.

Como as ações ainda estão em andamento, até o momento estão envolvidas 4.314 pessoas que estão sendo capacitadas nas mais diversas atividades produtivas a fim de trabalharem em empreendimentos gerados ou fortalecidos. Para a capacitação de empreendedores, foram comprometidos recursos na ordem de R\$ 3.799.118,00 oriundos do PCT/FAO.

A ADA destinou aproximadamente R\$ 270.000,00 à capacitação de 240 empreendedores em cursos técnicos e de gestão – sendo 87 empreendedores do APL de móveis no Acre e 153 do APL de Fruticultura nos Estados do Amazonas (cupuaçu) e Amapá (açai).

Programa 8009 – Ação 0692 – Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos

Os Eventos de Capacitação em Campo – ECC's, em 47 municípios encontram-se em estágio inicial, tendo gerado 92 núcleos produtivos coletivos. Espera-se que, até o final da Ação, seja alcançado o número de 141 empreendimentos produtivos gerados ou fortalecidos. Para essa Ação, foram comprometidos R\$ 949.780,00, oriundos de recursos do PCT/FAO.

A ADA empregou aproximadamente R\$ 224.090,00 no fortalecimento de 162 empreendimentos dos APL's citados na ação anterior para a melhoria da qualidade dos produtos, adoção de novas técnicas de produção e beneficiamento, aumento da produtividade, divulgação dos produtos, realização de feira de negócios e assistência técnica e mercadológica aos beneficiários dos projetos

Programa de Agricultura Familiar – PRONAF – 0351

Programa 0351 – Ação 6276 – Capacitação de Produtores Familiares nos Perímetros Públicos de Irrigação

A ação tem por objetivo ampliar a capacidade de agregação de valores e a geração de renda da agricultura familiar por meio do desenvolvimento das habilidades dos produtores familiares mediante a capacitação nas áreas de tecnologia da produção, beneficiamento e comercialização agrícola, inserindo, de forma competitiva, nos mercados de produtos e fatores, os produtores familiares de áreas irrigadas e de sequeiro dos perímetros públicos de irrigação.

Da dotação orçamentária de R\$ 280.000,00, foram empenhados apenas R\$ 194,48, sendo que nenhum valor foi pago, devido à indisponibilidade de limite orçamentário até dezembro de 2005. Os recursos seriam empenhados por intermédio de convênio celebrado entre o DNOCS e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará – SEBRAE/CE visando à capacitação de 2.600 produtores familiares em perímetros públicos de irrigação do DNOCS.

3. DEFESA CIVIL

No ano de 2005, a Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC representou o Governo Federal em inúmeros eventos governamentais que propiciaram um diálogo democrático com a sociedade civil e as organizações públicas governamentais, destacando-se a realização do “II Fórum Nacional de Defesa Civil: Construindo Comunidades mais Seguras” em Jaboatão dos Guararapes/PE, no qual técnicos de todos estados tiveram a oportunidade de trocar experiências e debater os diversos temas de interesse dos órgãos de Defesa Civil, além da participação em diversas câmaras temáticas, reuniões interministeriais, teleconferências, seminários, palestras, encontros e simpósios.

No âmbito internacional, técnicos da Secretaria participaram da “World Conference on Disaster Reduction” em Kobe/Japão; do Seminário “Intercambio de Metodologias sobre Estimación de Riesgos y Experiências sobre Sistemas de Alerta Temprana y Vigilancia, em La Sub Region Andina” em Lima/Peru, do Programa “Marco Cuenca Del Plata” em Buenos Aires e da “III Internacional Conference of Civil Protection and Disaster Management of Venezuela” realizada em Caracas.

O Projeto de Cooperação Técnica com o Haiti foi incrementado por meio da participação de representantes daquele País nos encontros dos órgãos de Defesa Civil do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Brasília. Realizou-se também a Missão de Cooperação Técnica com os países do Caribe de língua inglesa, com vistas a orientar sobre a atuação da Defesa Civil, em especial as ações preventivas.

Programa de Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres – 1027

Nesse Programa destaca-se que a meta física da Capacitação de Agentes de Defesa Civil que foi ultrapassada, como no ano anterior, devido ao empenho dos parceiros - órgãos estaduais e municipais de Defesa Civil. Sem a parceria, não seria possível a execução integral da programação dessa ação. Em 2005, o percentual de municípios com COMDEC – Coordenadorias Municipais de Defesa Civil implantadas atingiu 67%, ou seja, 3.762 municípios brasileiros.

Quanto às demais ações desse Programa, cabe ressaltar que o atingimento das metas físicas e financeiras ficou prejudicado devido ao processo burocrático de licitação e de celebração de convênios dentro das normas e prazos legais. No entanto, os grandes obstáculos históricos para a não formalização dos convênios se confirmaram mais uma vez no ano de 2005 - a demora das Prefeituras Municipais e Governos Estaduais em apresentarem os documentos para instrução dos processos e, a inadimplência relacionada ao descumprimento da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como no ano anterior, a Ação 0678 – Apoio a Obras Preventivas de Desastres, proposta pelo Ministério da Integração Nacional – MI, foi inviabilizada porque o município selecionado não apresentou a documentação necessária para celebração de convênio e não houve tempo hábil para seleção de outro município. Dessa forma, a execução dessa ação ficou restrita às Emendas Parlamentares. Registra-se que, também em 2005, a Ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública não foi executada devido à insuficiência de recursos disponibilizados para a implementação de uma campanha em âmbito nacional, como fora planejado. Dentre as ações implementadas desse Programa, destacam-se as abaixo relacionadas.

Programa 1027 – Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Com recursos dessa ação foram realizadas as comemorações da I Semana Nacional de Defesa Civil, instituída por meio do Decreto Presidencial nº 186, de 27.9.2005. A partir de então, todos os anos o Brasil terá a oportunidade de, nessa semana, mostrar as alternativas criativas que vem encontrando para a minimização de danos causados por desastres. Na ocasião, aconteceu, além do II Fórum Nacional de Defesa Civil: Construindo Comunidades Mais Seguras, em Jaboatão dos Guararapes – PE, a distribuição de materiais didáticos a 859 escolas da rede pública de ensino, que sofreram danos por desastres naturais no ano de 2004. Esse material orientará os alunos na construção de uma percepção de risco do local onde vivem, além de torná-los participantes ativos da construção de um País mais seguro.

Programa 1027 – Ação 5476 – Implantação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD

Em 2005, concluiu-se a implementação física do CENAD, que compreende a infra-estrutura e o mobiliário localizado no 7º andar do Bloco E da Esplanada dos Ministérios. O Centro conta também com um software desenvolvido pelo Instituto Militar do Exército -

IME, o qual encontra-se em teste pelos técnicos da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Como parte da rede de informações a ser alimentada pelo Centro, há dados de meteorologia, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC-INPE). Essas informações embasam alertas preventivos com o intuito de minimizar os desastres naturais provocados pelos fenômenos meteorológicos extremos. Nesse ano, foram emitidos 1.168 alertas preventivos de meteorologia, consolidando-se como fonte preferencial para os alertas de desastres naturais junto à mídia nacional.

No ano de 2005, o Setor de Portarias do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres emitiu 1.714 portarias de reconhecimento, sendo 68 reconhecidas por Estado de Calamidade Pública e 1.646 por Situação de Emergência.

Programa 1027 – Ação 4848 – Capacitação dos agentes de defesa civil

Essa ação objetiva capacitar os agentes de Defesa Civil para atuar nas suas próprias comunidades. A maioria dos cursos foram desenvolvidos de forma presencial, em parceria com estados e municípios, sendo que apenas três cursos se deram à distância, para atender a mais de seis mil alunos, realizados em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina. O que se destacou no processo de capacitação no ano de 2005 foi a participação direta das comunidades nas atividades, por meio de incentivo à implantação dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil, cujo objetivo é orientar a população, em caráter permanente, sobre os riscos de desastres, além de envolvê-la na busca de soluções de proteção.

Em 2005, houve um expressivo aumento de agentes capacitados em relação aos anos anteriores, perfazendo um total de 10.314 técnicos de órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil, em 93 eventos de capacitação realizados pela SEDEC em parceria com os órgãos estaduais e municipais de defesa civil, conforme Tabela I.

TABELA I – REALIZAÇÃO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO EM 2005

CURSOS DE CAPACITAÇÃO		LOCAL <u>UF</u>	Nº DE CAPACI TADOS
QDE	TIPO DE CAPACITAÇÃO		
3	Curso de Incêndio Florestal	MS, SE	115
15	Operacionalização em Emergência Com Rádio Amador	TO,RO,SC,AC,PA, SP,CE,PE,PB,RS, ES,RJ	1079
16	Curso para Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC	PR,PE,RS,TO,ES,A L,RJ,SC, PB,RO,BA,AP,CE, SE,MT, MS	567
20	Conc – Curso Operacional de Defesa Civil	PI,RS,PR,RJ,MA,PE,A P,ES,MG,GO,AC,BA, MS,AM,PA,RR,DF	603
11	CADAN – Curso de Avaliação de Danos	PI,RS,TO,AP,MA,SP, AC, GO,RJ,PR,PB	296
4	APRD – Curso de Planejamento e Adm. para Redução de Desastres	RJ,RO,PR	116
2	CAO – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais BM	DF,CE	27
1	CSBM – Curso Superior de Bombeiro Militar	DF	14
4	CAEDC – Curso de Ações em Defesa Civil – Faixa de Fronteira	MS,RS,SC	101

6	CAEDC – Curso de Ações em Defesa Civil – Semi-Árido	RN,PB,CE,PE,AL	135
4	PEQUIM – Preparação para Emergências Químicas	AL,PE,PR,GO	123
1	Seminário Internacional	RS	200
1	Pós-Grad. Especialização-Planejamento e Gestão em Defesa Civil	SC	23
3	Curso de Ensino à Distância – Imprensa e População em Geral	SC	6.320
1	II Fórum Nacional de Defesa Civil	PE	300
1	Reestruturação e Capacitação de COMDEC's	CE	295
93	TOTAIS		10.314

Fonte : DMD/SEDEC

Programa 1027 – Ação 109L – Construção de Reservatórios de Retenção para Controle de Cheias/Estado de São Paulo (Piscinões)

A ação contou com recursos oriundos de Emenda de Bancada do Estado de São Paulo, referentes aos Processos 59050.002789/2005-11 e 59050.000025/2005-83, tendo sido instruídos tecnicamente. No entanto, não foi possível a celebração de convênio para repasses dos recursos devido à falta de limite financeiro.

Programa de Resposta aos Desastres - 1029

Esse Programa possui natureza especial pois os recursos não são programáveis, estando sua execução vinculada à ocorrência de desastres, aleatórios no tempo e no território. A SEDEC esteve em estado de prontidão, em condições de atuar, com toda a sua capacidade, em apoio a estados e municípios quando necessário, dando assistência às populações afetadas e procurando reabilitar os cenários afetados pelos desastres.

Em 2005, os recursos extraordinários oriundos da MP 211/2004, para a ação de recuperação de danos causados por desastres, foram reabertos para possibilitar o atendimento de Municípios no Estado do Mato Grosso, Ceará, Goiás, Rio Grande do Sul e Alagoas, que foram afetados pelas intensas precipitações pluviométricas no ano de 2004.

O volume de recursos desse Programa foi substancialmente aumentado com recursos extraordinários, mediante a aprovação das Medidas Provisórias nºs 250/2005, 257/2005 e 262/2005, no montante de R\$ 214,0 milhões, sendo possível o atendimento emergencial às populações das Regiões Sul, Nordeste e Norte, além do Estado do Mato Grosso do Sul. Parte desses recursos foram repassados para a ADA, a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, o Ministério da Defesa, o DNOCS e a ADENE, visando ao pronto atendimento da população afetada por inundações, estiagens e incêndios florestais, principalmente das Regiões Norte e Nordeste.

Nos quadros em anexo, está demonstrada a evolução da execução, por empenho e pagamento, dos recursos provenientes das Medidas Provisórias abaixo relacionadas, com as justificativas apresentadas pelo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão:

MP 211, de 06/09/2004 – “Quanto ao Ministério da Integração Nacional, os recursos propostos, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), destinam-se à execução de ações emergenciais de defesa civil, para atender a diversos Municípios atingidos por fortes chuvas que ocorreram recentemente nos Estados de Mato Grosso, Goiás, Paraíba, Ceará, Alagoas e Rio Grande do Sul, provocando inundações, desmoronamentos e rompimento de barragens.”;

MP 250, de 19/05/2005 – “O crédito tem por finalidade viabilizar o atendimento às populações vítimas da forte estiagem ocorrida recentemente nos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, mediante a concessão do Auxílio Emergencial Financeiro, instituído pela Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, destinado ao socorro e à assistência às famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos, atingidas por desastres, nos municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, reconhecidos pelo Governo Federal, por intermédio de portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional.”;

MP 257, de 21/07/2005 – “Quanto ao Ministério da Integração Nacional, o crédito tem por finalidade viabilizar o atendimento às populações vítimas das estiagens prolongadas ocorridas nas regiões Sul e Nordeste e das inundações registradas nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, mediante a utilização de carros-pipa, recuperação da infra-estrutura afetada pelas inundações e a concessão do Auxílio Emergencial Financeiro.”; e

MP 262, de 20/10/2005 – “O crédito tem por finalidade socorrer a população atingida pela forte estiagem ocorrida no Estado do Amazonas, desabastecimento alimentar e de combustível nas comunidades, além de falta de água potável e aumento de doenças.”

Programa 1029 - Ação 4564 - Socorro e Assistência às Pessoas atingidas por Desastres

Essa ação destina-se ao atendimento da população atingida por desastres, residentes nos Municípios em Estado de Calamidade Pública ou Situação de Emergência, que tenham obtido reconhecimento, mediante Portaria do Ministério da Integração Nacional. Foi verificado o alcance de 97,94% de execução financeira dos recursos extraordinários disponibilizados para o Auxílio Emergencial Financeiro – “Bolsa Estiagem”. Desses recursos extraordinários, R\$ 30,0 milhões foram liberados até novembro de 2005, para atendimento dos agricultores familiares afetados pela estiagem, nos municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Foram atendidos 96.420 agricultores desses Estados, com uma bolsa de R\$ 300,00 por agricultor familiar. Além desses recursos, foram disponibilizados em dezembro de 2005 mais R\$ 34,0 milhões para a Região Nordeste e Estado do Mato Grosso do Sul, com exceção do Estado do Maranhão que não registrou estiagem, visando o atendimento de 99.085 agricultores desses Estados, com uma bolsa de R\$ 300,00 por agricultor familiar.

O CENAD também nesse ano de 2005, como resposta aos desastres, assistiu em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) a 216 municípios com 170.827 cestas básicas. Em parceria com o Ministério da Saúde, distribuiu 398 kits de medicamentos, atendendo a 132 municípios.

Vale ressaltar, também, o atendimento de cerca de 35.439 pessoas com abastecimento d'água com carro-pipa, em 300 municípios da Região Nordeste, afetados pela estiagem no ano de 2005. A execução dessa atividade corresponde a R\$ 3.000.000,00 destacados para o Ministério da Defesa/Comando do Exército.

Programa 1029 – Ação 4578 – Criação do Grupo de Apoio a Desastres

Como em 2004, essa ação não pode ser executada porque dependia de mobilização de especialistas, informação dos sistemas gerenciais em fase final que estão sendo implementados junto ao CENAD.

Quanto à Ação 0664 – Apoio a Proteção do Patrimônio Histórico Nacional contra Desastres, do Programa 0167 – Brasil Patrimônio Cultural, continuou sendo inviabilizada porque o volume de recursos aprovados não foi suficiente para atender em valor financeiro nenhum projeto apresentado durante o ano, visto que os projetos dessa natureza requerem vultosos recursos.

CAPITULO V

1. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS MEDIANTE CONVÊNIO

Durante o exercício de 2005, o Ministério da Integração Nacional, em observância às determinações contidas na Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005 (Lei Orçamentária Anual), bem como em observância ao contido no Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005 e alterações posteriores, foram repassados recursos para os diversos Entes federados (Estados e Municípios), bem como a Entidades Privadas sem fins Lucrativas, além de organismos internacionais.

Essas transferências financeiras, denominadas voluntárias, tiveram como base de repasse as condições e capacidade de execução demonstrada por cada Ente e instituição, observadas as determinações contidas na Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Não podemos nos esquecer, que a atual administração do MI herdou, das administrações que lhes antecederam, e das transferências de responsabilidades advinda da extinção de outros órgãos da administração pública federal, mais de 6 mil convênios, em todas as situações. Também é bom lembrar que somente nos exercícios de 2000 a 2002, foram celebrados cerca de 4.300 convênios, afora os termos aditivos. Já nos exercícios de 2003 e 2004 - período da atual administração - foram firmados na ordem de 400 novos convênios e, somente no exercício de 2005, aproximadamente 750 convênios, afora os termos aditivos.

Também vale a pena destacar que agregam-se às demandas provenientes de diligências dos órgãos de controle interno e externo, Ministério Público Federal, Justiça Federal e Estadual, Polícia Federal enfim, das mais diversas procedências. Para se ter uma idéia, no decorrer do exercício de 2005, deram entrada no Departamento de Gestão Interna da Secretaria-Executiva, 567 (quinhentos e sessenta e sete) diligências ou pedidos de informações de toda ordem, acerca de convênios e/ou liberações de recursos financeiros. Valendo destacar, que em toda diligência, é assinalado prazo para seu atendimento que, em muitas das vezes, esses prazos não são prorrogáveis.

Ademais, na maioria das vezes, as prestações de contas submetidas para exame e avaliação, resultam em diligências dirigidas aos respectivos convenientes/responsáveis.

Segundo dados do SIAFI, posição de 31/12/2005, o Ministério conta com um cadastro de 6.747 (seis mil, setecentos e quarenta e sete) convênios/transferências.

Com relação ao exercício de 2005, foram cadastrados até o seu encerramento, 359 (trezentos e cinquenta e nove) novos convênios/transferências, envolvendo recursos no montante de R\$ 419.705.088,87, tendo sido liberado no decorrer do exercício R\$ 118.547.733,30, restando “a liberar” o montante de R\$ 301.147.355,57. Encontra-se apensado ao Processo de Tomada de Contas - nº 59000.000559/2006-86 - Volume II - dois Demonstrativos de Convênios, um do exercício de 2005 e o outro com todos os convênios até 31/12/2005.

2. TRANSFERÊNCIAS A ORGANISMOS INTERNACIONAIS

O Ministério tem em execução 5 (cinco) Projetos de Cooperação Técnica (PCT), mediante Acordos de Cooperação Técnica celebrados com Organismos Internacionais (UNESCO, FAO, PNUD e IICA), objetivando o desenvolvimento de ações no âmbito dos Programas Proágua Semi-árido, PRONAGER, Integração Nacional, Irrigação e Drenagem e Regional de Desenvolvimento Local Sustentável, este último remanescente da extinta SUDENE.

Em 2005 foram empenhados e liberados para esses Organismos Internacionais, os seguintes valores:

ORGANISMO	Saldo 2004 (RAP)	Empenhado 2005	Pagamento 2005	Saldo de Empenho RAP 2005
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA	4.585.080,77	8.500.257,39	7.930.481,27	5.154.856,89
Organização de Alimento e de Agricultura das Nações Unidas - FAO	2.085.899,00	1.000.000,00	3.085.899,00	0,00
Organização das Nações Unidas para a Educação-UNESCO - PROÁGUA Semi-Árido	0,00	4.000.000,00	3.841.246,00	158.754,00
TOTAL	6.670.979,77	13.500.257,39	14.857.626,27	5.313.610,89

OBS: Com relação ao saldo existente relativo ao IICA, vale ressaltar que houve cancelamento do valor de R\$ 255.181,03 do RAP 2004.

Comissão Internacional de Irrigação e Drenagem (ICID)

O Brasil, na condição de País membro da Comissão Internacional de Irrigação e Drenagem (ICID), contribui anualmente com a quantia na ordem de US\$ 5,805.00 (cinco mil e oitocentos e cinco dólares norte-americanos). Para o exercício de 2005, a Lei Orçamentária previu recursos da ordem de R\$ 30.000,00, visando liquidar despesas com a referida Comissão, o que não se procedeu por não ter sido solicitado o pagamento por aquele Organismo Internacional. Assim, não houve execução da despesa para o ICID, tendo permanecido o valor da lei orçamentária disponível.

3. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

No decorrer do exercício foram instauradas 130 (cento e trinta) Tomadas de Contas Especiais, sendo 9 (nove) simplificadas, envolvendo a quantia de R\$ 615.306.084,17 (seiscentos e quinze milhões, trezentos e seis mil, oitenta e quatro reais e dezessete centavos), a ser ressarcida ao Tesouro Nacional (vide demonstrativa anexos).

Releva destacar o crescimento das tomadas de contas especiais instauradas no exercício de 2005, em relação ao exercício de 2004, passando de 118 para 130 processos, representando um crescimento na ordem de 11%. No que se refere aos valores inscritos na conta **diversos responsáveis (conta contábil 112290.800)**, consta saldo em 31/12/2005 de R\$ 748.965.174,35.

CAPITULO VI

OUTRAS INFORMAÇÕES

A título de informações complementares, apresentamos a seguir um resumo detalhado, embora simplificado, de toda a execução orçamentária e financeira do MI no exercício financeiro de 2005. Tais informações são necessárias, levando-se em conta que foi elaborado pelo Departamento de Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva, onde estão consolidadas todas as ações envolvendo a Administração Direta e suas Entidades Vinculadas.

Notas sobre a Execução Orçamentária e Financeira de 2005

Elaborado a partir de dados de 31/12/2005, fornecidos pela Coordenação-Geral de Orçamento do Departamento de Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva do Ministério da Integração Nacional

1. INTRODUÇÃO

- i. O presente relatório objetiva demonstrar a execução orçamentária e financeira no exercício de 2005.
- ii. Tratará apenas das despesas sobre as quais o Ministério da Integração Nacional exerce a completa gestão. Estão incluídos os Investimentos e Outras Despesas Correntes, das fontes do Tesouro Nacional e Próprias, do Ministério e suas vinculadas (CODEVASF, DNOCS, ADA e ADENE). Não contempla, assim, despesas com Pessoal e Encargos, Dívida e Fundos.
- iii. Para melhor entendimento, o texto, na maioria das vezes, tratará as despesas e investimentos em blocos de atuação da Pasta, que podem ser definidos, para esse efeito, da seguinte forma:
 - **Projeto São Francisco**, incluindo os programas de Integração de Bacias e de Revitalização de Bacias;
 - **Obras de Infra-estrutura Hídrica**, incluindo os programas Proágua Semi-árido; Proágua Infra-estrutura e Drenagem Urbana;
 - **Irrigação**, incluindo os programas Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, Transferência de Gestão de Perímetros Irrigados (inclusive Projeto Piloto de Investimento – PPI) e Eficiência na Agricultura Irrigada;
 - **Desenvolvimento Regional**, incluindo os programas Faixa de Fronteira, CONVIVER (sem o Proágua Semi-árido), PROMOVER, PROMESO, PRODUZIR, Zoneamento Ecológico-Econômico, Desenvolvimento Sustentável do Pantanal e Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura;
 - **Defesa Civil**, incluindo os programas de Prevenção e Respostas a Desastres;
 - **Gestão**, incluindo os programas Apoio Administrativo e Benefícios, Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial e Gestão da Participação em Organismos Internacionais; e
 - **Outros**, incluindo ações de programas gerenciados por outros Ministérios, entre eles o de Biotecnologia, Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Agricultura Familiar - PRONAF, Desenvolvimento da Bovideocultura, Navegação Interior, Brasil Patrimônio Cultural, Primeiro Emprego e Biodiversidade.
- iv. O presente relatório não traz os resultados físicos e operacionais da execução uma vez que tais dados estarão melhor apresentados nos relatórios das secretarias finalísticas e das entidades supervisionadas.

2. ASPECTOS GLOBAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) Projeto de Lei Orçamentária para 2005
- v. A proposta de Lei Orçamentária para 2005, apresentada pelo Executivo ao Legislativo, continha as seguintes receitas do Tesouro Nacional destinadas ao Ministério da Integração Nacional:
 - Custeio: R\$ 238.351.347,00
 - Investimento: R\$ 1.596.088.525,00
 - Total: R\$ 1.834.439.872,00

- b) Lei Orçamentária 2005
- vi. A proposta, como de costume, sofreu alterações no seu trâmite no Congresso Nacional, que podem ser resumidas em três categorias:
- redução de dotações de investimentos na maioria das ações e programas que, no geral, determinaram a redução da proposta de programação de R\$ 1.834.440 mil para R\$ 1.600.581 mil.
 - emendas aditivas em valor em ações propostas pelo Executivo (Adutora Pirapama, PE; Poço do Marruá, PI; Barragem do Córrego João Leite, GO; Adutora de Italuís, MA; Adutora de São Francisco, SE; Perímetro de Irrigação Flores de Goiás, GO; Projeto de Irrigação PROPERTINS, TO; Obras de Drenagem na região Nordeste; e Reabilitação de Cenários de Desastres); e
 - novas ações decorrentes de emendas parlamentares.
- vii. No que se refere às reduções e acréscimos das programações originais, as alterações orçamentárias principais estão resumidas abaixo:
- Integração de Bacias Hidrográficas, cujas dotações foram reduzidas de R\$ 1.026.881 mil para R\$ 660.091 mil;
 - Infra-estrutura Hídrica, cujas dotações originais foram aumentadas de R\$ 356.951 mil para R\$ 426.996 mil;
 - Irrigação, onde também foram verificados acréscimos de R\$ 212.054 mil para R\$ 273.515 mil;
 - Desenvolvimento Regional, com redução de R\$ 103.330 mil para R\$ 100.633 mil;
 - Defesa Civil, com acréscimos de R\$ 31.430 mil para R\$ 41.180 mil.
- viii. As emendas parlamentares, coletivas e individuais, geraram mais de 240 novas ações, que totalizaram R\$ 915.980 mil.
- c) Alterações e créditos suplementares da estrutura orçamentária
- ix. Ao longo do exercício, a programação do MI foi alterada por dois decretos e quatro leis resultantes da aprovação dos Projetos de Lei 25, 31, 51 e 63, observando que os efeitos práticos das alterações oriundas do projeto de lei se resumiram a três ações do Proágua Semi-árido (sistemas adutores de Estrela, Umburanas e Catunda), no valor total de R\$ 6.398 mil, constante do PL 25, e uma ação de infra-estrutura hídrica no Ceará, no valor de R\$ 1.500 mil, constante do PL 63.
- x. Esse aproveitamento de dotações consignadas em projetos de lei alcança tão somente 8% da soma das dotações alteradas, concluindo-se pela baixa eficácia do modelo de suplementação / alteração orçamentária via PL's.
- xi. Felizmente, o PL 25, que, entre outras coisas, cria a ação de Apoio a Órgãos de Defesa Civil, e o PL 51, que cria a ação referente à Barragem de Figueiredo, CE, por serem de natureza Especial, poderão ser reabertos em 2006, até 30 dias após a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para 2006.
- d) Créditos Extraordinários Oriundos de Medidas Provisórias
- xii. Em 2005, os créditos não utilizados da Medida Provisória 211/04 puderam ser reabertos, o que determinou a disponibilização de R\$ 19.180 mil para empenho, dos quais R\$ 11.010 mil foram efetivamente empenhados, sendo:
- R\$ 1.010 mil para o Estado do Ceará, e
 - R\$ 10.000 mil para o Estado de Mato Grosso.
- xiii. Ao longo do exercício foram editadas as Medidas Provisórias 250 (Auxílio-Emergencial), 257 (Recuperação de Danos – Nacional), 262 (Atendimento às vítimas da seca da região Norte), 266 (Recuperação de Barragens) e 270 (Sistema Adutor do Rio Pratagy, AL).
- xiv. No todo, as Medidas Provisórias possibilitaram a atuação do MI, em caráter emergencial, em todo o país, transferindo recursos que somam R\$ 197.364 mil em

dotações de Investimento e R\$ 103.201 mil em Outras Despesas Correntes.

- xv. As Medidas Provisórias 262 e 266 apresentam saldos que poderão ser reabertos em 2006 da ordem de R\$ 15.800 mil e R\$ 3.800 mil, respectivamente.
- xvi. É forçoso chamar a atenção para o fato de que, contrariando princípios orçamentários comumente aceitos, a Medida Provisória 262 não foi implementada com limites de empenho próprios e sua execução ficou sujeita à existência de limites globais do Ministério, o que contrariava, de um lado, a premissa de emergência da Medida, e, por outro, a minuta proposta pelo MI que não condicionava a execução da MP 262 à existência de limites do MI.
- xvii. A Medida Provisória 270, por seu turno, apresentou problemas na sua execução orçamentária, problemas esses que tiveram origem nos parâmetros definidos pela SOF/MP e STN/MF, quando da sua inserção no SIAFI. Esses parâmetros submetiam a execução à existência de limites orçamentários no MI. Como o empenho ocorreu nos últimos dias do ano, quando o MI já não tinha limites suficientes, os parâmetros foram alterados, atribuindo limites específicos para a MP 270.

e) Projeto Piloto de Investimentos – PPI

- xxiii. As atividades relacionadas ao programa de Transferência de Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação, pela natureza de suas atividades – que visam à emancipação de perímetros de irrigação considerados maduros (e, portanto, com conseqüente desoneração de obrigações do Governo Federal) e a geração de emprego e renda (através da promoção da utilização econômica e social de áreas improdutivas e ociosas dos próprios perímetros irrigados) – foram acolhidas no âmbito do PPI, o que gerou um acréscimo de dotações (já na tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei Orçamentária) de R\$ 7,5 milhões para R\$ 56,7 milhões.
- xix. As dotações do PPI tinham limite próprio, administrados e concedidos pelo Ministério do Planejamento.
- xx. A natureza peculiar do programa de Transferência de Gestão, que exige recursos para investimentos complementares e de custeio das despesas básicas dos perímetros, ainda necessárias à manutenção enquanto sob a tutela da União, trouxe problemas operacionais ao uso das dotações do PPI no conjunto de atividades do programa no MI, DNOCS e CODEVASF.
- xxi. Essas dificuldades operacionais exigem uma reavaliação de rotinas internas (no MI e vinculadas) mas também na negociação de procedimentos oriundos do Grupo Gestor do PPI (Casa Civil, Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda).
- xxii. Causou grande frustração a não reabertura, na última semana do ano, dos saldos disponíveis para empenho, tanto de Investimento quanto de Custeio, que totalizaram mais de R\$ 3.300 mil, o que era aguardado pela gestão do programa de Transferência de Gestão, dada a apregoada distinção do PPI, em relação aos demais componentes da programação do Governo.

f) Emendas Parlamentares

- xxiii. O Governo concedeu R\$ 243.001 mil em limite de investimentos para atendimento a Emendas Parlamentares individuais e coletivas.
- xxiv. A execução de emendas no MI, entretanto, extrapolou esses limites e alcançou R\$ 278.497 mil, numa nítida transferência de parte dos limites do Plano de Ação (R\$ 35.496 mil) para o atendimento de emendas parlamentares.
- xxv. Foram aplicados R\$ 83.364 mil em emendas individuais e os restantes R\$ 195.133 mil em emendas coletivas.
- xxvi. A concessão de limites expressivos nos últimos dias do exercício gera acúmulo de providências dos órgãos e entidades e prejudica a eficiência e a eficácia do processo de execução.

g) Execução das Receitas do Tesouro

- xxvii. A execução das Receitas do Tesouro subordina-se à concessão de limites de empenho pelos órgãos centrais de controle orçamentário.
- xxviii. Para a programação básica (Plano de Ação) do MI, foram inicialmente concedidos R\$ 1.129.100 mil (não incluídos os recursos do PPI e Medidas Provisórias) que evoluíram ao longo do exercício da seguinte forma:
- Em junho houve um acréscimo de R\$ 19.000 mil, destinados à execução de emendas parlamentares; logo a seguir, foram cortados R\$ 50.000 mil de limites, terminando-se o mês com R\$ 1.098.100 mil;
 - Em agosto houve novo acréscimo destinado a emendas parlamentares, no valor de R\$ 20.000 mil;
 - Em novembro ocorreram acréscimos aos limites que totalizaram R\$ 11.000 mil; e
 - Em dezembro ocorreram diversos acréscimos, sendo R\$ 204.001 mil destinados especificamente a emendas parlamentares e R\$ 338.000 mil destinados à programação básica do MI.
- xxix. Se somados aos demais limites de empenho, a situação final do MI é a seguinte:
- Limite de empenho de Investimento para a programação do MI: R\$ 1.124.550 mil
 - Limite de empenho de Custeio para programação do MI (incluindo a Medida Provisória 262): R\$ 206.800 mil
 - Limite de empenho para o PPI: R\$ 56.749 mil
 - Limite de empenho para Emendas: R\$ 243.001 mil
 - Limite de empenho para Medidas Provisórias (exclusive MP 262): R\$ 304.180 mil
 - Limite de empenho para Receitas Próprias: R\$ 40.000 mil
 - Limite de empenho final total: R\$ 1.975.216 mil
- xxx. O MI alcançou a execução orçamentária de **99%** de suas dotações de investimento, desconsideradas as medidas provisórias. Os dados da execução, por tipo de limite e total, estão na Tabela I do Anexo.
- h) Execução das Receitas Próprias
- xxxi. A Lei orçamentária para 2005 fixava as seguintes dotações de Receitas Próprias para o MI:
- CODEVASF: R\$ 45.053 mil, oriundas basicamente de convênios com a CHESF, sendo R\$ 8.048 mil para Investimentos e R\$ 37.005 mil para Outras Despesas Correntes;
 - DNOCS: R\$ 7.946 mil, oriundas de convênios e da geração de receitas patrimoniais, sendo R\$ 5.831 mil destinados a Investimentos e R\$ 2.115 mil a Outras Despesas Correntes.
- xxxii. Como a execução das receitas próprias está direta e totalmente vinculada à sua geração, o MI, prevendo frustrações na geração dessas receitas, concedeu limites de empenho de R\$ 35.000 mil para Outras Despesas Correntes e R\$ 5.000 mil para Investimentos.
- xxxiii. Os resultados finais do exercício apontam para uma execução orçamentária global de R\$ 38.871 mil (97,2%, do limite concedido), sendo:
- CODEVASF, R\$ 35.301 mil, dos quais R\$ 4.911 mil em Investimentos e R\$ 33.960 mil em Custeio; e
 - DNOCS, R\$ 3.570 mil, sendo R\$ 2.281 mil em Investimentos e R\$ 1.290 mil em dotações de Custeio.

3. ASPECTOS GLOBAIS DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

i) Receitas do Tesouro

- xxxiv. O limite de pagamentos fixados para o MI totalizou R\$ 837.310 mil, integralmente cumprido pelo Ministério da Fazenda.

- xxxv. O limite inclui R\$ 36.158 mil de pagamentos efetuados a partir de 28 de dezembro de 2004, somente compensados no exercício de 2005.
- xxxvi. Ainda com dados preliminares, é possível informar que o limite financeiro de 2005 teve a seguinte utilização:
- Pagamento de Ordens Bancárias de 2004, já citadas: R\$ 36.158 mil;
 - Pagamento de Despesas e Investimentos de 2005: R\$ 546.610 mil, incluídos R\$ 19.595 mil pagos a emendas parlamentares de 2005; e
 - Pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores a 2005: R\$ 274.137 mil.
- j) Receitas Próprias
- xxxvii. A previsão de arrecadação de receitas próprias do DNOCS e CODEVASF totalizava R\$ 52.999 mil, sendo:
- DNOCS: R\$ 7.946 mil
 - CODEVASF: R\$ 45.053 mil
- xxxviii. A Receita Própria efetivamente contabilizada totalizou R\$ 38.871 mil (97,2%), sendo:
- DNOCS: R\$ 3.570 mil
 - CODEVASF: R\$ 35.301 mil
- xxxix. Os pagamentos efetivamente realizados totalizaram R\$ 28.854 mil, ou seja 74,2% do total empenhado.
- k) Restos a Pagar
- xl. Dados preliminares indicam que o MI terá como Restos a Pagar em 2006 os seguintes valores:
- Restos a Pagar registrados até 2004 não pagos: R\$ 140.273 mil (observando que muitos desses, principalmente os mais antigos, poderão ser cancelados); e
 - Restos a Pagar de valores empenhados e não pagos em 2005: R\$ 1.081.919 mil, que também, em casos de não formalização, poderão ser, em parte, cancelados.

4. COMPARATIVO 2005/2004

- xli. A execução global final de 2005 foi pouco mais que o dobro (105%) da de 2004. Desconsideradas as medidas provisórias, o aumento foi de 87% (Tabela I do Anexo). Os investimentos do Plano de Ação e ementas também aumentaram em 149% e 12%, respectivamente. A execução das receitas próprias aumentou em 24%.
- xlii. Conforme consta da Tabela II do Anexo, no que se refere ao Plano de Ação – Receitas do Tesouro, a maior parte do acréscimo decorreu das dotações dos programas relacionados com o Projeto São Francisco.
- xliii. Entretanto, é importante observar na mesma tabela os representativos acréscimos na execução dos programas Proágua Infra-estrutura, Transferência de Gestão (em razão do PPI), PROMOVER (em razão do Projeto de Belo Horizonte, MG), CONVIVER e Drenagem Urbana Sustentável. A única redução significativa na execução por programas se refere ao programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada.

5. ASPECTOS DA EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA, PELOS PRINCIPAIS BLOCOS DE ATUAÇÃO

l) Projeto São Francisco

- xliv. As aplicações (empenhos) do Projeto São Francisco alcançam R\$ 540.262 mil, sendo:
- R\$ 463.762 mil, no programa Integração de Bacias Hidrográficas, destacando-se R\$ 408.903 mil na ação de Integração dos Eixos Norte e Leste (nas obras do Canal da Integração, no Ceará, Canal do Sertão Alagoano, em Alagoas, na preparação logística do Comando do Exército e despesas com o Gerenciamento do Projeto), e R\$ 38.265 mil em despesas com Reassentamento de População Residente em Áreas Afetadas pela Integração. Também foram empenhados R\$ 8.075 mil em projetos de integração das bacias do Nordeste Setentrional.

- R\$ 76.500 mil, no programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, a cargo da CODEVASF, principalmente em obras de recuperação e revitalização do Rio São Francisco, recuperação de processos erosivos, reflorestamento e monitoramento das águas.
- m) Obras de Infra-estrutura Hídrica
- xliv. A execução orçamentária dos programas que compõem esse grupo alcança R\$ 351.139 mil, sendo:
- R\$ 164.584 mil no programa Proágua Infra-estrutura, destacando os investimentos na Adutora Pirapama – PE (R\$ 5.500 mil), Barragem Sanga Maria Ulguim – RS (R\$ 5.525 mil), Adutora Guanambi – BA (R\$ 6.250 mil), Barragem Poço do Marruá – PI (R\$ 21.358 mil), Barragem do Córrego João Leite – GO (R\$ 24.575 mil), Adutora São Francisco – SE (R\$ 6.800 mil), Adutora do Sudeste Piauiense (R\$ 5.079 mil); Barragem de Setúbal – MG (R\$ 8.449 mil), Adutora do Jucazinho – PE (R\$ 8.349 mil) e Adutora do Oeste Pernambucano (R\$ 6.755 mil).
 - R\$ 132.640 mil no programa Proágua Semi-árido (CONVIVER), tendo como principais obras: Sistema Adutor Água de Santana – BA (R\$ 10.340 mil), Sistema Adutor Luis Gonzaga – PE (R\$ 20.332 mil) e Sistema Adutor Garrincho – PI (R\$ 23.947 mil).
 - R\$ 42.239 mil no programa Drenagem Urbana Sustentável, sendo R\$ 16.800 mil no Nordeste, R\$ 18.640 mil no Sudeste e R\$ 6.800 mil no Centro-Oeste.
 - R\$ 11.676 mil em estudos para obras de infra-estrutura hídrica em vários estados da Federação.
- xlvi. Através de emendas parlamentares, foram feitos investimentos na maioria dos estados, dos quais podem ser destacados:
- Construção da Barragem de Peão – MG (R\$ 9.250 mil), Oiticica – RN (R\$ 6.276 mil), Capivara – PB (R\$ 4.500 mil), Pinheiros – ES (R\$ 2.000 mil), Areia – PB (R\$ 1.500 mil), Cachoeira dos Índios – PB (R\$ 1.500 mil), entre outras.
 - Recuperação de diversas obras hídricas no estado do Ceará (cerca de R\$ 18 milhões), Piauí (R\$ 5.500 mil), em Bonfim – BA (R\$ 3.000 mil), Itajaí – SC (R\$ 1.891 mil), no projeto Rio Formoso – TO (R\$ 2.041 mil) e Bananeiras – AL (R\$ 1.000 mil), e outras.
 - Obras de Macrodrenagem em Rondônia (R\$ 9.882 mil), Nova Iguaçu – RJ (R\$ 9.000 mil), Goiânia – GO (R\$ 3.500 mil), Campo Grande – MS (R\$ 4.000 mil), Ceres – GO, Araçatuba – SP e Guaratinguetá – SP (com R\$ 2.000 mil cada).
- n) Irrigação
- xlvii. O conjunto dos programas de desenvolvimento da irrigação alcança a execução orçamentária de R\$ 184.274 mil, sendo:
- R\$ 73.694 mil no programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, tendo como principais obras: Perímetros Rio Bálsamo – AL (R\$ 9.000 mil), São João – TO (R\$ 6.800 mil), Flores de Goiás (R\$ 7.080 mil), PROPERTINS – TO (R\$ 31.248 mil), Jafba – MG (R\$ 4.222mil) e Jaguaribe-Apodi – CE (R\$ 3.332 mil);
 - R\$ 110.464 mil no programa de Transferência de Gestão, dos quais R\$ 53 milhões oriundos do PPI, em mais de 60 perímetros públicos do MI, DNOCS e CODEVASF; e
 - R\$ 116 mil no programa Eficiência da Agricultura Irrigada.
- xlviii. Através de emendas parlamentares, foram feitos investimentos no projeto Rio Formoso – TO (R\$ 2.041 mil), Bananeiras – AL (R\$ 1.000 mil) e Pontal – PE (R\$ 5.482 mil).
- o) Desenvolvimento Regional
- xliv. O conjunto de programas relativos ao Desenvolvimento Regional, listados abaixo, somam investimentos estatais da ordem de R\$ 130.947 mil (R\$ 83.547 mil, desconsiderado o projeto de Belo Horizonte, MG), no desenvolvimento de aptidões

econômicas e arranjos produtivos locais em diversas áreas de desenvolvimento econômico e social deprimido ou estagnado, na grande maioria dos estados brasileiros. Por programas, os investimentos foram:

- R\$ 4.929 mil no programa Faixa de Fronteira;
- R\$ 1.455 mil no programa Desenvolvimento Sustentável do Pantanal;
- R\$ 2.708 mil no programa de Zoneamento Ecológico-Econômico;
- R\$ 69.198 mil no programa PROMOVER, destacando-se as obras de apoio à infraestrutura econômica na microrregião de Belo Horizonte – MG (R\$ 47.400 mil);
- R\$ 23.892 mil no programa PROMESO;
- R\$ 18.413 mil no CONVIVER, em ações relacionadas a arranjos produtivos locais no Semi-árido;
- R\$ 8.424 mil no programa de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura; e
- R\$ 1.928 mil no programa PRODUZIR.

1. Através de emendas parlamentares, foram feitos os seguintes investimentos principais:

- O programa Faixa de Fronteira investiu R\$ 14.008 mil nos estados fronteiriços, com destaque para Mato Grosso do Sul (R\$ 4.100 mil), Acre (R\$ 2.800 mil) e Rio Grande do Sul (R\$ 2.3 milhões).
- O programa PROMOVER investiu R\$ 9.042 mil na BR 307 – AM, e em diversos projetos de apoio ao desenvolvimento integrado no estado do Piauí (R\$ 6.500 mil).
- O programa PROMESO investiu em Apoio ao Desenvolvimento Municipal em diversos estados, destacando-se o Piauí, com R\$ 51.198 mil, Pernambuco com R\$ 9.057 mil, e Bahia com R\$ 4.050 mil.
- O programa CONVIVER, entre outros investimento, aplicou, através de emendas parlamentares, R\$ 17.629 mil e apoio a projetos de desenvolvimento social em Rondônia.

p) Defesa Civil

li. Foram aplicados R\$ 32.271 mil do Plano de Ação do MI (sem Medidas Provisórias) em ações relacionadas à prevenção e preparação de emergências e socorro, assistência, reabilitação e recuperação de danos causados por desastres.

lii. Por meio de emendas foram investidos R\$ 31.470 mil em obras preventivas em diversos estados, destacando-se o estado do Mato Grosso do Sul (R\$ 6.032 mil), Paulista – PE (R\$ 5.000 mil) e Região Metropolitana de Recife – PE (R\$ 11.439 mil). No programa Respostas a Desastres, foram investidos R\$ 1.300 mil nos estados de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Tocantins.

q) Gestão da Política e Apoio Administrativo

liii. Com despesas de apoio à estrutura e às atividades finalísticas foram gastos R\$ 83.882 mil, ou seja, tão somente **4,3%** da execução orçamentária total do MI.

6. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

r) Aspectos Negativos

liv. Sob o ponto de vista da execução orçamentária e financeira, foram os seguintes pontos negativos verificados no processo anual, que indicam soluções para os próximos exercícios:

- Baixa efetividade das alterações orçamentárias propostas pelo Executivo ao Congresso, em razão da demora na aprovação e conseqüente impossibilidade de execução em função dos prazos para execução orçamentária.
- A não concessão de limite próprio para a MP 262 e os problemas ocorridos na execução da MP 270, embora medidas corretivas, *a posteriori*, resolveram as falhas verificadas.
- Atraso, causado em grande parte pelo próprio MI, na liberação de limites de

empenho do PPI e a não reabertura, pela SOF, em 26 de dezembro, dos limites não empenhados desse programa.

- Prazo insuficiente para execução dos limites adicionais de empenho concedidos em dezembro.
- Corte de limites orçamentários sem prévia negociação entre o órgão central e os setoriais.

s) Aspectos Positivos

iv. Sob o ponto de vista da execução orçamentária e financeira, foram os seguintes os aspectos positivos que merecem destaque:

- Eficiência na execução orçamentária que alcançou 99% das dotações de investimento e 98% das dotações de custeio.
- Respostas do Poder Executivo a desastres e calamidades, com a edição imediata de medidas provisórias.
- A inclusão da tarefa de transferir perímetros públicos de irrigação à iniciativa privada no projeto piloto de investimentos, que destinou quase R\$ 50 milhões para o programa.
- O atendimento a emendas parlamentares acima de R\$ 278 milhões.
- Ausência de cortes e supressões nos limites de pagamentos e repasses financeiros pelo Ministério da Fazenda.
- A baixa participação relativa dos gastos com o custeio da estrutura administrativa no conjunto dos órgãos e entidades do MI (em torno de 4%).
- O estabelecimento, pela SECEX, de prazo (31/10) para empenhos do Plano de Ação, evitando, assim, sobrecarga de trabalho em relação à execução de emendas parlamentares no final do ano.
- A seriedade, competência e zelo das diversas unidades do MI no desempenho de suas atividades, e, em especial, a dedicação das diversas equipes de execução orçamentária e financeira do DGI/MI, CODEVASF, DNOCS, ADA e ADENE.

Brasília, DF, 5 de janeiro de 2006.

Augusto Wagner Padilha Martins

Diretor do Departamento de Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva

Anexo – Tabela I – Execução Global Final					
Em R\$ mil					
Destinação	2004	2005			
	Execução Final	Limite Final	Execução Final	% Execução	Variação s/2004
	(a)	(b)	(c)	d=c/b	[e=(c/a)-1]
Tesouro - Plano de Ação	600.339	1.331.350	1.280.673	96%	113%
# Investimento	432.394	1.124.550	1.078.529	96%	149%
# Custeio (*)	167.945	206.800	202.145	98%	20%
PPI		56.686	53.002	94%	
# Investimento		53.753	50.770	94%	
# Custeio		2.933	2.232	76%	
Emendas	249.728	243.001	278.497	115%	12%
# Investimento	248.678	243.001	277.647	114%	12%
# Custeio	1.050	-	850		-19%
Próprias - Plano de Ação	31.397	40.000	38.871	97%	24%

# Investimento	4.114	5.000	4.912	98%	19%
# Custeio	27.283	35.000	33.959	97%	24%
Medidas Provisórias (**)	62.820	304.180	287.143	94%	357%
# Investimento	30.820	210.180	198.229	94%	543%
# Custeio (***)	32.000	94.000	88.914	95%	178%
Total sem M. Provisórias	881.464	1.671.037	1.651.043	99%	87%
# Investimento	685.186	1.426.304	1.411.857	99%	106%
# Custeio (***)	196.278	244.733	239.186	98%	22%
TOTAL	944.284	1.975.216	1.938.186	98%	105%
# Investimento	716.006	1.636.483	1.610.086	98%	125%
# Custeio	228.278	338.733	328.100	97%	44%
(*) Inclui a Medida Provisória 262, editada sem limite próprio					
(**) As Medidas 262, 266 e 270, podem ter saldos reabertos em 2006					
(***) Exclui a Medida Provisória 262, editada sem limite próprio					

Tabela II - Comparativo 2005/2004 por Programa (Plano de Ação + PPI)				
Em R\$ mil				
Programa	2004	2005	Diferença	Varição % 2004/2005
	(a)	(b)	(c=b-a)	[d=(n/a)-1]
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira	2.386	4.180	1.794	75%
Desenvolvimento da Bovideocultura	10	30	20	200%
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	158.069	69.607	(88.462)	-56%
Biotecnologia	39	200	161	413%
Zoneamento Ecológico-Econômico	24	343	319	1328%
Proágua Infra-Estrutura	64.263	154.160	89.897	140%
Apoio Administrativo	1.514	2.718	1.204	79%
Gestão da Pol de Desenv. Regional	1.369	1.186	(183)	-13%
PROMOVER	22.543	62.527	39.984	177%
PROMESO	5.641	17.270	11.629	206%
Prev e Prep para Em. e Desastres	2.457	1.858	(599)	-24%
Resposta aos Desastres	17.471	25.124	7.653	44%
Integração de Bacias Hidrográficas	6.574	457.243	450.669	6855%
Transferência da Gestão dos Perímetros	9.340	59.119	49.779	533%
CONVIVER	106.915	143.174	36.259	34%
Drenagem Urbana Sustentável	5.000	42.239	37.239	745%
Revitalização de Bacias Hidrográficas	11.341	75.354	64.013	564%
Primeiro Emprego	209	209	0	0%
Desenv. Sustentável da Aquicultura	5.941	3.336	(2.605)	-44%
PRODUZIR	197	58	(139)	-71%
Total	421.303	1.119.933	698.630	166%

Brasília-DF, 24 de março de 2006.

PEDRO BRITO DO NASCIMENTO
Secretário-Executivo, Substituto

PEDRO A. SANGUINETTI FERREIRA
Diretor do Departamento de Gestão Interna